

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PARÁ



Diário Oficial

ANO XCHI - 94ª DA REPÚBLICA - Nº 25.274 BELEM - QUARTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1984

GOVERNADOR DO ESTADO
JADER FONTENELLE BARBALHO

VICE-GOVERNADOR
LAÉRCIO DIAS FRANCO

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LUCIVAL DE BARROS BARBALHO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
EDGAR M. LASSANCE CUNHA

Casa Civil
GEORGENOR DE SOUZA FRANCO

Casa Militar
Cel. PM HERCULES JOSE DA SILVA

SECRETARIADO

Administração
ALDO DA COSTA E SILVA

Justiça
ITAIR SA DA SILVA

Fazenda
ROBERTO DA COSTA FERREIRA

Viação e Obras Públicas
MANOEL ACACIO O. DE ALMEIDA E SILVA

Saúde Pública
LUIZ EDUARDO SOARES CARNEIRO

Educação
WILTON DE QUEIROZ MOREIRA

Agricultura
JOÃO BATISTA DE MELO BASTOS

Segurança Pública
ARNALDO MORAES FILHO

Planejamento e Coordenação Geral
SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Cultura, Desportos e Turismo
ACYR PAIVA PEREIRA DE CASTRO

Procurador Geral do Estado
BENEDICTO WILFREDO MONTEIRO
Consultor Geral do Estado

PEDRO AUGUSTO DE MOURA PALHA

NESTA EDIÇÃO

DECRETOS Nºs. 3.308, 3.309,
3.310, 3.311 e 3.312
Do Governo do Estado

PORTARIAS e RESOLUÇÃO
Da Fundação do Bem Estar Social do Pa-
rá

EXTRATO DE INSTRUMENTO
CONTRATUAL
Do Departamento Nacional de Estradas de
Rodagem - DNER

ATAS
De Diversas Firmas

2 Cadernos
38 Páginas



IMPRENSA OFICIAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**PODER EXECUTIVO****DECRETO Nº 3308 DE 22 DE JUNHO DE 1984**

Homologa as Resoluções nºs. 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816 e 1817, de 05 de junho de 1984, do Conselho Rodoviário Estadual.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam homologadas as anexas Resoluções nºs 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816 e 1817, de 05 de junho de 1984, do Conselho Rodoviário Estadual, que aprovam Convênios e Termos Aditivos celebrados entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER-PA.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de junho de 1984.

LAÉRCIO DIAS FRANCO

Governador do Estado, em exercício

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

RESOLUÇÃO Nº 1808, DE 5 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Convênio SEPLAN nº 033/84 - FUNDEPARÁ/DER-01, celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem.

O Conselho Rodoviário Estadual, usando da atribuição que lhe confere a alínea "I" do artigo 5º do Decreto-lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA-377, de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o voto do Sr. Conselheiro Luiz da Costa Lopes emitido no processo CRE-18/84, de 22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio SEPLAN nº 033/84 - FUNDEPARÁ/OFR-01, celebrado em 17 de fevereiro de 1984, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem, e que tem por objetivo proporcionar recursos ao DER para atender às despesas com o projeto Drenagem e Regularização do Leito das Vias das Áreas de Jaderlândia e Vila Esperança.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de junho de 1984.

Engº ALÍRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1809, DE 05 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Convênio SEPLAN nº 051/84 - FUNDEPARÁ/OFR-01, celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem.

O Conselho Rodoviário Estadual, usando da atribuição que lhe confere a alínea "I" do artigo 5º do Decreto-lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA-377, de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o voto do Sr. Luiz da Costa Lopes emitido no processo CRE-18/84, de 22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio SEPLAN nº 051/84 - FUNDEPARÁ/OFR-01, celebrado em 29 de fevereiro de 1984, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem, e que tem por objetivo proporcionar recursos financeiros ao DER, para a execução do Projeto "Manutenção da Rede Rodoviária Estadual - Rodovias PA-151 (Igarapé-Miri - Km 49) e PA-400".

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de junho de 1984.

Engº ALÍRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1810, DE 5 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Convênio SEPLAN nº 057/84 - FUNDEPARÁ/FUNDO METROPOLITANO (FPE), celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem.

O Conselho Rodoviário Estadual, usando da atribuição que lhe confere a alínea "I" do artigo 5º do Decreto-lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA-377, de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o voto do Sr. Conselheiro Luiz da Costa Lopes emitido no processo CRE-18/84, de 22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio SEPLAN nº 057/84 - FUNDEPARÁ/FUNDO METROPOLITANO (FPE), celebrado em 02 de março de 1984, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem, e que tem por objetivo proporcionar recursos ao DER para a execução do projeto "Manutenção e Conservação da Rodovia de Contorno das Bases", localizada na Região Metropolitana de Belém.

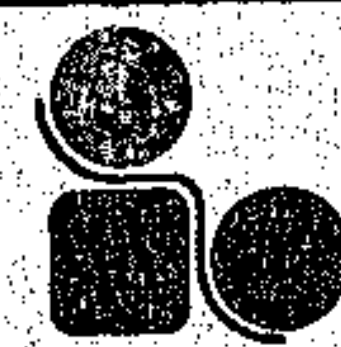
Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de junho de 1984.

Engº ALÍRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1811, DE 5 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Convênio SEPLAN nº 070/84 - (FUNDEPARÁ/ADICIONAL DO IULCLG), celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem.



IMPRESA OFICIAL

Diário Oficial

DIRETORIA
ADMINISTRAÇÃO
REDAÇÃO
PARQUE GRÁFICO

Almirante Barroso, 735
Belém - Pará

PBX 226-7888
226-1353

Gabinete do Diretor-Presidente - 226-0078
Departamento de Administração - 226-1196

Posto de Vendas - Centro - Rua Avertano
Rocha, 111, p/a 16 de Novembro -
Fone: 222-0174

Diretor-Presidente
GILBERTO DANIN
Diretor Administrativo
CLEBER NEWTON VELASCO
Diretor Técnico
NAZIR RACHID

Diretor de Documentação e Divulgação
JOSÉ ILDO NE FAVACHO SOEIRO
Chefe de Redação e Revisão
RAIMUNDO WALDIR BATALHA LOBÃO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

NA CAPITAL	
Anual	Cr\$ 105.000,00
Semestral	Cr\$ 52.500,00
OUTROS ESTADOS E MUNICÍPIOS	
Anual	Cr\$ 185.220,00
Semestral	Cr\$ 95.200,00

D.O. número atrasado por ano, aumenta
Duzentos e Oitenta Cruzeiros (Cr\$ 280,00).

PUBLICAÇÕES:
Página comum, cada centímetro Cr\$ 5.600,00
Preço da Página: Cr\$ 627.200,00

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 400,00

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO

Das 07:30 às 12:30 horas diariamente, exce-
tuando os sábados.
RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação
do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e
outros Estados.
OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem acom-
panhar publicações a cobrar.
ASSINATURAS: Capital, Municípios e outros
Estados em qualquer época.
PAGAMENTOS: Sempre em Cheque Nominal
para a Imprensa Oficial do Estado.

O Conselho Rodoviário Estadual, usando da
atribuição que lhe confere a alínea "I" do artigo 5º do
Decreto-Lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA-377,
de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o voto do Sr. Conselheiro Luiz da
Costa Lopes emitido no processo nº CRE-18/84, de
22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão des-
ta data,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio SEPLAN nº
070/84, (FUNDEPARÁ/ADICIONAL DO IULCLG), ce-
lebrado em 29 de março de 1984, entre a Secretaria de
Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o De-
partamento de Estradas de Rodagem, e que tem por
objetivo proporcionar recursos financeiros ao DER
para atender às despesas com o projeto de "Execução
dos Serviços de Sondagem e Projetos de Engenharia
da ponte sobre o Rio Maguari, interligando a Ilha de
Caratateua à parte continental do Município de Be-
lém".

Art. 2º — Revogam-se as disposições em con-
trário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de junho de
1984.

Engº ALÍRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1812, DE 5 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Convênio SEPLAN nº 071/84 -
FUNDEPARÁ/OUTRAS FONTES DE RE-
CURSOS - 01, celebrado entre a Secretaria
de Estado de Planejamento e Coordenação
Geral e o Departamento de Estradas de Ro-
dagem.

O Conselho Rodoviário Estadual, usando da
atribuição que lhe confere a alínea "I" do artigo 5º do
Decreto-lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA-377,
de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o voto do Sr. Conselheiro Luiz da
Costa Lopes emitido no processo CRE-18/84, de
22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão des-
ta data,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio SEPLAN nº
071/84 - FUNDEPARÁ/OUTRAS FONTES DE RECUR-
SOS - 01, celebrado em 04 de abril de 1984, entre a Se-
cretaria de Estado de Planejamento e Coordenação
Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem, e
que tem por objetivo proporcionar recursos finance-
iros ao DER para atender às despesas dos Serviços de
Restauração de Rodovias Estaduais.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em con-
trário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de junho de
1984.

Engº ALÍRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1813, DE 5 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Convênio SEPLAN nº 072/84 - FUNDEPARÁ/OUTRAS FONTES DE RECURSOS - 01, celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem.

O Conselho Rodoviário Estadual, usando da atribuição que lhe confere a alínea "I" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA-377, de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o voto do Sr. Conselheiro Luiz da Costa Lopes emitido no processo CRE-18/84, de 22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio SEPLAN nº 072/84 - FUNDEPARÁ/OUTRAS FONTES DE RECURSOS - 01, celebrado em 03 de abril de 1984, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem, e que tem por objetivo proporcionar recursos financeiros ao DER para atender às despesas com a "Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PA".

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de junho de 1984.

Engº ALIRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1814, DE 5 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Convênio nº 96/84 - FUNDEPARÁ/OFR - 01, celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem.

O Conselho Rodoviário Estadual, usando da atribuição que lhe confere a alínea "I" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA-377, de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o voto do Sr. Conselheiro Luiz da Costa Lopes emitido no processo CRE-18/84, de 22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio SEPLAN nº 096/84 - FUNDEPARÁ/OFR-01, celebrado em 18 de abril de 1984, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem, e que tem por objetivo proporcionar recursos ao DER para atender às despesas com o Projeto de Urbanização das Áreas de Jaderlândia, Vila Esperança e Jardim Sideral, no Município de Ananindeua.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de julho de 1984.

Engº ALIRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1815, DE 5 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Convênio SEPLAN nº 112/84 - FUNDEPARÁ/IUM, celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem.

O Conselho Rodoviário Estadual, usando da atribuição que lhe confere a alínea "I" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA-377, de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o voto do Sr. Conselheiro Luiz da Costa Lopes emitido no processo CRE-18/84, de 22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio SEPLAN nº 112/84 - FUNDEPARÁ/IUM, celebrado em 07 de maio de 1984, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem, e que tem por objetivo proporcionar recursos financeiros ao DER para a execução do projeto "Recuperação de Pontes de Madeira da Malha Rodoviária Estadual".

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de junho de 1984.

Engº ALIRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1816, DE 5 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Termo Aditivo ao Convênio SEPLAN nº 071/84 - FUNDEPARÁ/IUM, celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem.

O Conselho Rodoviário Estadual, usando da atribuição que lhe confere a alínea "I" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e

Considerando os termos do ofício DERPA-377, de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-PA;

Considerando o voto do Sr. Conselheiro Luiz da Costa Lopes emitido no processo CRE-18/84, de 22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio SEPLAN nº 071/84 - FUNDEPARÁ/IUM, firmado em 12 de abril de 1984, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem, e que tem por objetivo a complementação de recursos para o prosseguimento da execução dos Serviços de Restauração de Rodovias Estaduais.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de junho de 1984.

Engº ALIRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 1817, DE 05 DE JUNHO DE 1984

Aprova o Segundo Termo Aditivo ao Convênio SEPLAN nº 071/84-FUNDEPARÁ/OFR-01/IUM, celebrado entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem.

O CONSELHO RODOVIÁRIO ESTADUAL, usando da atribuição que lhe confere a alínea "i" do artigo 5º do Decreto-Lei nº 32, de 7 de julho de 1969, e,

Considerando os termos do Ofício DERPA-377, de 22.05.84, da Diretoria Geral do DER-Pa.;

Considerando o voto do Sr. Conselheiro LUIZ DA COSTA LOPES emitido no Processo CRE-18/84, de 22.05.84, e aprovado por unanimidade em sessão desta data.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Segundo Termo Aditivo ao Convênio SEPLAN nº 071/84 — FUNDEPARÁ/OFR-01/IUM, firmado em 09 de maio de 1984, entre a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e o Departamento de Estradas de Rodagem e que tem por objetivo a complementação de recursos para o prosseguimento da execução dos serviços de restauração de rodovias estaduais.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual, 5 de junho de 1984.

Engº ALÍRIO CÉSAR DE OLIVEIRA
Presidente

DECRETO Nº 3309 DE 22 DE JUNHO DE 1984.

Homologa a Resolução nº 007/84-GP, de 22 de maio de 1984, do Conselho Estadual do Bem Estar Social.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º — Fica homologada a anexa Resolução nº 007/84-GP, de 22 de maio de 1984, do Conselho Estadual do Bem Estar Social, que autoriza a Diretoria da FBESP, a alienar veículos.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de junho de 1984.

LAÉRCIO DIAS FRANCO
Governador do Estado, em exercício
ALDO DA COSTA E SILVA
Secretário de Estado de Administração
ITAIR SÁ DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 007/84-GP, DE 22 DE MAIO DE 1984.

O Presidente do Conselho Estadual do Bem Estar Social — CEBES, no uso de suas atribuições legais e considerando a decisão dos conselheiros na reunião do dia 22 de maio de 1984.

RESOLVE:

I — Autorizar a Diretoria da FBESP, a alienar os seguintes carros:

- Veículo Volkswagen/Kombi-placa AG-2891
- Veículo Volkswagen/Kombi-placa AE-9372
- Veículo Volkswagen/Kombi-placa AF-8960
- Veículo Volkswagen/Kombi-placa AH-4559
- Veículo Volkswagen/Kombi-placa AG-2861

II — Que o valor da alienação seja revertido na compra de novos veículos.

III — Esta resolução entrará em vigor a partir desta data.

Conselho Estadual de Bem Estar Social, 22 de maio de 1984.

Dr. ITAIR SÁ DA SILVA
Presidente

DECRETO Nº 3310 DE 22 DE JUNHO DE 1984.

Homologa a Resolução nº 008/84-GP, de 22 de maio de 1984, do Conselho Presidente do Conselho Estadual do Bem Estar Social.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º — Fica homologada a anexa Resolução nº 008/84-GP, de 22 de maio de 1984, do Presidente do Conselho Estadual do Bem Estar Social, que aprova o reajuste salarial dos servidores da FBESP.

Art. 2º — Os efeitos da Resolução homologada por este ato, retroagirão a 1º de maio de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 22 de junho de 1984.

LAÉRCIO DIAS FRANCO

Governador do Estado, em exercício

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

ITAIR SÁ DA SILVA

Secretário de Estado de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 008/84-GP, DE 22 DE MAIO DE 1984.

O Presidente do Conselho Estadual do Bem Estar Social — CEBES, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão dos conselheiros na reunião do dia 22 de maio de 1984.

RESOLVE:

I — APROVAR o reajuste salarial aos servidores da Fundação do Bem Estar Social do Pará — FBESP, de acordo com o quadro anexo, aprovado em reunião do Conselho.

II — Os efeitos desta Resolução, retroagirão primeiro de maio do corrente ano.

Conselho Estadual do Bem Estar Social, em 22 de maio de 1984.

Dr. ITAIR SÁ DA SILVA
Presidente

DECRETO Nº 3311, DE 25 DE JUNHO DE 1984.

Institui os critérios e as normas para a Elaboração da Programação Anual de Trabalho do Estado, para 1985.

O Governador do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, item IV, da Constituição Política do Estado do Pará,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam definidos os critérios e as normas para a Elaboração da Programação Anual de Trabalho do Estado, para 1985.

Art. 2º — Fica atualizado o Manual para a Elaboração da Programação Anual de Trabalho do Estado, contendo as instruções para a formalização, que deverão ser observadas pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.

Art. 3º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 25 de junho de 1984.

JADER FONTENELLE BARBALHO
Governador do Estado

ALDO DA COSTA E SILVA
Secretário de Estado de Administração

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE
Secretário de Estado de Planejamento
e Coordenação Geral

ROBERTO DA COSTA FERREIRA
Secretário de Estado da Fazenda

DECRETO Nº 3312 DE 25 DE JUNHO DE 1984.

Reajusta os vencimentos, salários e salário-aula dos servidores públicos ocupantes de cargos e funções de Magistério.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91, item IV da Constituição do Estado, e considerando as disposições contidas no artigo da Lei nº, de.....

DECRETA:

Art. 1º — Ficam reajustados, conforme tabela anexa a este Decreto, os vencimentos, salários e salário-aula percebidos pelos titulares de cargos e funções de Magistério.

Art. 2º — Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação deste Decreto retroagirão a 01.05.84, e os encargos correrão à conta das dotações próprias do Orçamento do Estado.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 25 de junho de 1984.

JADER FONTENELLE BARBALHO

Governador do Estado

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

ROBERTO DA COSTA FERREIRA

Secretário de Estado da Fazenda

WILTON DE QUEIROZ MOREIRA

Secretário de Estado de Educação

A N E X O

D E N O M I N A Ç Ã O	CÓDIGO, NÍVEL OU REFERÊNCIA	VENCIMENTO CR\$	SALÁRIO/AULA CR\$
Professor de Ensino de 1º Grau	GEP-M-401.5	122.600	1.226,00
	GEP-M-401.4	111.400	1.114,00
	GEP-M-401.3	105.100	1.051,00
	GEP-M-401.2	101.100	1.011,00
	GEP-M-401.1	97.200	972,00
Professor de Educação Musical	GEP-M-402.2	122.600	1.226,00
	GEP-M-402.1	111.400	1.114,00
Professor de Ensino de 2º Grau	GEP-M-403.3	122.600	1.226,00
	GEP-M-403.2	111.400	1.114,00
	GEP-M-403.1	110.400	1.104,00
Professor Primário	EP-4, EE-2, EF-4, EF-5	105.100	1.051,00
	EP-3, EE-1, EEA-1, EF-3,		
	Ref-IV	101.100	1.011,00
	EP-2, EF-2, EP-1, EF-1,	97.200	972,00
Prof. de Ens. de 1º e de 2º grau c/ licenciatura Plena e Portadores de Registro de Cades	Ref.I Ref.II		1.226,00
Professor de Licenciatura Curta e Professor autorizado c/estudos superiores.			1.114,00
Professor Normalista c/estudos adicionais e Professor autorizado sem estudos superiores			1.051,00
Professor Normalista			1.011,00
Professor Regente			972,00

Quarta-feira, 27

DIÁRIO OFICIAL

ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 847, DE 20 DE JUNHO DE 1984.

O Secretário de Estado de Administração, no uso das suas atribuições legais, e,

Considerando o disposto no art. 2º do Decreto nº 10.300, de 20.10.77, que delegou poderes ao titular da Secretaria de Estado de Administração, para aprovar e conceder dispensa de ponto aos funcionários do Estado em caso de afastamento,

Considerando os termos do Ofício nº 082/84 do ENBRA de 13.06.84,

RESOLVE:

Dispensar do ponto os funcionários que comparecerem ao V Encontro Brasileiro de Administradores — V ENBRA, a realizar-se em Fortaleza-CE, no período de 22 a 24 de agosto do corrente ano.

Os participantes deverão apresentar no regresso na repartição onde forem lotados o comprovante de frequência que após anotado será enviado à Secretaria de Estado de Administração para fins de controle.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Secretaria de Estado de Administração, 20 de junho de 1984.

ALDO DA COSTA E SILVA

Secretário de Estado de Administração

(G. Reg. nº 5.826)

SEGURANÇA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 353/84-SEC, DE 20 DE JUNHO DE 1984.

Bel. ARNALDO MORAES FILHO, Secretário de Estado de Segurança Pública, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 10.148 de 08.08.1978.

RESOLVE — Conceder, de acordo com o art. 64, § 1º, letra A e art. 65 da Lei nº 4.525 de 09.07.1974 ao 3º Sargento PM OSVALDO BRASIL FERREIRA, doze (12) meses de Licença Especial correspondente aos decênios de 08.03.1957 a 08.03.1967 e 08.03.1967 a 08.03.1977.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARNALDO MORAES FILHO

Secretário de Estado de Segurança Pública

(Ext. nº 2232. Reg. nº 9334. Dia: 27.06.84)

000751

PORTARIA Nº 354/84-SEC, DE 20 DE JUNHO DE 1984.

Bel. ARNALDO MORAES FILHO, Secretário de Estado de Segurança Pública, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 10.148 de 08.08.1978.

RESOLVE — Conceder, de acordo com o art. 64, § 1º, letra A e art. 65 da Lei nº 4.525 de 09.07.1974 ao Cabo PM ANTENOR NOGUEIRA NETO, seis (06) meses de Licença Especial correspondente ao decênio de 22.06.71 a 22.06.81.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARNALDO MORAES FILHO

Secretário de Estado de Segurança Pública

(Ext. nº 2232. Reg. nº 9334. Dia: 27.06.84)

PORTARIA Nº 355/84-SEC, DE 20 DE JUNHO DE 1984.

Bel. ARNALDO MORAES FILHO, Secretário de Estado de Segurança Pública, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 10.148 de 08.08.1978.

RESOLVE — Conceder, de acordo com o art. 64, § 1º, letra A e art. 65 da Lei nº 4.525 de 09.07.1974 ao Subtenente PM HENRIQUE LEOCÁDIO DE BRITO, seis (06) meses de Licença Especial correspondente ao decênio de 09.01.74 a 09.01.84.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARNALDO MORAES FILHO

Secretário de Estado de Segurança Pública

(Ext. nº 2232. Reg. nº 9334. Dia: 27.06.84)

ANÚNCIOS

LUNORTE S/A EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CGC (ME) 04.696.043/0001-04

CAPITAL AUTORIZADO: CR\$ 250.000.000,00

CAPITAL SUBSCRITO: CR\$ 153.817.207,00

CAPITAL INTEGRALIZADO: CR\$ 153.817.207,00

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 30/05/84.
Às 13:00 horas, na sede social, sito à Trav. Cristovão Colombo, 576, na Cidade de BELÉM, Estado do PARÁ, reuniram-se os membros do Conselho de Administração para deliberar sobre a emissão, dentro dos limites do Capital Autorizado, de 20.000.000 de ações preferenciais nominativas, classe "A", a serem subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazonia-FINAM, no valor nominal de CR\$ 1,00 cada, totalizando CR\$ 20.000.000,00, relativo ao exercício de 1984, autorizado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia-SUDAM, conforme OF. GS nº 3100/84 de 23/05/84 e 5.000.000 de ações Ordinárias nominativas, a serem subscritas pela acionista LUNORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, no valor nominal de CR\$ 1,00 cada, totalizando CR\$ 5.000.000,00. Foi aprovada por unanimidade a emissão e subscrição das ações acima, conforme Boletins de Subscrições datados de 13/06/84, assinado pelos senhores NELCY RIBEIRO SAMPAIO e JOÃO SIDNEI RODRIGUES PRADO, representantes da Empresa, pelo senhor JOSÉ MARIA FABRÍCIO da Diretoria Financeira e senhor LUIZ E. P. LOBÃO, chefe do Departamento de Incentivos Fiscais e Ações, e também pelos acionistas LUNORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, NELCY RIBEIRO SAMPAIO e JOÃO SIDNEI R. PRADO. O texto integral desta Ata foi lavrado em livro próprio e arquivado na JUNTADA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ sob o nº 475/84 em 19.06.84.

Obs.: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04146 - Reg. nº 9353 - Dia 27.06.84)

SOLEITE S/A
CGC nº 04.859.815/0001-81

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1983

Relatório da Diretoria:

Sr. Acionistas:

Cumprindo determinações legais e Estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação e aprovação de V. Sas., o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado Econômico do exercício de 1983, encerrado em 31/12/83. Esta Diretoria se coloca a disposição dos senhores Acionistas para qualquer esclarecimentos adicionais.

Belém-Pa., 13 de março de 1984

A T I V O	36.069.466,70	P A S S I V O	36.069.466,70
CIRCULANTE	3.610.026,70	CIRCULANTE	32.200.000,00
Disponibilidade:	3.610.026,70	Financiamentos p/Capital/Giro	10.000.000,00
Bens Nimerários	3.035.046,70	C/Correntes-C/Auto de Capital	22.200.000,00
Depósitos Bancários à Vista	574.980,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.869.466,70
PERMANENTE:		Ações Ord. Integralizadas	3.000.000,00
Valor Orig. Corrigido:	32.459.440,00	Reservas de Capital	1.234.800,00
Pastos em Formação	16.284.000,00	Resultados Acumulados	(365.333,30)
Obras de Infra-Estrutura	13.570.000,00		
Instalações Pecuárias	2.605.440,00		

Demonstrativo do Resultado Econômico de 1983
Período de 30/06/83 a 31/12/83.

- Custos Administrativos	64.953,30
- Despesas Financeiras	1.625.020,00
- Resultado da C.Monetária	(1.324.640,00)
- Resultado do Exercício	365.333,30

MARIA CONCEIÇÃO R.M. SOUZA GILBERTO DE ANDRADE
Presidente Vice-Presidente

MOACIR DIAS DA SILVA
CONTADOR CRC-PA 2594

Obs.: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04146 - Reg. nº 9353 - Dia 27.06.84)

PARÁBOLA AGRÍCOLA S.A.

CGC 04.258.695/0001-67

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA AOS 30 DE ABRIL DE 1984.

Aos 30 dias de abril de 1984, às 10:00 horas, na sede social, sita na Rodovia BR 316, Km 19 (parte), na cidade de Benevides, Estado do Pará, reuniram-se os acionistas da PARÁBOLA AGRÍCOLA S/A, representando a totalidade do capital social, conforme as assinaturas constantes do livro de Presença de Acionistas, com as declarações exigidas em lei, presente os Diretores PEDRO RODOVALHO MARCONDES CHAVES NETO e JOSÉ MARIA MARCONDES DO AMARAL GURGEL, instalando-se a sessão independentemente de convocação, como faculta o § 4º do art. 124 da lei nº 6.404/76. De acordo com o Estatuto Social, foi escolhido para Presidente dos Trabalhos o Sr. Pedro Rodovalho Marcondes Chaves Neto, que convidou a mim, José Maria Marcondes do Amaral Gurgel, para secretário. Após discussão dos assuntos da Ordem do Dia da Assembléia Geral Ordinária, foram unanimemente aprovadas as seguintes deliberações com as abstenções legais: 1º) APROVAR, sem restrições, o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1983, dispensada a publicação, nos termos do art. 294, II da Lei nº 6.404/76; 2º) REELEGER para novo mandato de um ano, e com remuneração individual observando o mesmo limite fixado por ocasião de sua eleição, para os cargos de Diretores Executivos, os Srs. PEDRO RODOVALHO MARCONDES CHAVES NETO, brasileiro, separado judicialmente, advogado, residente e domiciliado na Rua Bela Cintra nº 1702, aptº 32, São Paulo-SP, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.215.834 e do CPF nº 087.131.388-04 e JOSÉ MARIA MARCONDES DO AMARAL GURGEL, brasileiro, casado, advogado, domiciliado à Rua Senador Paulo Egídio nº 72, 12º andar, portador da Cédula de Identidade nº 3.549.595 e do CPF nº 056.228.838-49; 3º) APROVAR a correção da expressão monetária do capital social, no valor de Cr\$ 800.880,00 (oitocentos mil, oitocentos e oitenta cruzeiros) alterando-se, portanto, o artigo 4º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "ARTIGO 4º — O capital social é de Cr\$ 1.312.411,00 (um milhão, trezentos e doze mil, quatrocentos e onze cruzeiros), dividido em 300.000 (trezentos mil) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. § 1º — Poderão ser criadas ações preferenciais sem direito a voto apenas com prioridade no reembolso do capital sem prêmio em caso de dissolução da sociedade, até o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas; § 2º — A sociedade distribuirá em cada exercício, a título de dividendos obrigatório, 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76; § 3º — Os dividendos serão pagos mediante crédito em conta-corrente bancária aberta em nome do acionista ou na sede social, a critério exclusivo da Diretoria. Nada havendo a deliberar com relação aos lucros, porque inexistentes, passa-se à Ordem do Dia da Assembléia Geral Extraordinária, na qual foi aprovada a seguinte deliberação: 1º) ALTERAR o endereço da sede para Rodovia BR 316, Km 20 (parte), Benevides, Pará, de acordo com a nova designação dada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem DNER. 2º) CONTINUA a companhia sem a instalação do Conselho Fiscal. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia,

lavrando-se a presente ata, Benevides, 30 de abril de 1984. (a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves Neto, Presidente da Mesa; (a) José Maria Marcondes do Amaral Gurgel, Secretário. Acionistas p. FARTURA EMPREENDIMENTOS S/C LTDA. (a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves Neto; p. SOCIPI — SOCIEDADE CIVIL DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (a) Pedro Rodovalho Marcondes Chaves Neto. Confere com o original.

JOSE MARIA MARCONDES DO AMARAL GURGEL

— Secretário de Mesa —

Junta Comercial do Estado do Pará — JUCEPA —

Certifico que, por decisão da Primeira Turma, reunida em 20.06.84, foi arquivada nesta JUCEPA, sob o nº 929/84 a 1ª via da presente Ata de Parábola Agrícola S/A.

Belém, 20 de junho de 1984. — Alfredo Ferreira Coelho — Secretário Geral.

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04146 - Reg. nº 9353 - Dia 27.06.84)

CAROBEIRA AGROPECUÁRIA S/A

C.G.C Nº 04.861.506/0001-46

CAPITAL AUTORIZADO	Cr\$ 334.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	Cr\$ 15.300.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO	Cr\$ 15.300.000,00
EXTRATO DA 2ª ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1984.	

Às 10:00 (dez) horas, na sede social, sito à Trav. Castelo Branco nº 1746, na cidade de Belém, estado do Pará, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, para deliberar sobre a emissão dentro dos limites do Capital Autorizado, de 30.000.000 de Ações Preferenciais nominativas, a serem Subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada, totalizando Cr\$ 30.000.000,00, relativo ao exercício de 1984, autorizada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme OF. GS Nº 02986/84 de 23.05.84.

Foi aprovada por unanimidade a emissão e subscrição das Ações acima conforme Boletim de Subscrição de 14.06.1984, assinado pelos senhores Carlos Ernani Dacier Lobato e Maria Hortência Mendonça Lobato, representantes da empresa, pelo Senhor José Maria Fabrício, diretor Financeiro e Luiz E. P. Lobão, chefe do Departamento de Incentivos Fiscais e Ações, representando o FINAM.

O texto integral desta Ata foi lavrado em livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará, sob o nº 971/84, em 26/6/84, assinada pelo Sr. Alfredo Ferreira Coelho, Sec. JUCEPA.

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04146 - Reg. nº 9353 - Dia 27.06.84)

000753



RODEIO - CIA. AGROPECUÁRIA DA AMAZÔNIA

C.G.C. Nº 04.787.214/0001-00

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Primeira Convocação:

Capital Autorizado.....Cr\$ 982.018.115,28
Capital Subscrito e Integralizado.....Cr\$ 902.391.558,90

Ficam convocados os senhores acionistas da RODEIO-CIA. AGROPECUÁRIA DA AMAZÔNIA, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária na sede da sociedade, na Rua Quinze de Novembro, 226 em Belém, Estado do Pará, no dia 28 de maio corrente, às 11 (onze) horas, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

a) Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1983.

b) Destinação do Resultado do Exercício;

c) Aumento do Capital Subscrito e Integralizado, pela capitalização da reserva constituída no exercício de 1.983, decorrente da correção monetária, nos termos do art. 167, da Lei Nº 6.404/76;

d) Aumento do Capital Autorizado, nos termos do art. 168, parágrafo 2º, da mesma lei citada e consequente reforma do Estatuto;

e) Eleição dos membros do Conselho de Administração e Fixação da remuneração dos administradores.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

a) Elevação do capital autorizado de Cr\$ 2.291.375.602,32 para Cr\$ 4.208.875.602,32, e consequente reforma do Estatuto.

BELEM, 30 de Junho DE 1.984

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Fernando de Magalhães Pinto-Presidente.

Germano de Brito Lyra e

Roberto Ribeiro de Oliveira Resende-Conselheiros.

Obs.: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04132 - Reg. nº 9322 - Dias: 26 e 27.06.84)

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado, à venda (Cr\$ 2.000,00) no Arquivo e na Loja da I.O.E.



COMPANHIA AGROPECUÁRIA DO JAHU

C.G.C./M.F. - 05.426.846/0001-01

CAPITAL AUTORIZADO Cr\$ 4.132.882.588,00
CAPITAL SUBSCRITO Cr\$ 1.556.628.560,00
CAPITAL INTEGRALIZADO Cr\$ 1.556.554.189,00

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30/05/84.

As 10,00 horas, na sede social, situada na Fazenda Jahu, Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, reuniram-se os membros do Conselho de Administração para deliberar sobre a emissão, dentro dos limites do Capital Autorizado, de 30.000.000 de ações preferenciais nominativas classe "B", a serem subscritas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 30.000.000,00, relativo ao exercício de 1.984, autorizado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme Of. GS. nº 02910/54, de 23/05/84. Foi aprovada por unanimidade a emissão e subscrição das ações acima, conforme Boleim de Subscrição de 13/05/84, assinado pelos senhores Gaspar Arturo Betancourt y Gaudin e Roberto Restituto Manuel De La Caridad Perez Ondarse, representantes da Empresa, pelo senhor José Maria Fabrício, Diretor Financeiro e Luiz E. P. Lobão, Chefe do Departamento de Incentivos Fiscais e Ações, representando o FINAM. O texto integral desta Ata foi lavrado em livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará.

Santana do Araguaia, 13 de Junho de 1984.

JOÃO SOARES DO AMARAL NETTO
Junta Comercial do Estado do Pará - Mesa

— JU (C) 4874 — 005-072.538-68

Cartão que pertence ao Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 30.000.000,00, relativo ao exercício de 1.984, autorizado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme Of. GS. nº 02910/54, de 23/05/84. Foi aprovada por unanimidade a emissão e subscrição das ações acima, conforme Boleim de Subscrição de 13/05/84, assinado pelos senhores Gaspar Arturo Betancourt y Gaudin e Roberto Restituto Manuel De La Caridad Perez Ondarse, representantes da Empresa, pelo senhor José Maria Fabrício, Diretor Financeiro e Luiz E. P. Lobão, Chefe do Departamento de Incentivos Fiscais e Ações, representando o FINAM. O texto integral desta Ata foi lavrado em livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará.

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04142 - Reg. nº 9340 - Dia 27.06.84)

FAZENDA PARAGUASSU S/A

CCC MF nº 04.932.638/0001-11

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 DATA, HORA E LOCAL: 30.04.84, às 16:00 horas, na sede social, à Rod. BR 010, KM 1694, Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará, com a PRESENÇA dos Conselheiros: CORRADO DE CARVALHO ALVES, CYRANO FELJO VALENTE, CINÉAS FELJO VALENTE, VALTER DE CASTRO, ROBERTO ROCHA e LUIZ CARLOS SCHOLZ. DELIBERAÇÕES: em atendimento ao disposto no Art. 22 § 3º do Estatuto Social, foi escolhido, entre os Conselheiros, os Drs. CORRADO DE CARVALHO ALVES, para Presidente do Conselho de Administração, da sociedade e CYRANO FELJO VALENTE, para substituí-lo em suas ausências ocasionais ou impedimentos temporários. Tendo em vista o término, nesta data, do mandato da Diretoria, decidiram os Conselheiros, por unanimidade, eleger os Diretores que exercerão seus cargos a partir de 01.05.84 até 30.04.87. Deixando de votar os legalmente impedidos, verificou-se a reeleição dos Srs. CYRANO FELJO VALENTE, CINÉAS FELJO VALENTE e HENRIQUE HIRSCHFELD, todos residentes e domiciliados na capital do Estado de São Paulo, que tomaram posse através das assinaturas do respectivo termo a ser lavrado no livro de atas de Reunião da Diretoria. Tendo o Presidente do Conselho informado que a posição do capital social da sociedade, sob os ângulos "AUTORIZADO", "SUBSCRITO" e "INTEGRALIZADO", dividido por natureza e classe de ações, antes do aporte dos acionistas é a seguinte: CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 1.300.020.000,00; CAPITAL SUBSCRITO e INTEGRALIZADO: R\$ 1.082.823.191,10; CAPITAL A SUBSCRIVER: R\$ 217.196.808,90. Deliberou-se em seguida sobre a emissão e colocação, dentro do limite do capital autorizado, de ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 14,10, cada uma, para subscrição com recursos próprios voluntários dos acionistas, o que foi aprovado por unanimidade, para as providências necessárias à efetiva subscrição e integralização das ações, o que mereceu a aprovação de todos os membros do Conselho. O Presidente informou que somente a acionista LIMPAR ENGENHARIA S/A, inscreveu 2.036.500 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 14,10, cada, totalizando R\$ 28.916,50,00 (vinte e nove milhões quatrocentos e dezenove mil seiscentos e cinquenta cruzeiros), assinando o Boletim de Subscrição referente a emissão aprovada nesta reunião e integralizou o seu valor com crédito em conta corrente perante a sociedade. Em assim sendo, foi consideradas cumpridas as providências de subscrição e integralização, aprovados os atos pelo Conselho o que foi unanimemente concedido. Assinaram o Boletim de Subscrição pela Subscritora LIMPAR ENGENHARIA S/A os Srs. CYRANO FELJO VALENTE e CINÉAS FELJO VALENTE, pela FAZENDA PARAGUASSU S/A os Srs. CYRANO FELJO VALENTE e CINÉAS FELJO VALENTE e seu Contador MIGUEL VIDAL FILHO-TC-CRC-CP nº 44.791/P. Nada mais havendo a tratar foi lavrada e lida esta ata assinada por todos os presentes, retro citados. O texto integral desta ata foi lavrado em livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará-JUCEPA, sob nº 328/84 por decisão da Segunda Turma reunida em 11.06.84 a) ALFREDO FERREIRA COELHO Secretário Geral. (T. nº 04143 - Reg. nº 9341 - Dia 27.06.84)

SABINO OLIVEIRA INDÚSTRIAS S/A. - SAVEIRA

C.G.C. (MF) 04.897.666/0001-45

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os acionistas de SABINO OLIVEIRA INDÚSTRIAS S/A. - SAVEIRA, para às 10:00 horas do dia 03 de julho de 1984, reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente, na sede da empresa, na Av. Senador Lemos, nº 3.153, Belém - Pará - Brasil, a fim de deliberarem sobre o seguinte: Em A.G.O. - 01) Tomar as contas da Administração e examinar e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 1983; 02) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; 03) Aprovar a Cor-

reção da Expressão monetária do Capital Social, decidindo sobre a sua capitalização, e sobre a reforma estatutária consequente; 04) Eleição da Diretoria e fixação de sua remuneração; 05) - Outros assuntos de interesse Social. A.G.E. - 01) ratificar todas as decisões adotadas na Assembleia Geral Ordinária; 02) Aumento do Capital Social com aproveitamento da Reserva da Correção Monetária do Capital, e consequente reforma estatutária; 03) Outros assuntos correlatos com os anteriores; 04) O que ocorrer.

Belém, (Pa), 25 de junho de 1984.

a) RAIMUNDO NONATO PINHEIRO GASPAS

Diretor Superint. e Administrativo

CIC. 001.899.953-00

ARMANDO OLIVEIRA GASPAS FILHO

Diretor Financ. e Comercial

CIC. 025.279.443-53

(T. nº 04127, Reg. nº 9311, Dias: 26, 27 e 28/06/84).

FAZENDA RIO CURUÁ S.A.


C.G.C. nº 04.744.520/0001-60

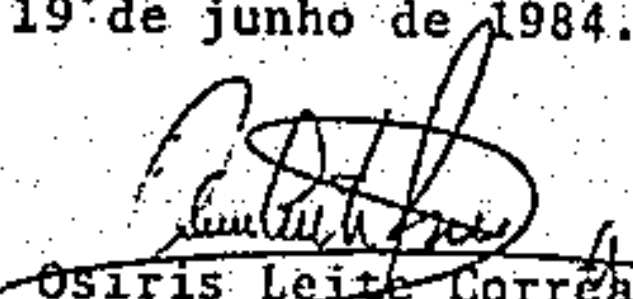
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Srs. acionistas de Fazenda Rio Curuá S.A. a se reunirem, na sede social, na cidade de Alenquer, Estado do Pará, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 03.07.1984, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) Matéria Ordinária: (a) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1983; (b) aprovar a correção da expressão monetária do capital social; (c) efetivar a capitalização da reserva

de correção do capital; e (d) eleger os administradores da sociedade; (II) Matéria Extraordinária: deliberar sobre proposta da Diretoria, de reforma estatutária, para permitir que a sociedade se enquadre como de capital autorizado, fixando o limite da autorização para o aumento do capital, criando o Conselho de Administração e regulando o seu funcionamento e competência, bem como elegendo os seus membros.

Alenquer, 19 de junho de 1984.


José Paulo Bueno
Diretor


Osiris Leite Corrêa
Diretor

* OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04124 Reg. nº 9304 Dias 25, 26 e 27/06/84)

retro citados. O texto integral desta ata foi lavrado em livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA, sob nº 310/84 por decisão da Segunda Turma reunida em 07.06.84. a) ALFREDO FERREIRA COELHO - Secretário Geral.

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04143 - Reg. nº 9341 - Dia 27.06.84)

QUAMASA-QUAGLIATO DA AMAZÔNIA AGROPECUÁRIA S/A
CGC/Nº 05.839.253/0001-77

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Pelo presente, ficam convocados os Sr. Acionistas de QUAMASA-QUAGLIATO DA AMAZÔNIA AGROPECUÁRIA S/A, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da empresa à Rua Avertano Rocha, 392-Campina-Belem (Pa), no dia 05 de julho de 1984, às dez (10:00) horas, para tratar dos seguintes:

a) Aumento do Capital Social Autorizado;

b) O que Ocorrer.

Belem (Pa); 20 de junho de 1984.

A Diretoria

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04135 - Reg. nº 9327 - Dias: 26, 27 e 28.06.84)

FAZENDA PARAGUASSU S/A

CGC/Nº 04.932.638/0001-11

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 29 de junho de 1984, às 10 (dez) horas, na sede social, à Rod. BR 010, KM 1694, Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará, a fim de tomarem conhecimento dos atos praticados pela DENAM-DENDE DA AMAZÔNIA S/A, referentes ao protocolo de incorporação desta sociedade aquela Companhia, e deliberarem a respeito.

São Domingos do Capim, 20 de junho de 1984

A Diretoria

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04149 - Reg. nº 9354 - Dia 27, 28 e 29.06.84)

Fazenda Arueira S.A.

CGC/Nº 04.932.568/0001-80

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 1984.

Às 10,00 (dez) horas do dia 30 de abril de 1984 na sede social à Av. Nazaré, 444-apto 81, em Belém-Pará, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Fazenda Arueira S/A, para deliberarem sobre os seguintes:

a) Eleição do Presidente do Conselho; b) Eleição dos membros da Diretoria. Na parte "a" da ordem do dia foi confirmado como presidente do Conselho o Sr. Affonso Arnaldo Rodrigues da Cunha, logo empossado em caráter permanente. No item "b" foram eleitos como membros da Diretoria com mandato por três anos os senhores Affonso Arnaldo Rodrigues da Cunha, Luis Alberto Rodrigues da Cunha e Carlos Armando Rodrigues da Cunha. O texto integral desta Ata foi lavrado em livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará. Luis Otávio Rodrigues da Cunha-Secretário.

Junta Comercial do Estado do Pará
JUCEPA

Certifico que, por decisão da Segunda Turma, reunida em 17.06.84, foi arquivada a ata desta Ata, sob o nº 310/84.

Ata de Reunião do Conselho de Administração
Fazenda Arueira S/A
Belem, 17 de Junho de 1984
Alfredo Ferreira Coelho
Secretário Geral

(T. nº 04146 Reg nº 9353 Dia 27/06/84)

DENAM - DENDE DA AMAZÔNIA S/A

CGC/Nº 05.858.345/0001-02

CAPITAL AUTORIZADO R\$ 5.252.875.549,00
CAPITAL SUBSCRITO R\$ 2.055.887.918,00
CAPITAL INTEGRALIZADO R\$ 2.005.341.569,00

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1984.

Às 10:00 horas, na sede social, à Rod. BR 010, KM 1694, Município de São Domingos do Capim, Comarca de São Miguel do Guamá, Estado do Pará, reuniu-se o Conselho de Administração para deliberar sobre a emissão e a colocação, dentro dos limites do capital autorizado de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações preferenciais classe "B" a serem subscritas pelo Fundo de Investimento da Amazônia-FINAM, administrado pelo Banco da Amazônia S/A-BASA, no valor nominal de R\$1,00 (um cruzeiro), cada, totalizando R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), relativo ao exercício de 1984. Autorizada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, conforme OF nº 05-02591/84 de 14.05.84. Foi aprovada, por unanimidade, a emissão e subscrição das ações acima, conforme Boletim de Subscrição de 01.06.84 assinado pelos Srs. CYRANO FEIJÓ VALENTE e HENRIQUE HIRSCHFELD representantes da empresa, pelo Sr. JOSÉ MARIA FERREIRO, Diretor Financeiro e CÉLIO BRAGA WAFERLEY, 1121-Ch. de Dpt. Int., representando o FINAM. O texto integral desta ata foi lavrado em livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará-JUCEPA, sob nº 380/84, por decisão da Segunda Turma reunida em 12.06.84 a) ALFREDO FERREIRA COELHO-Secretário Geral.

DENAM - DENDE DA AMAZÔNIA S/A

CGC/Nº 05.858.345/0001-02

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORA E LOCAL: 23.05.84, às 10:00 horas, na sede social, à Rod. BR 010, KM 1694, Município de São Domingos do Capim, Estado do Pará, com a PRESENÇA do Presidente do Conselho Dr. CONRADO DE CARVALHO ALVES e Conselheiros Srs. CYRANO FEIJÓ VALENTE, HENRIQUE HIRSCHFELD, CINEAS FEIJÓ VALENTE, WALTER DE CASTRO e NELSON DE FELICE. Composta a mesa pelo Dr. CONRADO DE CARVALHO ALVES, Presidente e Dr. CYRANO FEIJÓ VALENTE, Secretário. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade dos presentes, foi aprovada a retificação das atas referidas na Ordem do Dia, para constar que na ATA DE REUNIÃO DE 28.04.84, no item 2º, o capital integral é de R\$1.697.492.284,00 e não como constou; às fls. 2ª a posição do capital social da sociedade, sob os ângulos "AUTORIZADO" e "SUBSCRITO" e "INTEGRALIZADO", dividido por natureza e classe de ações, antes do aporte dos recursos dos acionistas e CAPITAL AUTORIZADO: R\$5.252.875.549; CAPITAL SUBSCRITO: R\$1.748.038.633; CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$1.697.492.284. NA ATA DE REUNIÃO DE 11.05.84, no item 2º, o capital integralizado é de R\$1.905.341.569,00 e não como constou; às fls. 2ª a posição do capital social da sociedade, sob os ângulos "AUTORIZADO" e "SUBSCRITO" e "INTEGRALIZADO", dividido por natureza e classe de ações, antes do aporte dos recursos dos acionistas e a seguinte: CAPITAL AUTORIZADO: R\$5.252.875.549; CAPITAL SUBSCRITO: R\$1.905.887.918; CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$1.905.341.569. Continuam mantidos todos os demais termos constantes das referidas atas e nada mais havendo a tratar, foi lavrada, lida e assinada pelos presentes,

ACINOX - AÇO INOXIDÁVEL S/A
C.G.C. 05.063.144/0001-00

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 1984.
Local, data e hora - Sede Social da Empresa à Rodovia Arthur Bernardes, 268 no dia 16 de Abril de 1984 às 15:00 horas.

Mesa diretora dos trabalhos - Presidente - AMERICO IANNINO SOARES e Secretário - ANTONIO VIEIRA SOARES NETTO.

Deliberações - Aumento do Capital Social Autorizado para Cr\$ 700.000.000,00, sendo Cr\$ 250.000.000,00 em Ações Ordinárias e Cr\$ 450.000.000,00 em Ações Preferenciais; emissão e integralização de 150.000.000 Ações sendo 90.257.000 de Ações Ordinárias e 89.748.000 de Ações Preferenciais que foram integralizadas com os seguintes recursos: Cr\$ 151.707.494,44 Reserva da Correção Monetária do Capital Integralizado e Cr\$ 28.292.505,56 Reserva da Isenção do Imposto de Renda.

A Ata foi lavrada no livro próprio e arquivada na Junta Comercial do Estado do Pará sob número 867/84, por despacho de 24 de Maio de 1984.

AMERICO IANNINO SOARES
Dir. Presidente

ANTONIO VIEIRA SOARES NETTO
Dir. Planejamento

ACINOX - AÇO INOXIDÁVEL S/A
C.G.C. 05.063.144/0001-00

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 1984.
Local, data e hora - Sede Social da empresa à Rodovia Arthur Bernardes, 268, no dia 30 de Abril de 1984 às 15 horas.

Mesa diretora dos trabalhos - Presidente - AMERICO IANNINO SOARES e Secretário - ANTONIO VIEIRA SOARES NETTO.

Deliberação da Assembleia Geral Ordinária - Aprovação do Balanço Geral e da Correção Monetária do Capital Integralizado, correspondente ao exercício encerrado à 31 de dezembro de 1983, publicado no Diário Oficial do Estado 25.231, edição de 24.04.84.
Fixação dos honorários dos diretores para o exercício de 1984 em Cr\$ 1.000.000,00 para cada um e Cr\$ 30.000,00 para cada membro do Conselho de Administração.

Deliberação da Assembleia Geral Extraordinária - ratificação da capitalização de parte da correção monetária de balanço, no valor de Cr\$ 151.707.494,44, ficando o saldo de Cr\$ 1.102.330,56 a ser capitalizado futuramente, ato este já efetivado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de Abril de 1984, e arquivada na Junta Comercial do Estado do Pará sob número 867/84.

A Ata foi lavrada no livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado do Pará sob número 369/84, por despacho de 12 de Junho de 1984.

AMERICO IANNINO SOARES
Dir. Presidente

ANTONIO VIEIRA SOARES NETTO
Dir. Planejamento

ACINOX - AÇO INOXIDÁVEL S/A
C.G.C. 05.063.144/0001-00

Capital Autorizado - Cr\$ 700.000.000,00
Capital Subscrito - Cr\$ 460.561.964,00
Capital Integralizado - Cr\$ 410.561.964,00

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA EM 06.06.84

As 10 horas, na sede social, sito à Rodovia Arthur Bernardes, 268 na cidade de Belém, Estado do Pará, reuniram-se os membros do Conselho de Administração para deliberar sobre a emissão, dentro dos limites do Capital Autorizado, de 50.000.000 de Ações Preferenciais Nominativas, a serem subscritas pelo Fundo de Investimento da Amazônia - FIAM, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada, totalizando Cr\$ 50.000.000,00, relativo ao exercício de 1984, autorizado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme OF. GS nº 3088/84, de 23.05.84, foi aprovada por unanimidade a emissão e subscrição das Ações acima, conforme Boletim de Subscrição de 06 de Junho de 1984, assinado pelos Senhores AMERICO IANNINO SOARES e PAULO AUGUSTO SHERRING DA ROCHA, representantes da Empresa, pelo Senhor JOSE MARIA FABRICIO Diretor Financeiro e LUIZ E.P. LOBÃO, chefe do Departamento de Incentivos Fiscais e Ações, representando o FIAM. O texto integral desta Ata foi lavrada em livro próprio e arquivado na Junta Comercial do Estado sob número 370/84, por despacho de 12 de Junho de 1984.

AMERICO IANNINO SOARES
Dir. Presidente

PAULO AUGUSTO SHERRING DA ROCHA
Dir. Administrativo/Financ.

Obs.: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(Ext. nº 2234 - Reg. nº 9350 - Dia 27.06.84)

QUAMASA - QUAGLIATO DA AMAZÔNIA AGROPECUÁRIA S/A.

CGC (MF) 05.839.253/0001-77

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NO DIA 30/04/84

I - Local, data e hora: Sede Social, Rua Avertano Rocha, 392, Belém (Pa), 30/04/84 às 16:00 horas; II - Convocação: - Edital publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, nos dias 30/03, 02 e 04/04/84; III - Quorum de Instalação: - presentes a totalidade dos Acionistas com direito a voto, conforme "Livro Presença de Acionistas"; IV - Mesa Diretora dos Trabalhos: - a) Presidente - Roque Quagliato; b) Secretário - Márcio Irajá Dias Gonçalves; V - Deliberações: - a) Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 1983; b) Aprovação da Correção Monetária do Capital, no valor de Cr\$ 529.247.041,28; c) Aprovação da Capitalização de Cr\$ 529.246.020,00, distribuídos

em Ações Ordinárias Cr\$ 301.865.068,00 e em Ações Preferenciais Classe "A" Cr\$ 227.380.952,00, e em decorrência o Capital Social Autorizado foi elevado de Cr\$ 424.263.933,00 para Cr\$ 953.509.953,00 representado por 505.737.410 Ações Ordinárias e 447.772.543 Ações Preferenciais Classe "A", todas nominativas de valor nominal de Cr\$ 1,00 cada; d) Aceitação da renúncia do membro do Conselho de Administração José Pedro Mário Millo; e) Eleição para membro do Conselho de Administração para completar o mandato do renunciante do Sr. Orlando Quagliato Neto. VI - Ata e Assinaturas: - A Ata correspondente a este extrato foi lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais, assinada por todos. VII - Registro: - A primeira via da Ata a que se refere este extrato, foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Pará sob o nº 449/84 em 19/06/84.

OBS: O original desta matéria foi fotografado atendendo a solicitação da parte interessada.

(T. nº 04147 - Reg. nº 9353 - Dia 27.06.84)

EDITAIS ADMINISTRATIVOS**CLUBE AGRÍCOLA EMAÚS****RESUMO DO ESTATUTO SOCIAL**

DENOMINAÇÃO: Clube Agrícola EMAÚS
SEDE: Em Obidos, Estado do Pará, sítio à Trav. Tomaz de Aquino s/n no bairro da Cidade Nova.
TEMPO DE DURAÇÃO: indeterminado
OBJETIVOS: Estimular o companheirismo e a irmandade entre os membros; Exercer a agricultura coletiva e administração da exploração que vise gerar rendimentos que permitam a seus associados a melhoria de seus padrões de vida;
Atuar junto às instituições oficiais e particulares, pleiteando a obtenção de recursos para a aplicação em suas atividades econômicas e sociais.

ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria
- c) Conselho Fiscal

DISPOSIÇÕES GERAIS:

a) Serão obrigatoriamente tomadas por Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocada para tal fim, as deliberações que versarem sobre: reforma estatutária, mudança de objetivo, fusão com outro clube e dissolução.

b) Os casos omissos no presente estatuto, serão resolvidos supletivamente, sem prejuízo do espírito da sociedade clubística, pela legislação em vigor referente às sociedades em Geral.

Obidos, 07 de junho de 1984.

DALCIDIO SARRAZIM ALVES

Presidente

(G. Reg. nº 5.836 - Dia: 27.06.84)

M.T. - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM DNER

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
(DECRETO Nº 73.140, de 09.11.73)

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO NACIONAL
DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONTRATADA: COMPANHIA MINEIRA DE
CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÃO - CIMCOP
INSTRUMENTO CONTRATO DE EMPREITADA
PD/2 nº 026/84.

RESUMO DO OBJETO: Conservação Ordinária, corretiva e preventiva na Rodovia Transamazônica (BR-230-Trecho Itaituba - Palmares; Subtrecho: Itaituba-Jacareacanga.

FUNDAMENTO LAGAL: Despacho do Sr. Diretor Executivo, no Processo Administrativo nº 02-002.223/84.

CREDITO POR ONDE CORRERÁ A DESPESA:
Verba 4.1.1.1.04.7.185.002.61.00, até o valor de Cr\$ 200.000.000,00 e verba 4.1.1.1.03.00.00.2.216.001.61.00, até o valor de Cr\$ 100.000.000,00.

VALOR E DOTAÇÃO: O valor global do contrato é de Cr\$ 339.615.600,00, sendo Cr\$ 257.615.600,00 a P.I., e Cr\$ 82.000.000,00 para reajustamentos.

EMPENHO DA DESPESA: Empenhos NR 004.123.8 e NR 004.120.3, emitidos pela Divisão Financeira do D.N.E.R., nos valores acima indicados.

DATA DA ASSINATURA: 26 de junho de 1984.
Belém, 26 de junho de 1984

Procurador ORLANDO GERALDO DE LEÃO
GUILHON

Subst. do Chefe da Procuradoria Distrital
DNER - 2º DRF

VISTO:

ENGº VALDIR SÉRGIO DOS SANTOS
Chefe do 2º DRF

(T. nº 04144 - Reg. nº 9342 - Dia 27.06.84)

FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 015/84

EM, 22.06.84

AUTORIZA a abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 20.759.400,00 para atender despesas da FBESP.

O Presidente do Conselho Estadual de Bem Estar Social no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO que, nos termos do Inciso II, do artigo 41 da Lei Federal 4320, de 17 de março de 1964, as despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica são objeto de Crédito Especial.

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza o Presidente da Fundação do Bem Estar Social do Pará, a abrir Crédito Especial no valor de Cr\$ 20.759.400,00 (Vinte milhões e setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos cruzeiros) destinados a atender despesas da FBESP.

Parágrafo Único - O Crédito Especial de que trata o "caput" deste artigo terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: Fundação do Bem Estar Social do Pará	4800
Unidade Orçamentária: Coordenação de Assistência e Orientação Social e apoio Comunitário	4803
Função: Assistência e Previdência	15
Programa: Assistência	81
Subprograma: Assistência Social Geral	486
Projeto/Atividade: Funcionamento da Assistência Social Geral e Agência da Família	2008
3.2.5.9. Outras Transferências a Pessoas	Cr\$ 585.000,00
Unidade Orçamentária: Departamento Administrativo e Finanças	4804
Função: Assistência e Previdência	15
Programa: Administração	07
Subprograma: Administração Geral	021
Projeto/Atividade: Funcionamento do Departamento Administrativo e Finanças	2010
4.2.5.0. Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado	Cr\$ 20.174.400,00

000758

Art. 2º - Os recursos necessários a execução da presente Resolução no valor de Cr\$ 20.174.400,00 correrão à conta do excesso de arrecadação conforme estabelecido no item II do § 1º e o valor de Cr\$ 585.000,00 correrão à conta da anulação parcial da dotação a seguir discriminada no orçamento vigente, conforme estabelecido no item III, do § 1º do artigo 43, Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964.

Órgão: Fundação do Bem Estar Social do Pará.....4800
 Unidade Orçamentária: Departamento Administrativo e Finanças.....15
 Função: Assistência e Previdência.....07
 Subprograma: Administração Geral.....021
 Projeto/Atividade: Funcionamento do Departamento Administrativo e Finanças.....2010
 3.1.3.2. Outros Serviços e

Encargos Cr\$ 585.000,00

Art. 3º - Os efeitos desta Resolução retroagirão a 29.05.84 após sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Estadual de Bem Estar Social, 22 de junho de 1984.

Dr. ITAIR SÁ DA SILVA

Presidente do Conselho Estadual do Bem Estar Social

(Ext. nº 2233 - Reg. nº 9343 - Dia 27.06.84)

PORTARIA Nº 195/84-GP-Presidência
 Em, 25.06.84

Abre a Fundação do Bem Estar Social do Pará, o Crédito Especial no valor de Cr\$..... 20.759.400,00, objetivando atender despesas da FBESP.

O Presidente da Fundação do Bem Estar Social do Pará usando de suas atribuições legais e com fundamento no art. 3º da Resolução nº 07 de 31 de outubro de 1983.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto em favor da Fundação do Bem Estar Social do Pará, o crédito especial no valor de Cr\$ 20.759.400,00 (vinte milhões e setecentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos cruzeiros) destinado a atender despesas da FBESP.

Parágrafo Único - O Crédito Especial de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Fundação do Bem Estar Social do Pará.....4800
 Unidade Orçamentária: Coordenação de Assistência e Orientação Social e Apoio Comunitário 4803
 Função: Assistência e Previdência15
 Programa: Assistência81
 Subprograma: Assistência Social Geral486
 Projeto/Atividade: Funcionamento da Assistência Social Geral e Agência da Família 2008
 3.2.5.9. Outras Transferências a Pessoas.....Cr\$ 585.000,00

Unidade Orçamentária: Departamento Administrativo e Finanças.....4804
 Função: Assistência e Previdência15
 Programa: Administração.....07
 Subprograma: Administração Geral021
 Projeto/Atividade: Funcionamento do Departamento Administrativo e Finanças.....2010
 4.2.5.0. Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado Cr\$ 20.174.400,00

Art. 2º - Os recursos necessários a execução da presente Portaria no valor de Cr\$ 20.174.400,00 correrão à conta do excesso de arrecadação conforme estabelecido no item II § 1º e o valor de Cr\$ 585.000,00 correrão à conta da anulação parcial da dotação a seguir discriminada no orçamento vigente, conforme estabelecido item III, do § 1º do artigo 43, Lei Federal nº 4320 de 17 de março de 1964.

Órgão: Fundação do Bem Estar Social do Pará.....4800
 Unidade Orçamentária: Departamento Administrativo e Finanças.....15
 Função: Assistência e Previdência07
 Subprograma: Administração Geral021
 Projeto/Atividade: Funcionamento do Departamento Administrativo e Finanças.....2010
 3.1.3.2. Outros Serviços e Encargos Cr\$ 585.000,00

Art. 3º - Os efeitos desta Portaria retroagirão a 29.05.84 após sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Fundação do Bem Estar Social do Pará, 25 de junho de 1984.

MÁRIO DA COSTA BARBOSA

Presidente

(Ext. nº 2233 - Reg. nº 9343 - Dia 27.06.84)

FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 187/84 - GP - PRESIDÊNCIA
 Em, 19.06.84

Abre a Fundação do Bem Estar Social do Pará, o Crédito Suplementar no valor de Cr\$..... 499.865.524,00 para reforço de dotação consignada no Orçamento vigente.

O Presidente da Fundação do Bem Estar Social do Pará usando de suas atribuições legais e com fundamento no art. 3º da Resolução nº 07 de 31 de outubro de 1983.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto em favor da Fundação do Bem Estar Social do Pará, o crédito suplementar no valor de Cr\$-499.865.524,00 (quatrocentos e noventa e nove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e vinte e quatro cruzeiros) destinado a reforço de dotação orçamentária.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (D.E.R.-PA)

PORTARIA ASSINADAS PELO SR. BEL. DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO DERPA, (RESUMIDAS)

076/84-DR.A, de 15.05.84 - DESLIGAR deste Departamento, a partir desta data, por motivo de Aposentadoria Especial, a ser concedida pelo INPS, o servidor JOSÉ YACY VIEIRA, soldador, nível 11, classe "E" do Q.P.V., deste Órgão.

077/84-DR.A, de 17.05.84 - DETERMINAR, que a partir de 10.04.84 o servidor RAIMUNDO VALDECI DA SILVA, servente do Q.P.V., com lotação no serviço de Adm. de Edifícios, exerça suas atividades no horário das 06:30 às 12:30.

079/84-DR.A, de 24.06.84 - COLOCAR à disposição do serviço de Controle e Fiscalização de Tráfego da Diretoria de Transportes Rodoviário, em caráter experimental o servidor RAIMUNDO NONATO TAVARES COELHO, Ag. Operacional do Q.P.V. deste Departamento.

080/84-DR.A, de 30.005/84 - CONCEDER, a partir de maio do corrente ano, o Benefício do salário-família, em favor do servidor PEDRO BAIA DA SILVA, de acordo com a Lei Federal nº 4.266, de outubro de 1963, regulamentada pelo Dec. Federal nº 53.153, de 10.12.63, tendo em vista que o servidor apresentou Certidão de Nascimento de seus filhos menores TATIANA DA COSTA SILVA, SIMONE DA COSTA SILVA, PEDRO LUIZ COSTA e PAULO ALMIR DIOGO DA COSTA.

081/84-DR.A, de 30.05.84 - RESCINDIR, a pedido, a partir de 12 de abril do corrente ano, o Contrato de Trabalho do servidor PEDRO ROMANO MILEO FILHO, Aux. Técnico do Q.P.V., deste Departamento.

083/84-DR.A, de 31.05.84 - CONCEDER, a partir de 1º de junho do corrente ano, ao funcionário JORGE DOS SANTOS COELHO, Ass. ADM. do Q.P.P., 6 meses de Licença Especial a que tem direito, relativa ao decênio de 1973 a 1983, de acordo com o Regulamento do Pessoal deste Departamento.

084/84-DR.A, de 31.05.84 - DESLIGAR deste Departamento, a partir de 31 de maio do corrente ano, por motivo de Aposentadoria por tempo de serviço, a ser concedida pelo INPS, a funcionária WANILDA DA CRUZ FRAZÃO, Of. ADM, nível 13, classe "C" do Q.P.P., deste Órgão.

085/84-DR.A, de 31.05.84 - DESLIGAR deste Departamento, a partir de 31 de maio do corrente ano, por motivo de Aposentadoria por tempo de serviço, a ser concedida pelo INPS, o funcionário JOÃO JOSÉ LISBÔA DOS SANTOS, Motorista, nível 11, classe "D" do C.P.P., deste Órgão.

088/84-DR.A, de 07.06.84 - CONCEDER, a partir de 1º de março do corrente ano, o Benefício do salário-família, em favor do servidor JOSÉ DE ARIMATEIA FRANÇA, de acordo com a Lei Federal nº 4.266, de outubro de 1963, regulamentada pelo Dec. Federal nº 53.153, de 10.12.63, tendo em vista que o servidor apresentou Certidão de sua filha menor LEA CRISTINA DA SILVA FRANÇA.

089/84-DR.A, de 11.06.84 - CONCEDER, a partir de julho do corrente ano, de acordo com o artigo 108 e 110 do Regulamento de Pessoal do DERPA, 3 meses de Licença Especial ao funcionário MÁRIO NICOLAU DE LEAL MARTINS, tesoureiro do Q.P.P., e chefe do serviço de Tesouraria, licença correspondente ao decênio de 1961/1971.

090/84-DR.A, de 15.06.84 - DESLIGAR deste Departamento, a partir de 01 de maio do corrente ano, por motivo de Falecimento, o servidor MAURO GUIMARÃES LAVAREDA, Ar.x. Operacional, nível 7, classe "A" do Q.P.V., deste Órgão.

Assessoria de Relações Públicas do DERPA, em 18/maio/1.984.

MARIA DE NAZARÉ PORTO MATOS
Aux. Adm.

VISTO:

JOÃO VITAL DE CASTRO
Chefe da Ass. Rel. Públicas

(Ext. nº 2229 - Reg. nº 9319 - Dia: 27.06.84)

COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE "SERRA PELADA" COOGAR

CONTRATO PARTICULAR DE EMPREITADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE TERRAPLANAGEM, REBAIXAMENTO E REGULARIZAÇÃO DOS TALUDES, REMOÇÃO DE TERRAS, SECAGEM E MANUTENÇÃO DA CAVA DO GARIMPO DE "SERRA PELADA", MUNICÍPIO DE MARABÁ, ESTADO DO PARÁ.

Contratante: Cooperativa dos Garimpeiros de "Serra Pelada" - COOGAR, CGC - 05.023.221/0001-07
Contratada: Empresa Construtora Brasil S/A, CGC - 17.164.435/0001-74.

Valor: Cr\$-8.600.000.000,00 (oito bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros).

Forma de pagamento: Conforme medições.
Prazo: 90 (noventa) dias.

Especificações Técnica: Constante do projeto apresentado por ocasião da concorrência pública.
Rescisão: Nos termos contratuais.

Foro competente: Comarca de Marabá, Estado do Pará.

Publicação solicitada por SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO, Consultor Jurídico da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada - COOGAR. (Registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, nº de Ordem 23385, Livro A, nº 2 - Livro B, nº 3, NO. 20036).

Belém-Pa, 22 de junho de 1984.

a) Ilegível

p.p. SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO
(T. nº 04140 - Reg. nº 9337 - Dia: 27.06.84)

000760

Junho - 1984

16 - Quarta-feira, 27

DIÁRIO OFICIAL

Parágrafo Único: O Crédito Suplementar de que trata o "caput" deste artigo, terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: Fundação do Bem Estar Social do Pará	4800
Unidade Orça.: Coordenação Geral da Política de Bem Estar Social	4801
Função: Assistência e Presidência	15
Programa: Administração	07
Subprograma: Supervisão e Coordenação Superior	020
Projeto/Atividade: Coordenação Geral da Política de Bem Estar Social	2001
3120 - Material de Consumo	Cr\$ 70.000.000,00
3131 - Remuneração de Serviços Pessoais	Cr\$ 75.000.000,00
3131 - Outros Serviços e Encargos	Cr\$ 10.000.000,00
3231 - Subvenções Sociais	Cr\$ 15.000.000,00
4120 - Equipamento e Material Permanente	Cr\$ 30.000.000,00

Órgão: Fundação do Bem Estar Social do Pará	4800
Unidade Orça.: Coordenação de Bem Estar do Menor	4802
Função: Assistência e Previdência	15
Programa: Assistência	81
Subprograma: Assistência ao Menor	483

Projeto/Atividade: Funcionamento dos Centros de Menores - Área Preventiva	2004
3120 - Material de Consumo	Cr\$ 102.370.524,00
3132 - Outros Serviços e Encargos	Cr\$ 95.135.000,00
4120 - Equipamento e Material Permanente	Cr\$ 2.360.000,00

Unidade Orça.: Departamento Administrativo e Finanças	4804
Função: Assistência e Previdência	15
Programa: Administração	07
Subprograma: Edificações Públicas	025
Projeto/Atividade: Recuperação de Unidades Operacionais	1001
4120 - Obras e Instalações	Cr\$ 160.000.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários a presente Portaria correrão à conta do excesso de arrecadação conforme estabelecido no item II do § 1º do artigo 43, Lei Federal 4320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Os efeitos desta Portaria retroagirão à 04.06.84 após sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário. Fundação do Bem Estar Social do Pará, 19 de junho de 1984.

MÁRIO DA COSTA BARBOSA
Presidente

(Ext. nº 2231 - Reg. nº 9332 - Dia: 27.06.84)

EDITAIS JUDICIAIS

Justiça do Estado do Pará
COMARCA DA CAPITAL

EDITAL - CARTÓRIO RUY BARATA - SEXTO OFÍCIO

EDITAL - CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS
O Doutor Carlos Fernando de Souza Gonçalves, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível e Comércio da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital de Citação com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dele tiverem conhecimento que por força do mesmo fica CITAÇÃO GERALDO SALVADOR DE AGUIAR, brasileiro, casado, comerciante, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para dentro do prazo estabelecido ultimar a transferência de cessão de ramo telefônico 222-9846, e a consequente assinatura em seu nome, nos autos de Ação de ALVARA JUDICIAL requerido por TENNYSON PORTELADA RAPOSO, brasileiro, casado, empregado, residente e domiciliado nesta cidade. E para que chegue ao conhecimento de todos e os interessados não aleguem ignorância será o presente edital publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará aos 25 dias do mês de maio de 1984. Eu, Cristóvão Jaques Barata, Escrivão Substituto, subscrevo.

CARLOS FERNANDO DE SOUZA GONÇALVES
Juiz de Direito da 6ª Vara C. e Comércio

(T. nº 04145 - Reg. nº 9349 - Dia 27.06.84)

ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE SANTARÉM

JUIZA DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DA COMARCA DE SANTARÉM - PARÁ.
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS
A Doutora DIRACY NUNES ALVES, Juíza de Direito da Segunda Vara da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, por nomeação legal, etc.....

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital com o prazo de 30 (trinta) dias virem ou dele tiverem conhecimento que se processando por este

Juízo e Cartório, os autos Cíveis de DIVÓRCIO requerido por FÁTIMA BARBOSA GOMES, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade à Rua das Nações Unidas, 540, contra WALDEMAR GOMES, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, tendo o mesmo saído de casa a mais de 20 anos, procedimento este que, inegavelmente constitui violação dos sagrados deveres conjugais, inscritos no Art. 231 do Código Civil Brasileiro, representando, pois, causa hávil a decretação do Divórcio com fundamento no Art. 5º Caput combinado com o Art. 40 da Lei 6515/77, é o presente para cita-lo a comparecer perante este Juízo, no Edifício do Fórum, desta Cidade no dia 22.10.84, às 9.30 horas para audiência de conciliação e contestar a presente ação, querendo, no prazo legal, sob pena de revelia. E para que ninguém possa alegar ignorância a MMA. Juíza mandou expedir o presente que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, aos vinte dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e quatro. Eu João de Mendonça Alho, Escrevente Juramentado, no impedimento ocasional do Escrivão subscrevi.

Dra. DIRACY NUNES ALVES
Juíza de Direito da 2ª Vara
Comarca de Santarém

(T. nº 04141 - Reg. nº 9338 - Dia 27.06.84)

PROTESTO DE LETRAS

FAÇO SABER por este EDITAL a Mazem Douraid Said, Raimunda das G. Matos Martins, Raimundo Nonato Ferreira da Costa, José Severino Ernesto José Ivar da Costa Barbosa, Maria de Lourdes Corrêa Barbosa, João de Souza Martins, Cezar Fernando Botelho de Lima, Aparecido Serafim da Silva, Flávio José da Silva Salgado, Maria das Graças Teixeira Mendes, Pedro Paulo Lima Guimarães, Mario Severino Nunes, José Garcia Neto, Constr. Inds Mendes, Geraldo Filho Ltda, Helio Serra, Julio Cesar Reded, Esiquiel Martins de Almeida, José Augusto Pacheco, Constr Barroso Ribeiro Ltda, Sebastião Paulo Frota de Medeiros, New Pop's Ltda, Maria Guilhermina França, Ind Com Exp Nav Xingu Ltda, que foram apresentadas em meu cartório a rua 28 de setembro 276 da parte de Bradesco, Unibanco, Finasa, Safra CFI, Caixa Economica Federal, Banco Real S/A, Banco Bonzano Simonsen, Banco Frances e Bras., Coml. Bandeirantes de Pneus, Banco Crédito Nacional, Banco Industrial Comercial, Banco da Amazonia S/A, Banco Estado do Pará S/A, Banco do Progresso, para apontamentos e protestos por falta de pagamento Um (1) cheque, Tres (3) Notas Promissórias, Seis (6) Letras Cambio, Treze (13) Duplicatas de contas mercantis, nos valores de Cr\$ 257.250,00 / 71.727,40 / 687.414,00 / 454.784,00 / 116.900,00 / 156.690,00 / 54.750,00 / 158.400,00 / 158.360,00 / 4.810,60 / 8.912,71 / 1.200.000,00 / 245.982,00 / 60.000,00 / 69.600,00 / 8.460,00 / 165.000,00 / 160.000,00 / 30.750,00 / 100.000,00 / 139.666,00 / 255.000,00 / 260.000,00 / 597.133,00 / 1.300.000,00 / 1.471.245,30 / com vencimentos Varios por V. Ss. emitidas e não pagas a favor de Ind Textil Abril, Unibanco Financ., Finasa, Safra CFI, Caixa Economica Federal, Banco Real S/A, Aristides Borges da Rocha, Cia Bras de Pneumatico Michelin e Com., Coml. Bandeirantes Pneus, Estância Entroncamento, Perfon, Marcos Marcelino e Cia., Disrel, Ivo Amaral Publicidade, Disrel, Macedo Ind Com Metalurg. Ltda, respectivamente e os intimos e notifico ou a quem legalmente o representam para pagarem ou dar razão por que não pagam as ditas Notas Promissórias, o Cheque, as Letras Cambio e as Duplicatas de Contas Mercantis, ficando V.Ss. ciente desde já de que os protestos respectivos serão lavrados e assinados dentro do prazo legal.

Belém, Pa, 25 de junho de 1984

(a) ISA VEIGA DE M CORRÊA
Oficial do Protesto de Letras

1º Ofício

(Ext. nº 2230 - Reg. nº 9321 - Dia 27.06.84)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

EDITAL - VISTA

Faço público, que se encontra neste Cartório no Tribunal de Justiça, com vista ao doutor José Olívar Azevedo, Advogado do Recorrido Ciro Saraiva Lima, to Recurso Extraordinário da Comarca de Santarém, contra si interposto por Anwar Rafie Taki Eddine, por seus advogados Miguel Borghezani e Rodolfo Geller, a fim de ser impugnado dentro do prazo de cinco (5) dias, contados da publicação deste Aviso.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Belém, 25 de junho de 1984.

WILSON RABELO
Escrivão

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 3ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente da Câmara, foi designado o dia 29 de junho para julgamento do seguinte feitos:

APELAÇÃO CÍVEL DE SANTARÉM

Apte: Sebastião da Silva Caldeira (Adv. Raimundo Oelras Freire)

Apdos: Nazaré Caldeira de Moura e s/marido (Adv. Luiz Ismaelino Valente)

Relator: Desembargador Romão Amoedo Neto
Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado. Belém, 25 de junho de 1984.

RITA GUILHON
pelo, Subsecretário do TJE

REPARTIÇÃO CRIMINAL

EDITAL

A Doutora Carmencin Marques Cavalcante, Juíza de Direito da 7ª Vara Penal, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo doutor Moacyr Bernardino Dias, 2º Promotor Público da Capital, foi denunciado José Ribamar Reis, brasileiro, solteiro, marítimo, res. na rua dos Mundurucús, nº 65 - Terra Firme, como incurso nas penas do artigo 1º da Lei nº 2252, de 1º de julho de 1954 do Código Penal Brasileiro. E como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente Edital, para que o denunciado sob pena de revelia, compareça a este Juízo no dia 22 do mês de agosto, às 9:30 horas, a fim de ser interrogado pela prática do crime acima mencionado.

Repartição Criminal, 11 de junho de 1984.

Eu, José Maria de Lima, escrivão, o subscrevi.

Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE
Juíza de Direito da 7ª Vara Penal

EDITAL

A Doutora Carmencin Marques Cavalcante, Juíza de Direito da 7ª Vara Penal, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo doutor, 6º Promotor Público da Capital, foi denunciado Marcelo Costa, brasileiro, sem outros dados de qualificação nos autos, res. na rua Frutuoso Guimarães, nº 378, como incurso nas penas do artigo 155 §§ 1º e 4º inciso IV comb. c/art. 12 item II, do Código Penal Brasileiro. E como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente Edital, para que o denunciado sob pena de revelia, compareça a este Juízo no dia 09 do mês de agosto, às 9:30 horas, a fim de ser interrogado pela prática do crime acima mencionado.

Repartição Criminal, 11 de junho de 1984.

Eu, José Maria de Lima, escrivão, o subscrevi.

Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE
Juíza de Direito da 7ª Vara Penal

(G. Reg. nº 5798)

EDITAL

A Doutora Carmencin Marques Cavalcante, Juíza de Direito da 7ª Vara Penal, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que pelo doutor, 5º Promotor Público da Capital, foi denunciado Waldemir Ferreira, brasileiro, motorista, natural de Ubrajara - SP, filho de Aristides Ferreira e de Sebastiana Ferreira, de endereço ignorado, em Belém, constando apenas o de São Paulo que é Rua Beque Taille, 11 - Jardim Colmbra S. Paulo/SP, como incurso nas penas do artigo 168 § único III, c/agravante agasalhada no inc. I, do Art. 44, do Código Penal Brasileiro. E como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente Edital, para que o denunciado sob pena de revelia, compareça a este Juízo no dia 16 do mês de agosto, às 9:30 horas, a fim de ser interrogado pela prática do crime acima mencionado.

Repartição Criminal, 11 de junho de 1984.

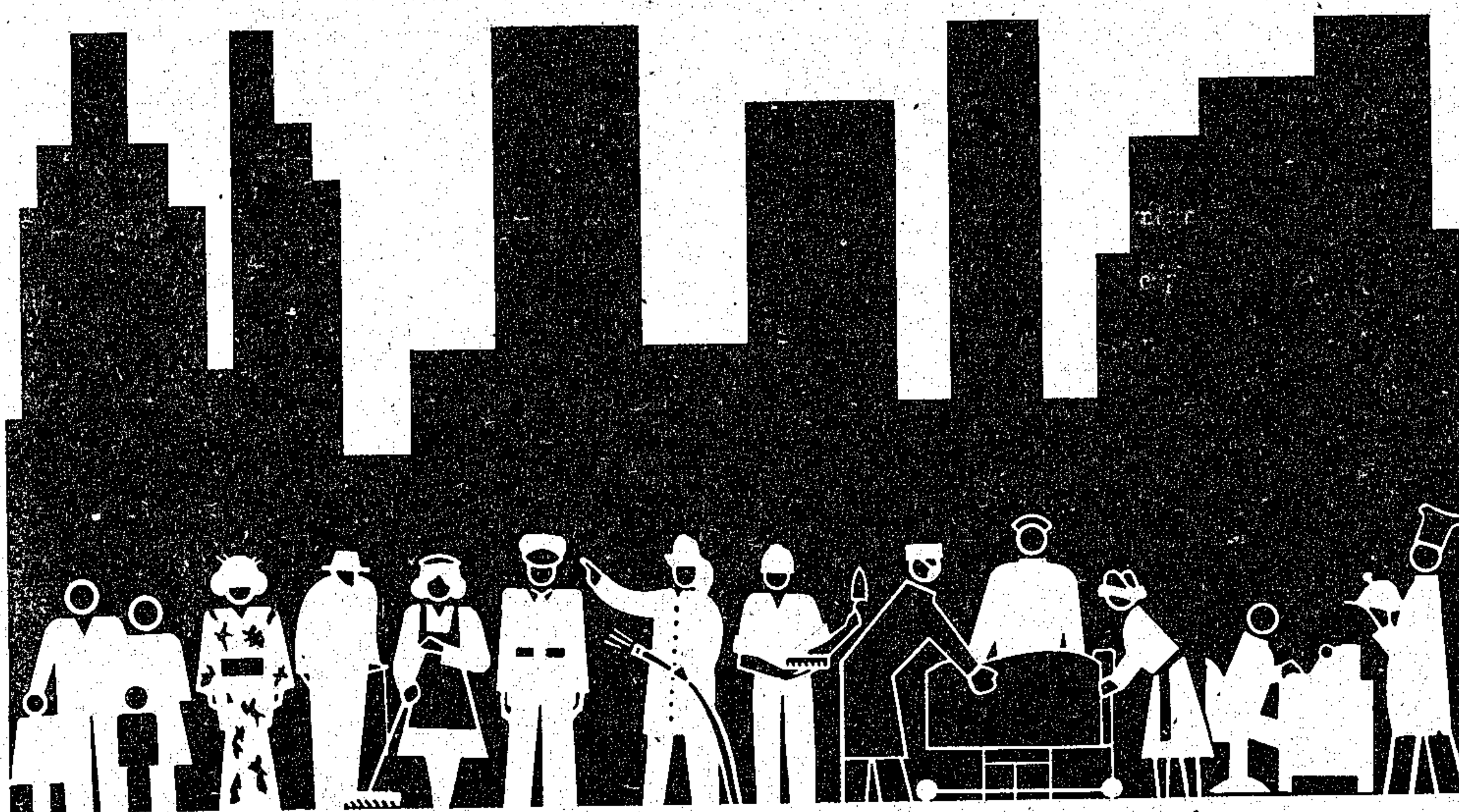
Eu, José Maria de Lima, escrivão, o subscrevi.

Dra. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE
Juíza de Direito da 7ª Vara Penal

(G. Reg. nº 5798)

"A CIDADE É SUA. CUIDE DE SUA
CIDADE COMO SE FOSSE SUA CASA".

Defesa Civil. Todos trabalhando juntos para um mesmo fim: defender a sua cidade.



Isto é Defesa Civil. Todos trabalhando juntos para a prevenção, a ação de emergência e a recuperação de áreas danificadas no município onde você vive.

Os moradores de cada área contribuindo com seu esforço pessoal e profissional para preservar a vida humana.

Procure ajudar a Defesa Civil de sua cidade.

Ela é uma ação integrada da comunidade, na sua indústria, no seu comércio, no seu sindicato, na sua associação de bairro, nos hospitais, repartições públicas, enfim, em todos os lugares deve estar presente o espírito de solidariedade.

A Defesa Civil é uma ação voluntária e por isso todos devem estar dispostos a participar nas suas tarefas.

Participe da Defesa Civil da sua cidade. Seja útil à comunidade.





República Federativa do Brasil

PARÁ

000763

CADERNO 2

Diário Oficial

ANO XXIII - 94ª DA REPÚBLICA - Nº 25.274 BELEM - QUARTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1984

TRIBUNAL DE CONTAS

Presidente: ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

RESOLUÇÃO Nº 10.478

(Processos nºs. 58.664, 59.145, 59.042, 59.074, 59.095, 59.100, 59.119 e 59.121)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 08 de maio de 1984.

CONSIDERANDO os despachos favoráveis exarados pela Exma. Sra. Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO - Relatora, nos autos dos processos acima enumerados.

RESOLVE:

UNANIMEMENTE, deferir os seguintes cadastros:

Processo nº 58.664 - Convênio nº 217/83 e seu Termo Aditivo celebrado com a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e a Prefeitura Municipal de Abaetetuba, para fazer face às despesas com o projeto "Melhoria do Sistema Viário do Distrito-Sede do referido Município".

Processo nº 59.042 - Contrato celebrado entre o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará e a firma Serviço de Vigilância/Patrimonial, para fazer face aos serviços de vigilância/armada nas áreas do Edifício Sede e Ambulatório Odontológico.

Processo nº 59.074 - Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre a Loteria do Estado do Pará e a Companhia Gráfica e Editora Globo, para fazer face a Serviços de Impressão e fornecimento de Bilhetes Lotéricos.

Processo nº 59.095 - Contrato celebrado entre o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Pará e a Firma Asterpe Ltda. (Assist. Té. e Revenda de Prod. Eletrônicos), para prestação de serviços de manutenção mecânica-eletrônica e equipamentos Micro-Computadores ALFA de propriedade deste Instituto.

Processo nº 59.100 - Contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento do Pará e a Firma Consulsan - Engenharia Ltda., para execução do serviço de Assentamento de redes de esgoto sanitário em diversos trechos no Bairro da Cidade Velha, nesta cidade.

Processo nºs. 59.119 e 59.121 - Contratos celebrados entre o Ministério Público do Estado e as Srs. Benedita Leão Magalhães

le Lia Regina de Vasconcelos Leitão, para exercerem a função de Auxiliar Judicial no referido Órgão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 08 de maio de 1984.

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Presidente em exercício

EVA ANDERSEN PINHEIRO

Relatora

EMÍLIO MARTINS

MANUEL AYRES

Foi Presente: Dr. ANTONIO MARIA CAVALCANTE

Subprocurador

ACÓRDÃO Nº 13.428

(Processos Nºs: 59.389, 59.424 e 59.425)

ASSUNTO: Aposentadorias.

RELATOR: Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam do registro das aposentadorias abaixo identificadas:

Processo Nº 59.389 - Maria José Messias Salim, no cargo de Professor, Código EP-3, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Capital, nos termos da Portaria nº 499 de 13.04.84, de acordo com os arts. 110, item III e § 2º da Constituição do Estado, art. 37 e parágrafo único da Lei nº 4502/73, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 84.807,00 (Oitenta e Quatro Mil, Oitocentos e Sete Cruzeiros) assim discriminados:

Vencimento Integral	Cr\$	82.820,00
Adicional - 35% (art. 37, § único da Lei nº 4502/73)	Cr\$	21.987,00

Provento Mensal Cr\$ 84.807,00

Processo Nº 59.424 - Sulamita Marinho da Silva, no cargo de Professor de Educação Musical, Código GEP-M-402.2, Classe "B", lotado na Secretaria de Estado de Educação - Capital, nos termos da Portaria nº 536 de 23.04.84, de acordo com os arts. 110, item III, § 2º e art. 111, item I, alínea "A" da Constituição Estadual, art. 9º da Lei nº 5020/82 e 6º do Decreto nº 3215/84, art. 37, parágrafo único da Lei nº 4502/73, calculado conforme Resolução nº 9988/82-TCE, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 237.510,00 (Duzentos e Trinta e Sete Mil, Quinhentos e Dez Cruzeiros), assim discriminados:

Vencimento Integral	Cr\$	109.200,00
---------------------	------	------------

Grat. de Nível Superior-50% (art.

9º da Lei nº 5020/82 e 6º do Dec.

nº 3215/84)	Cr\$	54.600,00
-------------	------	-----------

Adicional p/tempo de Serviço-45%

(art. 37 parágrafo único da Lei

nº 4502/73 e Res. nº 9988/82-TCE)	Cr\$	73.710,00
-----------------------------------	------	-----------

Provento Mensal	Cr\$	237.510,00
-----------------	------	------------

NESTA EDIÇÃO

PORTARIAS

Do Tribunal de Contas

RESENHAS

Da Justiça Estadual

EDITAIS

Da Justiça do Trabalho

Processo Nº 59.425 — Josepha de Oliveira Chagas, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.4, Classe "D", Lic. Curta, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Capital, nos termos da Portaria nº 540 de 24.04.84, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição Estadual (Emenda Constitucional nº 16/81), § 4º do art. 9º da Lei nº 5020/82, combinado com o art. 6º do Decreto nº 3215 de 12.03.84, art. 37, parágrafo único da Lei nº 4502/73, calculado em conformidade com a Resolução nº 9986/82-TCE, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 385.434,00 (Trezentos e Oitenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Trinta e Quatro Cruzeiros), assim discriminados:

Vencimento Integral	Cr\$	76.440,00
Salário Aula (140hs x Cr\$ 765,00)	Cr\$	107.100,00
Grat. de Nível Superior-50% (§ 4º do art. 9º da Lei nº 5020/82 e art. 6º da Lei nº 3215/84)	Cr\$	91.770,00
Adicional p/tempo de Serviço-40% (art. 37, § único da Lei nº 4502/73 e Resol. nº 9986/82-TCE)	Cr\$	110.124,00

Provento MensalCr\$ 385.434,00
como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os 03 (Três) Registros solicitados, devendo a Secretaria de Estado de Administração, corrigir os cálculos dos proventos de Maria José Messias Salim, ajustando-os ao salário mínimo vigente.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 22 de maio de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

EMILIO MARTINS

MANUEL AYRES

LAURO DE BELÉM SABBA

Foi Presente: Dr. ANTONIO MARIA CAVALCANTE — Subprocurador.

(G. Rég. Nº 5562)

ACÓRDÃO Nº 13.429

(Processo Nº 59.390)

REQUERENTE: Prof. Aldo da Costa e Silva - Secretário de Estado de Administração.

RELATOR: Conselheiro José Maria de Azevedo Barbosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Prof. Aldo da Costa e Silva - Secretário de Estado de Administração, através ofício nº 560/84, de 16.04.84, remeteu a registro neste Tribunal a Portaria nº 516, de 16 de abril de 1984 que retifica os proventos de Carmem Cardoso Ferreira, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.2, Classe B, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Município de Abaetetuba, passando a perceber Cr\$ 344.988,00 (Trezentos e Quarenta e Quatro Mil, Novecentos e Oitenta e Oito Cruzeiros), assim discriminados, cancelando-se a Portaria nº 236, de 23.02.83.

Vencimento Integral	Cr\$	82.820,00
Gratificação de Função de Direção (240 hs. x Cr\$ 765,00) - art. 164, da Lei nº 749/53	Cr\$	183.600,00
Adicional - 40%	Cr\$	98.568,00

Provento MensalCr\$ 344.988,00
como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 22 de maio de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EVA ANDERSEN PINHEIRO

EMILIO MARTINS

MANUEL AYRES

LAURO DE BELÉM SABBA

Foi presente: Dr. ANTONIO MARIA F. CAVALCANTE — Subprocurador.

(G. Reg. Nº 5562)

ACÓRDÃO Nº 13.430

(Processos Nºs: 59.406 e 59.412)

ASSUNTO: Aposentadorias.

RELATORA: Conselheira Eva Andersen Pinheiro.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam do registro das aposentadorias abaixo identificadas:

Processo Nº 59.406 — Maria de Nazaré Barros, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.2, Classe "B", lotado na Secretaria de Estado de Educação - Município de Tomé-Açu, nos termos da Portaria nº 506, de 12.04.1984, de acordo com os arts. 110, parágrafo 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81, art. 37 parágrafo único da Lei nº 4502/73, calculado na forma da Resolução nº 9986/82, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 288.603,00 (Duzentos e Oitenta e Oito Mil, Seiscentos e Três Cruzeiros), assim discriminados:

Vencimento Integral	Cr\$	62.820,00
Gratificação de Função de Direção (240hs x Cr\$ 629,00)	Cr\$	150.960,00
Adicional - 35% (art. 37, § único da Lei nº 4502/73, Resolução nº 9986/82)	Cr\$	74.823,00

Provento MensalCr\$ 288.603,00

Processo Nº 59.412 — Iolanda Valentina de Paula, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.5, Classe "E", lotado na Secretaria de Estado de Educação - Município de Salvaterra, nos termos da Portaria nº 519 de 16.04.1984, de acordo com os arts. 110, item III, § 2º da Constituição do Estado, art. 37 da Lei nº 4502/83, art. 9º da Lei nº 5020/82, combinado com o art. 6º (Dec. nº 3215 de 12.03.84), percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 398.034,00 (Trezentos e Noventa e Oito Mil, Trinta e Quatro Cruzeiros), assim discriminados:

Vencimento Integral	Cr\$	109.200,00
Salário Aula (80hs x Cr\$ 1.092,00)	Cr\$	87.360,00
Gratificação de Nível Superior - 50% (art. 9º da Lei nº 5020/82, combinado com o art. 6º do Dec. nº 3.215, de 12.03.84)	Cr\$	98.280,00
Adicional p/tempo de Serviço-35% (art. 37, da Lei nº 4502/73)	Cr\$	103.194,00

Provento MensalCr\$ 398.034,00
como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os 02 (dois) registros solicitados. Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 22 de maio de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente

EVA ANDERSEN PINHEIRO
Relatora

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EMÍLIO MARTINS

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

MANUEL AYRES

LAURO DE BELEM SABBA

Foi Presente: Dr. ANTONIO MARIA CAVALCANTE — Subprocurador.

(G. Reg. Nº 5562)

ACÓRDÃO Nº 13.431

(Processo Nº 58.421)

ASSUNTO: Tomada de Contas na Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará.

RELATOR: Conselheiro Sebastião Santos de Santana.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Tomada de Contas na Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício financeiro de 1982, de responsabilidade do Sr. Oséas Pereira Magalhães, ex-gestor municipal, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente:

I — Negar aprovação à Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de Oeiras do Pará, exercício de 1982, devendo o Sr. Oséas Pereira Magalhães, ex-gestor municipal, ser responsabilizado pela importância de Cr\$ 1.400.000,00 (Hum Milhão e Quatrocentos Mil Cruzeiros), recebida do Governo do Estado através de Convênio com o IPASEP.

II — Encaminhar os autos ao Ministério Público junto a este Tribunal, para as medidas cabíveis.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 25 de maio de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA
Relator

EMÍLIO MARTINS

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

MANUEL AYRES

Foi presente: Dr. ANTONIO MARIA CAVALCANTE — Subprocurador.

(G. Reg. Nº 5562)

ACÓRDÃO Nº 13.432

(Processo Nº 58.435)

ASSUNTO: Tomada de Contas instaurada na Prefeitura Municipal de Itupiranga.

RELATOR: Conselheiro Manuel Ayres.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da tomada de contas instaurada na Prefeitura Municipal de Itupiranga, referente ao exercício financeiro de 1982, como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar, a presente tomada de contas e autorizar à Presidência deste Tribunal a expedir o competente Alvará de Quitação, em favor do Sr. João Brasil Monteiro - Ex-Prefeito Municipal de Itupiranga, relativamente ao emprego da importância de Cr\$ 900.000,00 (Novecentos Mil Cruzeiros), auxílio recebido do Governo do Estado através Convênio nº 085/82 celebrado com a SEPLAN, para fazer face às despesas com o projeto "Implantação do Sistema de Energia Elétrica", através da aquisição de um conjunção de 12 Kvas, para o povoado de Cajarana, no referido Município. Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 25 de maio de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE
Conselheiro Presidente

MANUEL AYRES
Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

EMÍLIO MARTINS

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Foi presente: Dr. ANTONIO MARIA F. CAVALCANTE — Subprocurador.

(G. Reg. Nº 5562)

ACÓRDÃO Nº 13.433

(Processos Nºs 59.103, 59.208, 59.332, 59.392, 59.393, 59.410, 59.423, 59.426 e 59.485)

RELATOR: Conselheiro Emílio Martins.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam de registros de atos abaixo identificados:

Processo Nº 59.103 — Portaria nº 572, de 26 de abril de 1984, que retifica os proventos de Meizi Ana dos Santos Jardim, aposentada no cargo de Professor de Ensino de 2º Grau, Código GEP-M-403.3, Classe C, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Capital, fixados na Portaria nº 875, de 15.09.83, passando a perceber Cr\$ 751.882,50 (Setecentos e Cinquenta e Um Mil, Oitocentos e Oitenta e Dois Cruzeiros e Cinquenta Centavos), assim discriminados, cancelando-se a Portaria nº 322, de 09.03.84.

— Vencimento Integral	Cr\$ 109.220,00
— Grat. de Função de Direção (240 hs x Cr\$ 1.092,00) art. 6º, Item I da Lei nº 4807/78	Cr\$ 162.080,00
— Gratif. de Nivel Superior - 50% (\$ 4º, art. 9º da Lei 5020/82 e art. 6º do Dec. 3215/84)	Cr\$ 185.650,00
— Adicional - 35% (art. 37 § único da Lei 4502/73 e Resol. 9986/82-TCE)	Cr\$ 194.932,50
— Provento Mensal	Cr\$ 751.882,50

Processo Nº 59.208 — Portaria nº 177, de 22 de março de 1984, que reforma "ex-officio", na mesma graduação o Cabo PM Lenildo de Jesus Ferreira, pertencente à Companhia do Comando Geral da PM/PA, de acordo com os artigos 93, 94 Item II, 96 Item IV, 97 e 98 da Lei nº 4525 de 09 de julho de 1974, combinados com o art. 3º do Dec. 3215 de 12 de março de 1984 e Resolução nº 9986, de 23.04.82 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, passando a perceber, nessa situação os proventos anuais de Cr\$ 1.658.880,00 (Hum Milhão, Seiscentos e Cinquenta e Oito Mil, Oitocentos e Oitenta Cruzeiros), assim discriminados:

— Soldo de 3º Sgt. PM	Cr\$ 96.000,00
— Habilitação Militar 20%	Cr\$ 19.200,00
— Tempo de Serviço 20%	Cr\$ 23.040,00
— Provento Mensal	Cr\$ 138.240,00
— Provento Anual	Cr\$ 1.658.880,00

Processo Nº 59.332 — Portaria nº 477, de 09 de abril de 1984, que aposenta Alafde Damasceno Santos, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.1, Classe A, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Município de Ourém, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição Estadual (Emenda Constitucional nº 16/81) art. 37, parágrafo único da Lei nº 4502/73, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 81.414,45 (Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Quatorze Cruzeiros e Quarenta e Cinco Centavos), assim discriminados:

— Vencimento Integral	Cr\$ 60.307,00
— Adicional - 35% (art. 37, § único da Lei nº 4502/73)	Cr\$ 21.107,45
— Provento Mensal	Cr\$ 81.414,45

Processo Nº 59.392 — Portaria nº 493, de 12 de abril de 1984, que aposenta Terezinha Teixeira de Souza, no cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.1, Classe A, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Município de Acará, de acordo com os

arts. 110, parágrafo 2º da Constituição do Estado (Emenda Constitucional nº 16/81) art. 37 da Lei nº 4502/73, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 81.414,45 (Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Quatorze Cruzeiros e Quarenta e Cinco Centavos), assim discriminados:

— Vencimento Integral	Cr\$ 60.307,00
— Adicional - 35% (Art. 37 da Lei nº 4502/73)	Cr\$ 21.107,45
— Provento Mensal	Cr\$ 81.414,45

Processo Nº 59.393 — Portaria nº 495, de 12 de abril de 1984, que aposenta João Joaquim Marinho, no cargo de Agente de Portaria, Código GEP-TP-1.102.3, Classe C, lotado na Secretaria de Estado de Educação - Capital, de acordo com os arts. 110, item I, e 111 item I, alínea B da Lei Maior do Estado, combinado com o art. 161, item II e 145 da Lei nº 749/53, com a redação dada pela Lei nº 4959/81, calculado na forma da Resolução nº 9986/82 e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6948/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81), percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 65.688,00 (Sessenta e Cinco Mil, Seiscentos e Oitenta e Oito Cruzeiros), assim discriminados:

— Vencimento Integral	Cr\$ 51.295,00
— Dif. Compl. (Dec. Federal nº 88.930/83)	Cr\$ 5.825,00
— Adicional - 15% (Resol. nº 9986/82-TCE)	Cr\$ 8.550,00
— Provento Mensal	Cr\$ 65.688,00

PROCESSO Nº 59.410 — Portaria nº 527, de 23 de abril de 1984, que aposenta CIDALICE CORRÊA DA COSTA, no cargo de Diretor de Ensino de 1º Grau, Código EP-4, de acordo com os arts. 110, § 2º da Constituição Estadual (Emenda Constitucional nº 16/81), art. 164 da Lei nº 749/53, art. 37, parágrafo único da Lei nº 4502/73, calculado em conformidade com a Resolução nº 9986/82-TCE, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 419.119,50 (quatrocentos e dezenove mil, cento e dezenove cruzeiros e cinquenta centavos), assim discriminados:

— Vencimento Integral	Cr\$ 65.333,00
— Gratificação de Função de Direção (240h x Cr\$ 1.092,00), art. 164 da Lei nº 749/53	Cr\$ 262.080,00
— Adicional p/tempo de serviço-50% (art. 37, § único da Lei nº 4502/73 e Resol. nº 9986/82-TCE)	Cr\$ 163.706,50

Provento mensal

PROCESSO Nº 59.423 — Portaria nº 534, de 23 de abril de 1984, que aposenta MARIA HELENA BARATA FERREIRA, no cargo de Agente de Portaria, Código GEP-TP-1.102.3, Classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Educação-mun. de Ananindeua, de acordo com os arts. 110, item III, § 1º e 111 item I, alínea "A" da Constituição Estadual, § 1º do art. 4º da Lei nº 5020/82, art. 145 da Lei nº 749/53 com nova redação dada pela Lei nº 4959/81, e aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 6943/81 (item 3º do Acórdão nº 11.977/81-TCE), percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 74.256,00 (setenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis cruzeiros), assim discriminados:

— Vencimento Integral	Cr\$ 51.295,00
— Dif. Compl. (Dec. Fed. nº 88.930/83)	Cr\$ 5.825,00
— Adicional-30% (art. 145 da Lei nº 749/53 e Resol. nº 9986/82-TCE)	Cr\$ 17.136,00
Provento mensal	Cr\$ 74.256,00

PROCESSO Nº 59.426 — Portaria nº 539, de 23 de abril de 1984, que aposenta TEREZINHA DIAS GARCEZ, no cargo de Agente Administrativo, Código GEP-SA-901.3, Classe "C", lotado na Secretaria de Estado de Saúde Pública, de acordo com os arts. 110, item I, alínea "B" da Lei Maior do Estado, combinado com o art. 161, item II da Lei nº 749/53, art. 3º da Lei nº 4913/80, art. 145 da Lei nº 749/53, com nova redação dada pela Lei nº 4959/81, calculados em conformidade com a Resolução nº 9986/82-TCE, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 331.466,25 (trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros e vinte e cinco centavos), assim discriminados:

— Vencimento Integral	Cr\$ 78.870,00
— Compl. Salarial — 1/3 (art. 3º da Lei nº 4913/80)	Cr\$ 26.290,00
— Função Gratificada (FG-4)	Cr\$ 73.710,00
— Gratificação de Padletas	Cr\$ 86.303,00
— Adicional-25% (art. 145 da Lei nº 749/53, com nova redação dada pela Lei nº 4959/81 e Resolução nº 9986/82 - TCE)	Cr\$ 66.293,25
Provento mensal	Cr\$ 331.466,25
PROCESSO Nº 59.485 — Portaria nº 596, de 04 de maio de 1984, que aposenta REGINA COELI DOS PRAZERES CAMPOS, no cargo do Professor de Ensino de 1º Grau, Código GEP-M-401.5, Classe "E", lotado na Secretaria de Estado de Educação-Capital, de acordo com os arts. 110, item III e parágrafo 2º da Constituição do Estado, art. 37 da Lei nº 4502/73, art. 9º da Lei nº 5020/82, combinado com o art. 6º do Decreto nº 3215/84, percebendo nessa situação os proventos mensais de Cr\$ 751.842,00 (setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e dois cruzeiros), assim discriminados:	
— Vencimento Integral	Cr\$ 109.200,00
— Gratificação de Função de Direção (240h x Cr\$ 1.092,00)	Cr\$ 262.080,00
— Gratificação de Nível Superior-50% (art. 9º da Lei nº 5020/82, combinado com o art. 6º do Decreto nº 3.215/84)	Cr\$ 185.640,00
— Adicional-35% (art. 37 da Lei nº 4502/73)	Cr\$ 194.922,00
Provento mensal	Cr\$ 751.842,00

como tudo dos autos consta.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder os 09 (nove) registros solicitados, devendo a Secretaria de Estado de Administração, providenciar a atualização dos proventos referentes as aposentadorias de ALAIDE DAMASCENO SANTOS, TEREZINHA TEIXEIRA DE SOUZA, JOÃO JOAQUIM MARINHO, MARIA HELENA BARATA FERREIRA e TEREZINHA DIAS GARCEZ.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 25 de maio de 1984.

ÉLIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

EMÍLIO MARTINS

Relator

SEBASTIÃO SANTOS DE SANTANA

JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

MANUEL AYRES

Foi presente: Dr. Antônio Maria F. Cavalcante — Subprocurador.

(G. Reg. nº 5.562)

D. Pessoal

Portaria nº 5.904 de 01 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Conceder à funcionária Raymunda Léa Mendes Caccella, Auxiliar de Controle Externo Classe "B" (TC-AC-11), três meses de Licença Especial nos termos do Art. 1º da Lei 5.099, de 30.11.83, que dá nova redação aos artigos 116, 117 e 119, da Lei nº 749, de 24.12.53 // (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), no período de 06.06. a 03.09.84.

Dê-se ciência

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 01 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº 5557)

D. Pessoal

Portaria nº 5.905 de 01 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Fixar o período de férias relativas ao exercício de 1984, da funcionária Rita Helena Alves Pessoa, Agente de Mecanização e Apoio Classe "A" (TC-AC-6), para o mês de dezembro do corrente ano.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, 01 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº (5557))

D. Pessoal

Portaria nº 5.906 de 04 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Designar, José Eduardo Rodrigues Lobão, para exercer em substituição, o cargo em comissão de Chefe de Contadoria TC-NM-08, durante o impedimento da titular Nazaré Melo da Costa, no período de 01 a 30 de junho do corrente ano.

Dê-se ciência

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado Pará, em 04 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº (5557))

D. Pessoal

Portaria nº 5.907 de 05 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Conceder à funcionária Maria das Graças Feliz Dantas, Auxiliar de Controle Externo Classe "A" (TC-AC-9), vinte (20) dias de licença para assistir pessoa da família, nos termos do Art. 105 da Lei 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), no período de 07 a 26 de maio do corrente ano.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 05 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº (5557))

D. Pessoal

Portaria nº 5.908 de 06 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Designar Maria do Perpétuo Socorro da Silva Pereira, para exercer em substituição, a função de Dire

tora da 1ª Divisão - TC-DAI-020,3 NM, durante o impedimento da titular Raymunda Léa Cacella, no período de 06.06. a 03.09.84.

Dê-se ciência

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº (5557))

D. Pessoal

Portaria nº 5.909 de 06 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Conceder ao funcionário, Lázaro Braz do Nascimento, Agente Operador de Veículos Classe "C" (TC-NM-7) seis (06) meses de Licença Especial nos termos do Art 1º da lei nº 5.099, de 30.11.83, que dá nova redação/ aos artigos 116, 117 e 119, da Lei nº 749, de 24.12.53 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), no período de agosto de 1984 a janeiro de 1985.

Dê-se ciência

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº (5557))

D. Pessoal

Portaria nº 5.910 de 06 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Transferir o período de férias relativas ao exercício de 1984, da funcionária Maria Auxiliadora dos Santos, Auxiliar de Controle Externo Classe "B" (TC-AC-10), do mês de julho para o período de 1º a 30 de setembro do corrente ano.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 06 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº 5658)

D. Pessoal

Portaria nº 5.911 de 07 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Transferir o período de férias relativas ao exercício de 1984, da funcionária Maria do Perpétuo Socorro da Silva Pereira, Auxiliar de Controle Externo,

Classe "A" (TC-AC-9), de julho para o mês de novembro do corrente ano.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 07 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº 5658)

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 07 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº 5658)

D. Pessoal

Portaria nº 5.913 de 07 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Transferir o período de férias relativas ao exercício de 1984, do funcionário Anastácio Trindade / Campos, Agente de Mecanização e Apoio Classe "A" (TC-AC-6), do mês de julho para o período de 16 de julho a 14 de agosto do corrente ano.

Dê-se ciência.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 07 de junho de 1984.

ELIAS NAIF DAIBES HAMOUCHE

Conselheiro Presidente

(G. Reg. nº 5658)

D. Pessoal

Portaria nº 5.912 de 07 de junho de 1984

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Transferir o período de férias relativas ao exercício de 1984, do funcionário Lázaro Monteiro Lopes, Auxiliar de Controle Externo Classe "A" (TC-AC-9) do mês de julho para o período de 01 a 30 de outubro do corrente ano.

Dê-se ciência.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente: EDGAR M. LASSANCE CUNHA

RESENHAS DA JUSTIÇA ESTADUAL

CARTÓRIO MOACYR SANTIAGO

JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL E COMÉRCIO, ORFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS DA COMARCA DE BELÉM

JUIZ: DRA. RUTÊA FORTES

ESCRIVÃO: MOACYR SANTIAGO

CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO, ORFÃOS, AUSENTES E INTERDITOS

RESENHA DO DIA 22 DE JUNHO DE 1984.

Proc. nº 2.369/84 - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. AUTOR: Antonio dos Santos Bezerra. RÉ: Belauto Administradora Ltda. ADVOGADOS: Drs. Maria E. Tavares e Augusto R. Klautau. DESPACHO: I)- Deposite-se a quantia constante da inicial em Caderneta de Poupança do Banpará, a disposição do Juízo. II)- Diga a parte contrária, sobre os documentos de fls. 44-55. III)- Junte-se a Requerida, no prazo de 03 dias, o relatório da Assembléia Geral mencionado às fls. 23. Item III, vigente à época da formação do grupo, isto é, segundo o carnê de fls. 44, situado em julho de 1983.

Proc. nº 2067/84-B. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. IMPUGNANTE: Econômico S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. IMPUGNADA: Vivenda - Associação de Poupança e Empréstimo. ADVOGADOS: Drs. Ana Maria F.B. do Carmo e Roberto G. Pinheiro. DESPACHO: Vistos, etc. Julgo improcedente o pedido e mantenho o valor de Cr\$-22.421.912,52 (vinte e dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil novecentos e doze cruzeiros e cinquenta e dois centavos), atribuído ao embargo, acolhendo a doutrina e jurisprudência retro-citadas, cujo valor, aliás é inferior ao da avaliação de fls. 22 dos autos de execução, o qual todavia, não-situa como valor da causa pois seria "ultra-petita", ferindo o disposto no art. 460 do C.P.C. Condono o impugnante ao pagamento das despesas, na forma dos parágrafos 1º e 2º, do art. 20, do Estatuto Processual, não havendo que se falar, na hipótese "sub judice", em honorários advocatícios, por não caberem os mesmos em tais decisões, pois estes, não são devidos nos

incidentes e nos recursos, consoante a orientação jurisprudencial, coesa com o dispositivo supra-mencionado. P.R.I.

Proc. nº 1.832/83 - DE DESPEJO. AUTORA: Josefa Garcia Soares Gonçalves. RÉU: Orlandino Ventura. ADVOGADOS: Drs. Pedro P. da Silva Campos e Ary Jansen Branco. DESPACHO: Diga a autora sobre a certidão de fls. 71.

Proc. nº 2.019/83 - DE DESPEJO. AUTORA: Daisy Pereira da Rocha e Souza. RÉU: Giacomo Alleo. ADVOGADOS: Drs. Luiz R. Meira e Raimundo Moreira Júnior. DESPACHO: Recibo a apelação nos feitos suspensivo e devolutivo. Ao apelado, para responder, no prazo legal.

Proc. nº 2.460/84 - DE DESPEJO. AUTOR: João Manoel Rodrigues. RÉU: Jeovah Penha Ferreira. ADVOGADO: Dr. Osmar C. dos Santos. DESPACHO: Cite-se o réu para vir contestar a ação, ou, mesmo prazo, requerendo a purgação da mora.

Proc. nº 2.278/84 - DE DESPEJO. AUTOR: Tennyson Portelada Raposo. RÉ: A.C. Corrêa & Cia. ADVOGADO: Dr. Alacy V. Nahum. DESPACHOS: (Despacho de fls. 34) Certifique o sr. escrivão se a decisão transitou em julgado. (Despacho de fls. 34, verso) - Expeça-se o competente mandado de despejo consoante o requerido às fls. 33, e com observância no disposto no art. 43, parágrafos 1º e 2º da Lei, nº 6.649, de 16.5.79, havendo-se cuidado com os móveis e utensílios.

Proc. nº 2.355/84 - DE EXECUÇÃO. EXEQUENTE: Encol S.A. Engenharia, Comércio e Indústria. EXECUTADO: José Ailton e Silva. ADVOGADO: Dr. Alberto de L. Freitas. DESPACHO: À conta. Honorários arbitrados em 10% sobre o valor do débito.

Proc. nº 2.200/84 - DE EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. EXEQUENTE: Vivenda - Associação de Poupança e Empréstimo. EXECUTADOS: Eduardo Pimentel e sua mulher. ADVOGADA: Dra. Antonete Machado. DESPACHO: Explique a requerente a discrepância entre o requerido às fls. 33 e a certidão de fls. 31.

Proc. nº 2384/84 - DE EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA. EXEQUENTE: Vivenda - Associação de Poupança e Empréstimo. EXECUTADOS: Manoel Viana da Cunha Filho e sua mulher. ADVOGADA: Dra. Antonete Machado. DESPACHO: A certidão de fls. 28, verso, comprova que os próximos executados estão na posse direta do imóvel, sendo o prazo de desocupação de 30 dias, conforme o previsto no art. 4º parágrafo 2º da Lei nº 5.741, de 01.12.1971, e não o de 10 dias, como pede a Requerente, por equívoco. Assim,

defiro, em parte, o pedido, para que se expeça mandado de desocupação no prazo de 30 dias.

Proc. nº 2.201/84 - DE EXECUÇÃO, HIPOTECÁRIA. EXEQUENTE: Vivenda - Associação de Poupança e Empréstimo. EXECUTADOS: Maria das Graças Neves de Andrade e seu marido. ADVOGADA: Dra. Antonete Machado. DESPACHO: Expeça-se mandado de desocupação com o prazo de 10 dias, concedido "por equidade" aos executados, p/ a desocupação compulsória e imediata.

Proc. nº 2.450/84 - DE REQUERIMENTO DE INTERDIÇÃO. REQUERENTE: Curadoria., de Interditos. CURATELANDA: Terezinha de Jesus Fontes de Oliveira. CURADORA: Maria Lúcia Fontes de Oliveira. DESPACHO: Nomeio curador à lide o Dr. Moacir Moraes, que deverá prestar compromisso. Designo o dia 26 do corrente, às 9 hs., p/ o interrogatório da curatela, cientes o M.P., e o dr. curador à lide.

Proc. nº 2.461/84 - DE ALVARÁ JUDICIAL. REQUERENTE: Maria Lúcia Alves Kran. ADVOGADA: Dra. Lindalva N.V. Magalhães. DESPACHO: Diga o M.P.

Proc. nº 2.451/84 - DE BUSCA E APREENSÃO. AUTORA: S A White Martins. RÉU: Jose Elizeu Beckman. ADVOGADO: Dr. Humberto H. de Vasconcelos. DESPACHO: Expeça-se mandado liminar. Executada esta, cite-se o réu p/ contestar, em 03 dias, ou, em igual prazo, se já tiver pago 40% do preço financiado, requerer a purgação da mora.

Proc. nº 1.416/82 - DE INVENTÁRIO dos bens deixados por falecimento de João Dias da Silva. INVENTARIANTE: João Luiz Dias da Silva. ADVOGADA: Dra. Suzana C.D. da Silva. DESPACHO: Como requer.

Proc. nº 1.897/83 - AÇÃO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE. AUTORES: Alberto Pinto de Araújo e outro. RÉU: Monteiro & Cia. Ltda. ADVOGADOS: Drs. Simão Bentes e Izabel Osório (Curadora). DESPACHO: Proceda-se à avaliação, através avaliador judicial, o qual deverá atribuir, dentro das suas funções, o valor real e atual do bem.

Belém, 22 de junho de 1984.

MOACYR SANTIAGO
Escrivão

RESENHA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª Vara Cível e Comércio. Privativa de Órfãos, Interditos e Ausentes desta Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc.

JUIZ: Bacharel WILSON DE JESUS MARQUES DA SILVA. ESCRIVÃO: ODON GOMES DA SILVA.

2ª Vara Cível e Comércio. DESPEJO. Autor: Afonso Vitor Rodrigues Cardoso. Réu: Jeová Teixeira Monteiro. Sentença: Parte Final "... ISTO POSTO e nos exatos termos do artigo 330, inciso II do Código de Processo Civil, considerando que o réu incorreu em revelia, nos moldes do artigo 319 do mesmo diploma legal, não ocorrendo qualquer das hipóteses do artigo 320 dessa lei, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO, para, de conformidade com o artigo 19, inciso II, combinado com o artigo 52, inciso I, este da Lei nº 6.649, de 16.5.1979, decretar o despejo dos imóveis da presente ação e que foram locados pelo autor AFONSO VITOR RODRIGUES CARDOSO ao réu JEOVÁ TEIXEIRA MONTEIRO, fixando em dez (10) dias o prazo para a desocupação dos mesmos. Condeno o réu a pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios que arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor que foi atribuído à causa. P.R., e I." (19/6/84) Advogado: Dr. Afonso Vitor Cardoso.

2ª Vara Cível - Órfãos. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. Autores: Abel Martins de Souza Leão e Adelina Sardo Martins - menores, representados por seu tutor Benedito de Souza Leão. Réu: Manoel Sardo de Souza Leão. Sentença: Parte Final "... ISTO POSTO: Não tem razão o embargante. A sentença de fls. 110/112 não suscita qualquer dúvida, assim como, nela, inexistente qualquer contradição. Realmente, depois de prestados as contas de fls. 11/49, sendo apontado um saldo credor em favor dos autores e igual a Cr\$ 698.112,61, foi o dinheiro, por determinação deste juízo, depositado, no Banco do Estado do Pará, em Caderneta de Poupança, objetivando-se, com isso, um rendimento que, afinal, irá beneficiar o próprio embargante. Logicamente, ocorrendo desigualdade entre o valor dos juros e da correção monetária, apurados, nos autos, por cálculo do Contador do Juízo, a partir do ajuizamento da ação, e o valor dos juros e correção monetária, apurados na caderneta de poupança a partir do depósito feito, bem posterior à data em que ocorreu o ajuizamento da ação, do total a ser pago, pelo embargante, segundo a sentença, será abatido o "quantum" apurado na Caderneta de Poupança. Com relação a

outra situação reclamada pelo embargante, acredita-se que ele tenha deixado de considerar: - que a ação de prestação de conta integra o elenco dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e - que, em se tratando de prestação de contas provocada, ocorre a sucumbência do réu, nas seguintes situações que decorrem da sua citação: - se ele não apresenta contas e nem contestação a ação: - se ele, no prazo legal de cinco (5) dias, comparece mas ao invés de contestar a ação, a confessar, isto é, não nega a obrigação de prestar suas contas; - se ele contesta a ação sem, contudo, apresentar as contas e a sentença reconhece a improcedência da contestação; - se ele, no quinquênio, apresenta suas contas conforme o pleito da inicial. Prestando contas, no quinquênio, sejam essas contas boas ou não, o réu confessa a sua mora pois que reconhecendo, assim, a sua obrigação de prestá-las, deixa bem claro que só o fez, no momento processual determinado em lei, por provocação de quem tinha o direito de exigí-las. No caso em apreciação, o réu embargante prestou contas, demonstrando um saldo credor em favor dos autores, contas essas que o juízo aprovou, em decorrência do que as declarou boas, o que não redime o acionado da mora que ele próprio confessou, tacitamente, pelo que sucumbiu, sofrendo a imposição da pena prescrita pelo artigo 20 do Código de Processo Civil. POR TAIS FUNDAMENTOS, rejeito os embargos de declaração interpostos, pelo que fica a sentença de fls. 110/112 mantida, integralmente, em todos os seus termos. Publique-se e Registre-se." (19/6/84) Advogados: Drs. Ophir José Novaes Coutinho, Glairson Dias Figueiredo.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: I. N. Crespim, Máquinas e Motores Ltda., Devedora: Conasa - Comércio Navegação Santos Ltda. Sentença: "Vistos, etc. Considerando a manifestação de fls. 27, nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro, por sentença, para que produza os seus legais efeitos, extinta esta execução que, no valor de Cr\$ 471.455,67, I. N. Crespim, Máquinas e Motores Ltda., moveu contra Conasa - Comércio Navegação Santos Ltda. Desconstituindo-se, assim, a penhora do bem descrito no autos de fls. 24 e verso, a qual fica sem efeito, mando que se oficie, à Telepará - Telecomunicações do Pará S/A., comunicando o fato, para os fins de direito. Custas "ex lege". Publique-se e registre-se, dando-se baixa na distribuição." (20/6/84) Advogada: Dra. Carmen Lúcia M. Cunha.

2ª Vara Cível e Comércio. DESPEJO. Autora: Maria de Fátima Cordeiro Barroso. Réu: Roberto José Corrêa. Despacho: "Defiro o pedido de fls. 15, admitindo que o réu Roberto José Corrêa pague, até o dia 06 do mês de julho entrante, às 11 horas, em cartório, - nos termos do artigo 36 da Lei nº 6.649, de 16.5.1979, os aluguéis em atraso, inclusive os que se venceram até a efetivação do pagamento; os juros de mora; as despesas processuais; e os honorários advocatícios que fixo, de plano, em 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito. Sendo feito, regularmente, o pagamento ordenado, autorizo o Senhor Escrivão do feito a receber a respectiva importância, entregando-a, posteriormente, mediante as cautelas legais, à locadora Maria de Fátima Cordeiro Barroso, o qual deverá recebê-la, sob pena de depósito. Baixem os autos, ao Cartório do Contador do Juízo, para o levantamento Geral da Conta." (20/6/84) Advogados: Drs. Jonas Soares Valente Júnior, Luiz Fernando Guaracio da Luz.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credor: Walid Toufic Said. Devedor: Germano Arnould de Figueiredo. Despacho: "Considerando as manifestações de fls. 38 verso, e 39 verso, as quais comprovam ser idônea do credor, defiro o pedido de fls. 35, determinando seja expedido o competente mandado, para a penhora dos bens nomeados pelo exequente e que Oficial de Justiça José Maria Pereira, encarregado das diligências do feito, não penhorou pelos motivos que expõe, em a certidão de fls. 26. Determino, também, que seja atribuída, ao Oficial de Justiça Paulo Pacheco Gusmão, a partir deste momento do processo, a responsabilidade pelo cumprimento de todas as diligências indispensáveis à tramitação correta do feito." (20/6/84) Advogado: Dr. Adel Sleiman Banna.

2ª Vara Cível e Comércio. AÇÃO RENOVATÓRIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO COMERCIAL. Autora: Importadora e Exportadora de Calçados Ltda. Réus: José Cardoso Lopes, Américo Cardoso, Maria dos Anjos Cardoso Figueiredo e possíveis herdeiros do falecido Francisco Antonio Cardoso. Despacho: "Sejam intimados o perito do juízo e assistente técnico indicado pelos réus a prestarem, em cartório, no dia 28 do mês corrente, às 11.00 horas, o necessário compromisso. Para o início da vistoria, designo o dia 29 deste mesmo mês em curso, às 09.00 horas, no local onde se situa o imóvel a ser vistoriado." (19/6/84)

Advogados: Drs. Fernando da Silva Gonçalves, Otávio Augusto Neves Leão de Salles, Milton F. Chagas.

2ª Vara Cível e Comércio. MEDIDA CAUTELAR DE EXAME PERICIAL ANTECIPADO. Requerentes: Benedita Imaculada Corrêa Lauzid e seu marido Pedro Cassio Bezerra Lauzid. Requeridos: Raimundo Marques Martins. Despacho: "Seja o requerido citado, nos termos do artigo 802 do Código de Processo Civil, para, no prazo de cinco (5) dias, querendo, apresentar a contestação que tiver. Para o exame pericial requerido, nomeie perito do juízo o Engenheiro Civil José Maria Monteiro David, residente nesta cidade. Dentro em cinco (5) dias, contados da intimação deste despacho, indiquem as partes, querendo, assistentes técnicos, apresentando os quesitos que tiverem". (19/6/84) Advogado: Dr. Jaci Monteiro Colares.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: Bamerindus S.A. - Financiamento, Crédito e Investimentos. Devedores: Eduardo Gadelha Barbosa e Mário Soares Cardoso. Despacho: "Sem qualquer prejuízo das diligências já referidas, para a correta tramitação deste feito, defiro o pedido de fls. 13, determinando baixem os autos, ao Cartório do Contador do Juízo, para levantamento geral da conta que deverá incluir o valor do débito principal (Gr\$ 1.409.412,60) e os valores correspondentes aos juros de mora; as despesas processuais; aos honorários advocatícios que arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito; e à correção monetária." (20/6/84) Advogados: Drs. Afonso Vitor Cardoso, Loris de Oliveira Neves.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: Varig S.A. - Viação Aérea Rio - Grandense. Devedora: Nelma Adyla Age de Carvalho. Despacho: "Seja expedido o competente mandado executivo citatório." (19/6/84) Advogado: Dr. Júlio de Alencar.

2ª Vara Cível - Órfãos. INVENTÁRIO. Inventariado: Augusto Ebremer de Bastos Meira. Inventariante: Maria de Lourdes Freitas de Meira. Despacho: "Sobre o pedido de fls. 120, instruído com os documentos de fls. 122/126, digam, no prazo comum de cinco (5) dias, as partes e o representante do Ministério Público." (19/6/84) Advogados: Drs. Paulo Antonio Machado Garcia, Joselisa Côrte Kauffman, Luis Roberto Meira.

2ª Vara Cível - Órfãos. INVENTÁRIO. Inventariado: Tristão Araripe da Rocha Bastos. Inventariante. Despacho: "Nos termos do artigo 990, inciso I, do Código de Processo Civil, nomeie a requerente Maria Diva Barata da Rocha Bastos, pela sua condição de cônjuge supérstite, inventariante dos bens ficados por falecimento de Tristão Araripe da Rocha Bastos. Seja prestado, pela nomeada, dentro de cinco (5) dias, o necessário compromisso, devendo ela, dentro de vinte (20) dias, contados da data em que prestou o compromisso, fazer as primeiras declarações." (20/6/84) Advogado: Dr. Monclar da Rocha Bastos.

2ª Vara Cível e Interditos. CURATELA. Paciente: Humberto Maia de Jesus Chaves. Requerente: Bela Aurora de Jesus Chaves. Despacho: "Sobre o pedido de fls. 2/3, manifeste-se, inicialmente, o Ilustríssimo Senhor Doutor Curador Geral de Órfãos. Interditos e Ausentes, o qual, nos termos do parágrafo 1º do artigo 1.182 do Código de Processo Civil, neste procedimento, representará o interditando." (19/6/84) Advogada: Dra. Ermelinda Melio Garcia.

2ª Vara Cível - Órfãos. INVENTÁRIO. Inventariado: Secundino Lopes Portella. Inventariante: Maria Antonieta Bitar Portella. Despacho: "Sobre o pedido de fls. 391, digam, no prazo comum de cinco (5) dias, as partes, o representante do Ministério Público e o representante da Fazenda Estadual." (20/6/84) Advogado Dr. Fernando da Silva Gonçalves.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: ADETUR - AMAZÔNIA DESENVOLVIMENTO E TURISMO S.A. Devedor: Paulo Martins Ramalho. Despacho: "Seja expedido o competente mandado executivo citatório." (20/6/84) Advogados: Drs. Delmiro dos Santos.

2ª Vara Cível e Comércio. DESPEJO. Autora: Maria de Nazaré Alves Roque. Réu: Elias Melem de Melem. Despacho: "Cite-se." (20/6/84) Advogada: Dra. Evangelina Alencar Farah.

2ª Vara Cível e Comércio. EXECUÇÃO. Credora: MAPASA - Madeiras do Pará S.A. Devedora: Gilmar Karpinski. Despacho: "Seja expedido o competente mandado executivo citatório (20/6/84) Advogado: Dr. Frederico Coelho de Souza.

Belém - Pa., 20 de junho de 1984

ODON GOMES DA SILVA

Escrivão

EXPEDIENTE DO DIA 20 DE JUNHO DE 1984

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO - CÍVEL, COMÉRCIO E FAMÍLIA

FÓRUM - PALÁCIO DA JUSTIÇA - 3º ANDAR

BELEM - PARA

ESCRIVÃO: - AMILCAR CÂMARA LEÃO

EXPEDIENTE RECEBIDO DOS JUÍZES

4ª Vara

Petição de: Manoel Francisco de Moraes, por seu advogado Dr. Valdemar da Silva, requerendo juntada aos autos o substabelecimento de Procuração, nos autos da Ação de Reintegração de Posse que move contra Francisca Alves de Oliveira.

Petição de: Raimundo Fernandes Cruz, por seu advogado Dr. Antônio Miranda da Fonseca, requerendo juntada de Procuração nos autos da Ação de Execução que lhe move Financeira Bemge S/A.

Petição de: Carmen Corrêa de Amorim, por seu advogado Dr. Reynaldo Andrade da Silveira, requerendo desistência da Ação de Despejo que move contra Alberto Rodrigues dos Santos.

Proc. nº 266/83-A - AGRADO DE INSTRUMENTO

Agrav: Sebastião Pena da Fonseca e outros

Adva: Joselisa Corte Kauffman

Agrav: Albino Ferreira Jorge

Adv: Marcos José Nahon

Desp: Recebo o agravo. Forme-se o instrumento. Intime-se o Agravado para indicar as peças de processo que pretende transladar ou juntar documentos novos, querendo, dentro do prazo legal.

Proc. nº 576/83 - MANUTENÇÃO DE POSSE

Aut: André Avelino da Costa Nunes Netto e s/ mulher

Adva: Eliodéa S. de Oliveira

Réu: Oliver Wallington de Assis

Adv: Milton Ferreira das Chagas

Desp: Renovem-se as diligências para o dia 27.09.1984, às 9

hs.

Proc. nº 85/84 - CONSIGNAÇÃO DE PAGAMENTO

Aut: José Carlos Gadelha Pinheiro

Adv: Haroldo Fernandes

Réu: Juracy Almir da Silva

Desp: Defiro o pedido de fls. 26, proceda-se ao depósito, com as cautelas legais.

Proc. nº 177/84 - DESPEJO

Aut: Maria Peres de Souza

Adv: Vivaldo Nascimento

Réu: Osvarino Vilhena Barbosa

Adv: Nilson Sousa

Desp: Defiro o pedido de purgação de Mora, nos termos do art. 36, da Lei nº 6.649/79, devendo o suplicado efetuar o pagamento dos aluguéis em atraso, inclusive os que se vencerem até a efetivação do pagamento, juros de mora, custas e despesas judiciais e honorários advocatícios que arbitro em 20% sobre o valor do débito. Designo o dia 10.07.1984, às 11 hs, para ser efetuado o pagamento ficando o Sr. Escrivão do feito autorizado a receber a respectiva importância, entregando-a posteriormente a autora, com as cautelas legais. À conta.

Proc. nº 186/84 - EXECUÇÃO

Exeq: Credreal Financeira S/A - Cred. Fin. Inv.

Adv: Jorge Ferraz Neto

Execs: Nilson Amador dos Anjos Diniz e outros

Desp: Vistos etc... Homologo por sentença a desistência de fls.

10, declaro a extinção da obrigação do pagamento do débito ajuizado, nos termos do item I, do art. 794, do C.P.C. Pagas as custas na forma da lei, proceda-se ao desentranhamento dos documentos de fls. 415, os quais deverão ser entregues ao executado, com as cautelas legais, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

Proc. nº 255/84 - RENOVATÓRIA

Aut: Getúlio Boadana

Adv: João Gualberto dos S. Silva

Ré: Hilda Vieira Zúñiga

Desp: Vistos etc... Homologo a desistência de fls. 26/27, para que produza seus efeitos legais, ficando extinto o presente feito, nos termos do item VIII, do art. 267, do C.P.C. Pagas as custas pelo autor, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes autos. P.R.I.

9ª Vara

Petição de: Angelina de Souza Pinho, por seu advogado Dr. Flávio de C. Maroja, requerendo que seja decretado a deserção do recurso de apelação nos autos da Ação Ordinária de Dissolução de Sociedade de fato que move contra José Tomaz Aquino Soares Couto.

Proc. nº 611/81 - REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Aut. Mineração Pedra Pedra Ltda.

Adv: Clóvis Modesto Figueiredo
 Réu: Erus Vianna Passos — Adv: Elias Alexandre Aby-Morhy
 Desp: Diga o réu sobre o ofício e documento de fls. 102 e 103.

RESENHA DO DIA 20 DE JUNHO DE 1984
 CARTÓRIO DO QUINTO OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO

CARTÓRIO PEPES

2ª Vara

Processo nº 600-01 — AÇÃO POSSESSÓRIA DE SERVIDÃO
 Autor: Raymundo Alves Pereira — Adv. Antônio Miranda da Fonseca

Réu: Raymundo Nascimento — Adv. Raimundo N.F. Albuquerque

Despacho: "R. hoje. Nos termos do parágrafo 1º do artigo 267 do Código de Processo Civil, seja intimado, pessoalmente, através de mandado, o autor a suprir a falta denunciada na manifestação retro, no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de ser declarado extinto este processo".

2ª Vara

Processo nº 378-13-82 — AÇÃO DE EXECUÇÃO
 Exequente: Banco do Brasil S/A — Adv. José Coriolano da Silveira

Executado: Camillo Silva Montenegro Duarte

Adv: José da Rocha Moreira

Despacho: "R. hoje. Sendo formulado, pelo Banco credor, o pedido de fls. 119, independentemente da manifestação nesse caso dispensável, do devedor, defiro, nos termos do artigo 741, Inciso II, do Código de Processo Civil, a suspensão desta execução por noventa (90) dias, devendo ser observadas as disposições do artigo 793 do mesmo diploma legal já referido".

5ª Vara

Processo nº 132-01-83 — ARROLAMENTO SUMÁRIO

Inventariante: Clélia de Oliveira Monteiro

Adv: Alyrio Gama Barbosa

Inventariado: Inácio Soriano de Oliveira e Jardelina Moraes de Oliveira

Despacho: "Nesta data. Intime-se a suplicante a proceder a juntada do comprovante do bem arrolado após o que conclusos para os devidos fins".

5ª Vara

Processo nº 323-86-84 — AÇÃO DE EXECUÇÃO

Exequente: José Gaideano Alarcon Filho — Adv. João Batista Cavalcante

Executado: Armando Moraes dos Santos

Adv: Hermenegildo A. Crispino

Despacho: "Defiro o pedido a fls. retro, o que faço na conformidade do artigo 657, "in fine" do C.P.C. Intimem-se".

5ª Vara

Processo nº 234-85 — AÇÃO DE EXECUÇÃO P/ QUANTIA CERTA

Exequente: Gráfica Santo Antônio Ltda. — Adva. Ivone Seixas

Executado: Pedro Paulo Chermont

Despacho: "Defiro o pedido a fls. retro, expeça-se citação por edital cumprindo-se os requisitos estabelecidos pelo art. 232 do C.P.C. Intime-se".

5ª Vara

Processo nº 312-79-84 — AÇÃO DE EXECUÇÃO

Exequente: Suleiman & Filhos Ltda. — Adva. Joana Darc de A. Barbosa

Executada: Sueli Simões & Cia. Ltda. — Adv. Teodomiro Cantuária Filho

Despacho: "N. data. Proceda-se o depósito em Caderneta de Poupança do Banco do Estado do Pará mediante as cautelas legais. Arbitro honorários do patrono do Exequente em 10% sobre o valor do débito total. Encaminhem-se os autos à Contadora do Juízo para o levantamento total do débito, intimando-se em seguida o Executado para a complementação no prazo de três (03) dias sob pena de prosseguimento da execução. Intimem-se".

5ª Vara

Processo nº 71-30-84 — AÇÃO DE EXECUÇÃO

Exequente: Nelson Barbosa de Souza — Adv. Alberto Fares Akel

Executado: Benedito Ferrelra Sena

Sentença: "Vistos etc... Isto, posto e por tudo o que mais consta dos autos julgo procedente a execução e subsistente a penhora la-

vrada a fls. para seus devidos fins e condeno o suplicado ao pagamento do principal juros de mora, correção monetária, custas processuais e honorários do patrono do exequente que arbitro em 20% sobre o valor do débito. P.R.I., expedindo-se em seguida o competente mandado para a avaliação do bem penhorado ex vi art. 680 do C.P.C. Em, 14 de junho de 1984 a) Albanira Lobato Bemerguy".

5ª Vara

Processo nº 333-10-84 — AÇÃO DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL

Requerentes: Arquise José Valente de Melo e Maria Yvone Figueira de Melo — Adv. Cláudio M. das Neves

Despacho: "Manifeste-se o Ilmo. Dr. Representante do Ministério Público. Após o que, contados, conclusos".

6ª Vara

Processo nº — AÇÃO DE INVENTÁRIO

Inventariante: Marco Antônio Miranda da Silva — Adv. Abel

Guimarães

Inventariado: Claudomiro Pereira da Silva

Despacho: "Tratando-se de herdeiros maiores faça-se o devoluto do auto, conforme pediram, com base no artigo 1.022 do C.P.C.

6ª Vara

Processo nº 28409-82 — AÇÃO DE EXECUÇÃO

Exequente: Gráfica Santo Antônio Ltda.

Adva: Ivone Seixas

Executado: Clipeme — Cursos Livres Profissionalizantes Emes

Ltda.

Despacho: "R. hoje. Processo parado devido a não só do Oficial de Justiça como do Cartório que levou cerca de seis (6) meses para trazer uma petição à despacho, assim sendo determino que seja intimado o Oficial de Justiça para cumprir o mandado no prazo de 48 horas e devolver ao Cartório sob pena de responsabilidade. Intime-se".

6ª Vara

Processo nº 514-07-83 — AÇÃO SUMARISSIMA

Requerente: Albenize Gatto Cerqueira

Adv: Félix Emmanuel Teixeira de Oliveira

Requerido: Raimundo Macedo — Adv. Elias Pinto de Almeida

Despacho: "O apelante, apesar de intimado pelo Oficial do dia 04 do corrente, não efetuou o pagamento do preparo de acordo com o artigo 519, conforme certidão de ..., assim sendo julgo a mesma deserta ou melhor, decreto a deserção do pedido, e após a decisão do Juízo re ..., baixe-se a conta para a devida atualização. Intimem-se".

6ª Vara

Processo nº 32-11-82 — AÇÃO DE EXECUÇÃO

Exequente: Maucir Zorzi — Adva. Ivete N. Carreira

Executada: Costa — Norte Transportes e Serviços Ltda.

Adv: Raimundo Costa

Despacho: "Cumpra-se os despachos de folhas 17 e 18, expedida carta precatória citatória e de intimação do arresto. 18.06.1984. Carlos F. Souza Gonçalves.

CARTÓRIO RUY BARATA — SEXTO OFÍCIO

RESENHA DO DIA 20 DE JUNHO DE 1984

Juízo da 6ª Vara — REVISIONAL

Requerente: Espólio de Octávio A. Bastos Meira — Adv. Paulo Meira

Requerido: Antônio de Moraes Neto

Despacho: Cite-se

Requerimento de Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais, por seu advogado nos autos da Ação de Execução que promove contra Transportes Bruni Ltda, requerendo a juntada da proposta de seguro obrigatório — Adv. Ricardo Ferreira Nunes

Obs: Recebido em 19.06.84.

Requerimento de Encol S/A — Engenharia, por seu advogado, nos autos da Ação de Execução que move contra Raimundo João Martins, requerendo seja oficiado a Telepará para desativação do terminal telefônico — Adva. Izabel Cristina Silva Ribeiro

Obs: Recebido em 19.06.84

Requerimento de Encol — Engenharia, por seu advogado, no autos da Ação de Execução que move contra Edgleuma Alcântara Valente, requerendo a extinção do processo — Adva. Izabel Cristina Silva Ribeiro

Obs: Recebido em 19.06.84.

Requerimento de Nelplan — Promoções de Vendas Ltda., por seu advogado nos autos da Ação de Execução que move contra Ipal

— Indústria de produtos Alimentícios da Amazônia Ltda, oferecendo a identificação completa dos suplicados — Adv. Sérgio A. Frazão do Couto

Obs: Recebido em 20.06.84.

EXECUTIVA

Requerente: Vivenda — Ass. Poupança — Adv. Maria Antônia Machado

Requerido: Raimundo Carlos da Silva Oliveira

Despacho: Designo o dia 11 de julho às 11 horas para a realização de praça. Publiquem-se os editais na forma da lei e intime-se o executado através de mandado.

EXECUÇÃO

Requerente: Encol S/A — Engenharia — Adv. Izabel Cristina Ribeiro

Requerido: Raimundo João Martins

Despacho: Como requer. Certifique se já terminou o prazo dos embargos.

EXECUÇÃO

Requerente: M. Dias Branco — Adv. Pedro Nery Ferreira

Requerido: Anézio Ferreira Marinho

Despacho: Cite-se

EXECUÇÃO

Requerente: R. Wariss Empreendimentos — Adv. Paulo Roberto Carneiro

Requerido: Osvaldo Pimentel Marques Filho

Despacho: Cite-se.

Julzo da 6ª Vara — EXECUÇÃO

Requerente: Neplan — Promoção e Vendas — Adv. Sérgio Frazão do Couto

Requerido: Ipa Ind. de Produtos Alimentícios.

Despacho: Cite-se, sendo que um dos avalistas terá que ser através de precatória.

EXECUÇÃO

Requerente: Encol S/A — Adv. Izabel Cristina Silva Ribeiro

Requerido: Edgleuma Alcântara Valente

Despacho: À conta.

EXECUÇÃO

Requerente: Safra Crédito — Adv. Carlos Raymundo Luzio Afonso

Requerido: Alceu Alfredo Brazão e Silva

Despacho: Como requer. As partes para falarem sobre a avaliação.

REIVINDICATÓRIA

Requerente: Ivéllo de Jesus Grelo — Adv. Alice Trindade Monteiro

Requerido: Raimundo Walter da Silva — Adv. Raimundo Wilson Fialho

Despacho: Apesar de ser peça importante a testemunha não arrolada, mas que deverá ser ouvida conforme determinou este julzo de ofício, visto estar em lugar incerto e não sabido, assim sendo indefiro o pedido de fls. 44 e determino que as partes apresentem memoriais no prazo de lei. Intime-se.

ANULAÇÃO DE CASAMENTO

Requerente: ... Adv. Antônio Carlos Teixeira

Requerido: ... Adv. Nelson Contran Guimarães

Despacho: Renovem-se diligências para a realização da pericial no dia 12 de julho. Intime-se o requerido para apresentar quesitos no prazo de cinco (5) dias, após o que oficie-se ao órgão legal determinando a pericia. Intime-se o perito

Requerimento de Azancot Nunes e Cia. por seu advogado, nos autos da ação de Justificação que ajuizou contra Associação dos Funcionários da Taba, falando no processo — Adv. Adalberto A. de Souza

Obs: Recebido em 20.06.84.

Requerimento de Antônio F. Aguiar por seu advogado, nos autos da Ação de Execução que move contra Cezar Augusto Pena Monteiro, requerendo seja oficiado a Telepará — Adv. Francisco Sabino da Costa

Obs: Recebido em 20.06.84

Requerimento de Angela Maria Gomes Alves, por seu advogado, nos autos da Ação de Separação que lhe move Orlandoni Marques Alves falando no processo — Adv. Antônio Vilar Pantoja

Obs: Recebido em 20.06.84.

CRISTOVÃO JAKES BARATA

— Escrivão Substituto —

CARTÓRIO DO 7º OFÍCIO
Escrivão — CARLOS TRINDADE
RESENHA DE 20 JUNHO 1984
Nº 105/84

Dr. Wilson de Jesus Marques da Silva — Juiz de Direito da 7ª

Vara

Proc. nº 6654 — ORDINÁRIA

Requerente: Yorkshire — Corcovado Cia. de Seguros — Adv.

Dr. Flávio de Carvalho Maroja

Requerido — Teodósio Ferreira de Souza

Desp: Pela primeira vez este processo é apresentado, pelo Escrevente do feito, ao despacho deste Juízo, razão pela qual declaro inválido o termo de conclusão de fls. 2/6 e o pedido complementar de fls. 51, mando que, de imediato, seja expedido o competente mandado, para a citação do réu, o qual, no prazo de quinze (15) dias, querendo poderá oferecer a contestação que tiver.

Dra. Helena, digo, Maria Helena Couceiro Simões — Juíza de Direito da 4ª Vara.

Proc. nº 6630 — REIVINDICATÓRIA

Requerente: Itala Carvalho de Souza — Adv. Dr. Vinicius Hesketh

Requerido: Ellsaldá Jonhson Moreira e outros — Adv. Dr. Waldir Oliveira

Desp: Manifeste-se a autora sobre os documentos de fls. 155/156 no prazo de cinco (5) dias.

Proc. nº ... — EMBARGOS DE DEVEDOR

Embargante: Fernando Benedito Albuquerque Filho — Adv.

Dr. José Siqueira Rodrigues Filho

Embargado: Rubertex Comércio e Ind. S/A — Adv. Dr. Rosomiro Arrais

Desp: À conta.

Dr. Carlos Fernando de Souza Gonçalves — Juiz de Direito da 6ª Vara

Proc. nº 7451 — EXECUÇÃO

Exeqüente: S.P.P. Nemo Comercial Exportadora — Adv. Dr. Humberto de Vasconcelos

Executado: Jacto Gráfica Ltda

Desp: Como requer. Oficie-se.

Proc. nº 5406 — INVENTÁRIO

Inventariante — Maristela Bentes de Melo e Silva — Adv. Dr. Orlando de Melo e Silva

Inventariado: Filomena Braga de Souza

Desp: Junte-se a certidão do registro de imóveis recente, uma vez que o formal apresentado data de 1967, e segundo o art. 993 item IV a, deverá ser apresentado, quando se trata de imóvel, o número das transcrições aquisitivas, no caso a aquisição foi por herança de Osmar Bentes de Souza, deverá a certidão conter o número da aquisição, ou seja, o registro da transcrição através de herança para falecida Filomena Braga de Souza. Intimem-se.

Dra. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos — Juíza de Direito da 9ª Vara

Proc. nº 7830 — REVISIONAL DE ALIMENTOS

Requerente: Sibéria Vianna Marques — Adv. Dr. Violante Pamplona

Requerido: Affonso Vianna Neto

Desp: Esclareça a autora a residência do requerido.

Dra. Izabel Vidal de Negreiros Leão — Juíza de Direito da 10ª

Vara

Proc. nº 5846 — EXECUÇÃO

Exeqüente: Oscar do Nascimento Cardoso — Adv. Dr. Clodomir A. Araújo

Executado: Empreiteira Relâmpago Ltda.

Desp: Não tendo sido embargada a execução, arbitro em 10% o valor da causa. Prossiga-se na execução.

Dra. Osmarina Onadir Sampaio Nery — Juíza de Direito da 11ª

Vara

Proc. nº 6262 — REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Requerer — Theodomira Ribeiro da Silva — Adv. Dra. Roseana Rodrigues

Requerido: Carlos Alberto da Silva Meguy

Desp: À conta.

Dra. Sônia Maria de Macêdo Parente — Juíza de Direito da 7ª

Vara

Proc. nº 7706 — DESPEJO

Requerente: Humberto Maradel Pereira e João Maradel Pereira — Adv. Dr. Frederico C. de Souza

Requerido: Tony Lanchonete e Rolopecas Ltda — Adv. Dr. Rosomiro Arrais

Desp: Refere a suplicada, às fls. 10, que a 16 de janeiro do corrente ano, ajuizou Ação Renovatória perante o Juízo da 6ª Vara, fato confirmado pelos requerentes, às fls. 16. Tendo em vista que Ação Renovatória e de Despejo são conexas, posto que, na primeira se pretende prorrogar a locação, enquanto a segunda, retomar o imóvel, há necessidade reuni-las a fim de que sejam decididas simultaneamente. Como o Exmo. Sr. Dr. Juiz da 6ª Vara despachou em primeiro lugar é ele o competente para apreciar os pedidos (art. 106 do C.P.C.). Assim sendo, determino que os presentes autos lhe sejam apresentados.

Proc. nº 7384 — EXECUÇÃO

Exequente: Armando Durval Caldeira Frade — Adv. Dr. Hermenegildo Crispino

Executado: Waldemar José Lopes Monteirol

Desp: Designo o dia 03 de agosto, às 10 horas, para a realização da praça. Não alcançando os bens lançado superior ao da avaliação, fica desde já designado o dia 24 do mesmo mês, às 10 horas, para sua venda a quem mais der. Expeça-se edital de praça observadas as determinações do art. 686 do C.P.C. Intime-se o devedor, por mandado, do dia e hora da realização da praça.

Proc. nº 7829 — EXECUÇÃO

Exequente: Alcides Manoel da Silva Barros — Adv. Dr. Rodrigo O. Cruz

Executado: Sul América Terrestre, Marítimo e Acidentes Cia. de Seguro — Adv. Dr. Aluisio Meira

Desp: N.A. Intime-se o Sr. Oficial de Justiça para devolver o mandado de citação, devidamente cumprido, a fim de ser verificada a data da citação.

Proc. nº ... — AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: Fernando Janau Cardoso — Adv. Dr. José Bonifácio Sena

Agravado: Decisão da MM. Juíza de Direito da 7ª Vara

Desp: Julgo deserto o agravo ex vi do § 1º do art. 527 do C.P.C.

Proc. nº 7262 — RENOVATÓRIA

Requerente: Benedita Pinheiro Araújo — Adv. Dra. Maria de Nazaré Conceição

Requerido: João Jorge Hage — Adv. Dr. Francisco N. Salgado

Desp: Em provas.

Proc. nº 6875 — CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Requerente: Raimunda de Ribamar Nascimento Gilmárães — Adv. Dra. Joana Darc de A. Barbosa

Requerido: Arlete Costa Santos — Adv. Dr. Q. Bibas

Desp: Baixem a conta.

Proc. nº 6706 — ORDINÁRIA

Requerente: Manoel Martins Franco e Maria José Pinheiro Franco — Adv. Dr. Isaltino G. Nobre

Requerido: Maria Lima da Silva — Adv. Dr. Pedro Daltro Cunha

Desp: Em provas.

Proc. nº 7560 — SUMARÍSSIMA

Requerente: Herança de Firmina de Oliveira Chagas — Adv. Dr. Guedes Sampaio

Requerido: Iracy Tenorio de Paiva — Adv. Dr. Fernando da Silva Gonçalves

Desp: Defiro a formação do agravo. Intime-se o agravado para, no prazo de cinco dias, indicar as peças dos autos que serão trasladadas, e juntar documentos novos.

Dra. Albanira Lobato Bemerguy — Juíza de Direito da 5ª Vara

Proc. nº 4886 — ARROLAMENTO

Arrolante: Maria do Carmo Moraes Valente — Lúndalva M. Magalhães

Arrolado: Armênio de Almeida Moraes

Desp: Encaminhem-se cópias dos documentos impugnados assim como das razões de fls. 47-48 solicitando informações ao Orgão Expedidor. Cumpridas as diligências, conclusos.

P/ CARLOS ALBERTO TRINDADE E SOUZA
Escrivão do Cartório do 7º Ofício Cível desta Comarca.

RESENHA DO DIA 20/06/84

ESCRIVÃ: ANA DA MATA LOBATO

CARTÓRIO DO OITAVO OFÍCIO DO CÍVEL

JUIZO DA 7ª VARA AÇÃO DE EXECUÇÃO (EMBARGOS)

Processo nº.../83

Embargante: A. Silva e Cia. Ltda. (Adv. Darcy L. Ramos)

Embargados: Maria Proença Figueira Gouvêa e outros (Adv.

Antônio Zacarias Lindoso)

Desp.: Verifiquei, analisando mais detidamente os autos, haver necessidade de provas em audiência. Assim sendo, devolvo às partes o prazo para dizerem que provas pretendem produzir.

JUIZO DA 8ª VARA AÇÃO DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL

Processo nº.../83

Requerente: Esther de Carvalho Braga (Adv. José Maria do Nascimento)

Requerido: João Silveira Braga

Desp.: Homologo por sentença para que produzam os seus efeitos de direito, o acordo de fls. 2/3, ratificado às fls. 11, e em consequência decreto a separação consensual do casal Esther de Carvalho Braga e João Silveira Braga, com fundamento no art. 4º da Lei nº 6515/77. Registre-se e expeça-se mandado de averbação, observadas as formalidades legais. Custas de Lei.

JUIZO DA 9ª VARA AÇÃO DE EXECUÇÃO

Processo nº 3022/83

Exequente: Wilton Santos Ribeiro (Adv. Rosomiro Arraes)

Executado: Promade - Produtos de Madeira Ltda.

(Adv. Milton Augusto de Brito Nobre)

Desp.: Intime-se o autor do inteiro teor do despacho de fls.

21.
JUIZO DA 9ª VARA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Processo nº 1389/83

Requerente: Feres Suleiman Kahwage (Adv. Benedito N. M. David)

Requerido: Francisco Barroso do Amaral (Adv. Eduardo L. de Carvalho)

Desp.: À conta.

JUIZO DA 9ª VARA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS

Processo nº 122/77

Autor: Jorge Frederico Viana de Moraes

(Adv. Arnaldo Moraes Filho)

Réu: Estado do Pará

Desp.: À Conta.

JUIZO DA 9ª VARA AÇÃO ORDINÁRIA DE DIVÓRCIO

Processo nº.../80

Requerente: Dulcinéia Silveira Gazel (Adv. Yolanda Monteiro Nunes)

Requerido: Aderado Batista Gazel (Adv. Benedito Wilfredo Monteiro)

Desp.: Digam as partes, inclusive o M.P., sobre a avaliação.

CARTÓRIO DO NONO OFÍCIO

Resenha do dia 20.06.84

QUINTA VARA

CAUTELAR DE ARROLAMENTO DE BENS

Requerente: Maria Aparecida Deps Meirelles (Adv. Artemis Leite Silva)

Requerido: Mario Antonio Aranha Meirelles (Adv. Frederico C. Souza)

Despacho: "Renove-se a diligência para o dia 25 de junho, às 10,30 horas, processando-se as necessárias intimações. Em, 15.06.84. a) Albanira Bemerguy".

SEXTA VARA

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

Requerente: Solange Maria Ferreira dos Santos (Adv. Deusdedit Brasil e Ademar Kato)

Requeridos: Rosa Rodrigues Cavalcante e Tatiana Azevedo dos Santos (Adv. Edmar Pereira e Luiz Roberto Meira)

Despacho: "Intime-se a requerida para fazer o pagamento na forma do artigo 733 do C.P.C.; quanto aos documentos anexados deverão ser retirados em virtude do processo já estar saneado. Belém, 18.06.84. a) Carlos Fernando Gonçalves".

NONA VARA

EXECUÇÃO

Requerente: Embala - Empresa de Embalagens da Amazônia Ltda. (Adv. Maurício Cordovil Pinto)

Requerida: Suya Produções Gráficas Ltda.

Despacho: "Publiquem-se editais de praça para a venda da máquina impressora descrita nos autos, em hasta pública ou leilão, caso não haja licitante naquela, em dia e hora fixados pelo Cartório. Intime-se a executada. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

DIVÓRCIO

Requerente: Lourival Augusto Pereira Campos (Adv. Jura-mlr Oliveira)

000774

Requerida: Selma Raimunda Albino Campos

Despacho: A cartório para juntada de uma petição por mim despachada hoje. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

ALIMENTOS

Requerente: Rosemary Marques (Adv. Lázaro Mangabeira da Silva)

Requerido: João Augusto da Fonseca Neno (Adv. Antonio Jorge Abelém)

Despacho: "Após a leitura atenta dos autos, verifiquei que o pedido de fls. 17 formulado pelo réu consiste numa redução de pensão. Ora, trata-se, por conseguinte de uma ação revisional de alimentos (que pode ser majoração e redução, e no caso é redução), devendo o autor completar a petição inicial nos precisos termos do artigo 282 do C.P.C., inclusive com o pagamento da taxa judiciária. O Sr. Escrivão deverá desentranhar as peças de fls. 17 a 31; fls. 38 a 54 e 56 a 72 e autuá-las como revisional de redução de alimentos em apenso. l. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

EXECUÇÃO

Requerente: Banco do Brasil S/A. (Adv. Benedito Martins)

Requerido: Osmar Novais da Silveira

Trecho final do despacho: "... determino a expedição de carta precatória à Comarca de Paragominas para efeito de penhora, avaliação e alienação dos bens do devedor aí situados, procedendo-se, inclusive ao registro do Cartório de Registro de Imóveis e à remessa do valor apurado a este Juízo da 9ª Vara Cível. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia dos Santos".

EXECUÇÃO

Requerente: José Machado Carneiro (Adva. Tereza Barata de Lima)

Requeridos: Santos & Souza Rep. Ltda. e outros

Despacho: "Citam-se. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia dos Santos".

CARTA PRECATÓRIA

Deprecante: Juízo de Direito da Comarca de Breves

Deprecado: Juízo de Direito da 9ª Vara do Cível de Belém

Despacho: "Devolvam-se ao Juízo Deprecante, com os cumprimentos deste Juízo. Em, 19.06.84. a) Maria Lúcia dos Santos".

EXECUÇÃO

Requerente: Vivenda - Associação de Poupança e Emprestimo (Adva. Antonete Machado)

Requerido: Eli Nunes Barracho

Despacho: "Considero válida a penhora para que produzam seus jurídicos efeitos. Condeno o réu ao pagamento do principal, custas processuais e honorários do advogado da autora que arbitro em 10% sobre o valor da causa. Expeça-se mandado de desocupação, com o prazo de 10 dias, uma vez que o imóvel se encontra ocupado por terceiros. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

DIVÓRCIO

Requerentes: João Batista Bezerra da Silva e Nilda Silva da Silva (Adva. Maria Arlete Cunha)

Despacho: "Designo o dia 24 de agosto, às 10 horas, para serem ouvidas as testemunhas arroladas, ciente o M.P. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

DESPEJO

Requerente: David Jacob Serruya (Adv. Orlando Melo e Silva)

Requerido: Leonardo Lobato Tavares (Adva. Maria Assunção Tavares)

Despacho: "Expeça-se mandado de notificação para que o réu Leonardo Lobato Tavares desocupe o imóvel nº 1.531 à Rua dos Mundurucús, apto. 3 no prazo de 30 dias. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia dos Santos".

SEPARAÇÃO JUDICIAL

Requerente: Cleire Busto Guimarães Bianchi (Adv. Stenio do Carmo)

Requerido: Sergio Bianchi

Despacho: "Designo o dia 22 de agosto, às 11 horas, para serem ouvidas as testemunhas, que deverão ser arroladas até 5 dias antes da audiência. l. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

FALÊNCIA

Requerente: Olivetti do Brasil S/A. (Adva. Vera Calandrini)

Requerido: Agripec - Comércio e Representações Ltda.

Despacho: "Diga o M.P. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia dos Santos".

ALIMENTOS

Requerente: Anna Ruth Serrão de Araújo (Adv. José Nazareno Lima)

Requerido: João Maria Santiago da Costa (Adv. Paulo Garcia)

Despacho: "Remetam-se ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Belém, 19.06.84. a) Maria Lúcia Marcos dos Santos".

THEREZINHA GUEIROS

Escrivã Vitalícia

CARTÓRIO DO 10º OFÍCIO CÍVEL

ESCRIVÃO HEBAL SARMANHO

RESENHA DO DIA 20.06.84

EXECUÇÃO

2ª Vara

Exeqte.: Loja Visão Comércio e Indústria Ltda. (Adv. Claudionor Viêira)

Execdo.: Ubiratan de Aguiar

Sentença: Vistos, etc... Considerando, pela manifestação de fls. 22, que o devedor satisfaz a obrigação, nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro, por sentença, para que produzam os seus legais efeitos, extinta esta execução que, no valor de Cr\$ 65.326,00, Loja Visão Comércio e Indústria Ltda., propôs contra Ubiratan de Aguiar. Desconstituindo-se, assim, a penhora do bem descrito no auto de fls. 19 e verso, mandando que seja, por ofício, comunicado o feito, digo, fato, à Telepará - Telecomunicações do Pará S/A., para os fins de direito. Publique-se e registre-se, dando-se baixa na distribuição. Belém, 20.06.84. (a) Wilson de Jesus Marques da Silva.

7ª Vara - INVENTÁRIO

Invte.: Nancy Macêdo de Nóvoa (Adv. Leopoldo Gondim da Cruz)

Invdo.: Durval Pinto Colares de Nóvoa

Despacho: Indefiro o pedido de alvará para a venda do bem, digo, dos bens inventariados, posto que o inventário já se encontra em fase final. Comprove a inventariante o pagamento do imposto de transmissão. Belém, 20.06.84. (a) Sônia Maria de Macêdo Parente.

8ª Vara - Proc. nº 068/82 - INVENTÁRIO

Invte.: Maria Lúcia Cintra da Silva (Adv. Dilermano de Assis Araújo)

Invdo.: Alberto Pereira da Silva

Despacho: Diante da renúncia de todos os herdeiros, lavre-se o termo de adjudicação dos bens do espólio à viúva meira, observadas as formalidades legais. Belém, 20.06.84. (a) Clímenie Bernadette de Araújo Pontes.

8ª Vara

REAJUSTE DE PENSÃO

Reqte.: Maria Marcela do Amaral (Adv. José Fernandes Chaves)

Reqdo.: Manoel Sodré Martins (Adv. Ary Jansen Branco)

Despacho: Intime-se o suplicado nos termos do art. 733, do C.P.C. Expeça-se mandado. Em, 20.06.84. (a) Clímenie Bernadette de Araújo Pontes.

10ª Vara - Proc. nº 383/83 - FALÊNCIA

Reqte.: Meridional S/A. - Comércio e Indústria (Adv. Antônio Fernando Rodrigues de Oliveira)

Reqda.: Diniz & Farias Ltda. (Adv. Simão Izaac Benzecry)

Despacho: Intime-se pessoalmente. 19.06.84. (a) Izabel Vidal de Negreiros Leão.

10ª Vara - Proc. nº 146/84 - EXECUTIVA HIPOTECÁRIA

Exeqte.: Socilar Crédito Imobiliário S/A. (Adv. Milton Nobre)

Execdo.: Geraldo Vieira Tatagiba

Despacho: Não tendo sido embargada a execução, arbitro em 10% sobre o débito, digo, valor da causa os honorários do advogado da A. Prossiga-se na execução. 19.06.84. (a) Izabel Vidal de Negreiros Leão.

10ª Vara - Proc. nº 540/82 - EXECUÇÃO

Exeqte.: Sul Brasileiro, Crédito, Financiamento e Investimento (Adv. Carlos Ferro)

Execdo.: Carlos Gonçalves da Silva

Despacho: Expeçam-se editais para que seja realizada a praça, dia e hora para cartório designar. 19.06.84. (a) Izabel Vidal de Negreiros Leão.

10ª Vara - Proc. nº 071/83 - EXECUÇÃO

Exeqte.: Sociedade Operária Beneficente "São José"

(Adv. José Arimatéia Medeiros da Rocha)

Execdo.: Lucivaldo Alexandre Miranda (Adv. José Odalino Santos)

Despacho: Intime-se. 19.06.84. (a) Izabel Vidal de Negreiros Leão.

10ª Vara - Proc. nº 166/84 - VISTORIA

Reqte.: José Luiz Souza Sobral (Adv. Antônio Ferreira Magalhães)

Reqdo.: Cleoson A. de Oliveira (Adv. Bernardo Nunes de Moraes)

Despacho: Informe o Escrivão. 19.06.84. (a) Izabel Vidal de Negreiros Leão.

HEBAL SARMANHO
Escrivão

RESENHA DO CARTÓRIO FABILIANO LOBATO - 11º OFÍCIO
Belém, 20 de junho de 1984

AÇÃO: - Execução - 5ª Vara - nº 234/82

Autor: Banco do Brasil S/A. (Adv. Dr. Célio Simões de Souza)

Réus: Blocon - Indústria de Artefatos de Concreto e Engenharia Ltda. e outros (Adv. Dr. Adel Sleiman Banna)
Interessados: Azpa - Azulejos do Pará S/A. e Indústria de Azulejos da Bahia S/A. (Adv. Dr. Paulo Fernando Nery Lamarão)

Despacho: Defiro o pedido às fls. retro quanto à sustação da praça. Não tendo sido observados os requisitos estabelecidos pelo artigo 687 do C.P.C., determino sua transferência para o dia 27 de julho e 07 de agosto do corrente ano, respectivamente, o que faço na conformidade do artigo 688 do C.P.C. Intimem-se.

AÇÃO: - Ordinária de Rescisão de Locação - 8ª Vara - nº 159/84

Autora: Maria Irene Rocha Kahwage (Adv. Dr. Ademar Kato)

Réu: Nagib Charone (Adv. Dr. Ernestino Souza Filho)

Despacho: Apreciando o pedido feito pelo autor, às fls. 31 é de se ressaltar sobre a contestação de fls. 17/19, apresentada pelo réu, por não termos despachado nesse sentido. A prova em contrário do que afirma no referido pedido, se encontra no despacho exarado às fls. 27 destes autos e já, com a devida manifestação do mesmo sobre tal contestação, às fls. 28/30. Em prosseguimento ao presente feito, manifestem-se autor e réu, no prazo de cinco (5) dias, em específico, sobre as provas que realmente pretendam ainda produzir. Intime-se.

AÇÃO: - Cobrança (Sumaríssima) - 11ª Vara - nº 211/84

Requerente: Miranda & Cia. Ltda. (Adv. Dr. Orlando Antonio Fonseca)

Requerida: Refrigeral - Refrigeração Geral

Despacho: I - Designo o dia vinte e dois do mês de agosto, às 9:30 horas, para a audiência de instrução e julgamento, na sala deste Juízo; II - Defiro as provas requeridas na inicial. III - Cite-se a ré, na pessoa de seu representante legal, através mandado, dessa designação, para comparecer à audiência ora marcada, podendo na referida, oferecer defesa escrita ou oral, produzir provas, e constando do mandado a advertência do art. 285 do C.P.C. Civil. Intime-se.

AÇÃO: - Agravo de Instrumento - 11ª Vara - nº 199/83

Agravante: José Maria Tetsuya Honda (Adv. Dr. Rosomiro Arrais)

Agravado: Paulo Fernando N. Lamarão (Adv. Dr. Paulo Fernando Nery Lamarão)

Sentença: No presente agravo, nada houve de novo que viesse modificar o entendimento deste juízo, razão pela qual, mantenho a decisão agravada, por seus jurídicos efeitos. Subam os autos para a devida apreciação, ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, com as cautelas legais.

AÇÃO: - Execução - 11ª Vara - nº 192/84

Autora: Ferreira Comércio e Representações (Adv. Dr. Carlos Raymundo Luzio Affonso)

Ré: Eloy Pinheiro Brasileiro Auto Peças (Adv. Dr. Laurênio Miranda da Rocha)

Despacho: Sem prejuízo para o andamento normal da execução, defiro o requerido às fls. 25 pelo executado, determinando a baixa destes autos ao Cartório da Contadora do Juízo para proceder ao levantamento geral da conta, incluindo na mesma, a dívida principal, acrescida de juros de mora, correção monetária, custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 20% sobre o valor da causa. Elaborada a conta, manifestem-se as partes em três (3) dias sobre a mesma. Intimem-se.

AÇÃO: - Pauliana - 11ª Vara - nº 282/83

Requerente: Banco Nacional S/A. (Adv. Dr. Adherbal Meira Mattos)

Requeridos: Tadashi Sudo e s/ mulher Benedita Feitosa Sudo (Adv. Dr. Carlos Ailson Peixoto)

Despacho: Aguarde-se a iniciativa da parte interessada. Intime-se.

AÇÃO: - Testamento - 11ª Vara e Provedoria

Testadora: Crescência dos Santos Nogueira

Testamenteiro: Joaquim Tavares da Silva Neto (Adv. Dr. Afrício Franco Daguer)

Interessada: Ponte Refrigeração Ltda. (Adv. Dr. Waldemar Teixeira)

Despacho: O juiz, ao receber o "Testamento", para cumprimento, verifica unicamente, se há algum vício externo que o possa tornar suspeito de nulidade ou falsidade (art. 1644 C. Civil). Como se vê, neste caso, a competência do juiz é muito limitada, cabe a ele apenas fazer uma inspeção do testamento para verificar se o mesmo contém as formalidades extrínsecas essenciais. Não se cogita por ocasião do cumprimento do testamento, da existência ou não de nulidades outras, as quais se existem, poderão ser alegadas a seu tempo, só que não podem ser apreciadas no processo sumaríssimo da apresentação do testamento. Não sendo as nulidades evidentes e em ponto substancial, verificáveis a simples inspeção, deve o juiz apor o seu "cumpra-se". Todavia, esse seu despacho não impede que seja apurada a existência de nulidade, no juízo contencioso. Assim é que, apreciando somente hoje, quando estes autos vieram conclusos, o petitório de fls. 11, indefiro o requerido no mesmo, pela impossibilidade jurídica de seu processamento nestes autos. Promova o requerente, o que achar de direito, em ação própria. Cumpra-se o sr. Escrivão do Feito, o determinado às fls. 10. Intime-se.

AÇÃO: - Inventário - 11ª Vara e Provedoria - nº 211/78

Inventariado: Francisco Serrano.

Inventariante: Zilda dos Reis Martins Serrano (Adv. Dr. Antonio Jorge Abelém)

Despacho: Conheço do pedido formulado às fls. 332 pela inventariante nestes autos, deferindo o mesmo, em consequência determino a requerida reificação inclusive no alvará expedido para a venda "unicamente" da sala de nº 1908 do Edifício Campanela, situado à Rua Conceição, nº 105 - Rio de Janeiro e já devidamente autorizado através despacho de fls. 330v.

CAPTÓRIO SAMPAIO - 12º OFÍCIO RESENHA

Ação: Sumaríssima

Autora: Maria da Graça do Vale Soares (Adva. Rosemay Sousa de Castro)

Réu: COMIND - Companhia de Seguros (Adv. Orlando Fonseca)

Despacho: Transfiro a audiência marcada para o dia 15 de junho p.p., para o dia 30 de agosto do corrente ano, às 10:00 horas - feitas as necessárias diligências, inclusive expedindo-se Carta Precatória para a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para a citação do Instituto de Resseguros do Brasil - Belém, 19/06/84. - a) Maria do Céu Duarte.

Ação: Anulatória parcial de compra e venda mercantil cummulada com verificação de mercadorias e sustação prévia de Protesto.

Autor: J. Verbicaro & Cia. Ltda. (Adv. Claudionor Vieira)

Réu: Comércio e Indústria de Tecidos Simões S/A.

Despacho: 1. Torno sem efeito o despacho dado às fls. 22. 2. Explique o Requerente exatamente quais os "defeitos de qualidade e quantidade" referidos na inicial às fls. 03. - Belém, 19/06/84. - a) Maria do Céu Duarte.

Ação: Anulação de Registro Público

Autora: Jandira Barros de Andrade (Adv. João Batista Cavalcante)

Despacho: (Final de Sentença): A Suplicante comprovou ser mulher do Suplicado, através da Certidão de Casamento, fornecida pelo Cartório de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos e mais anexos do Distrito Judiciário de Val-de-Cans, Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará (fls. 06), através da qual se constata que às fls. 120v a 127 do livro 37, do Registro de Casamentos daquele Cartório, foi inscrito no dia 26 de dezembro de 1959 o assento de casamento da Suplicante com o Suplicado. O suplicado deixou fluir "in alhis" o prazo de resposta, acarretando com os ônus da revelia, cujo principal é a "ficta confessio" por outro lado, a nossa lei civil substantiva em seu art. 358, dispõe, imperativamente, que os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos. O reconhecimento dos filhos ilegítimos, só é possível após a dissolução da sociedade conjugal, segundo o estabelecido no art. 1º, da Lei 883 de 21 de outubro de 1949. "Ex positis", julgo procedente a ação na forma da fundamentação supra, para declarar nulo o assento de nascimento da menor Rosália de Fátima Andrade, registrado às fls. 130, do Livro 22A, sob o nº de ordem 24.728, do Registro de Nascimento do 3º Cartório de Registro Civil de Nascimento e Óbito da Comarca de Belém, Estado do Pará, condenando o Requerido nas custas do processo e nos honorários do advogado da Autora, os quais arbitro em 20% sobre o valor dado à causa. Transitada em julgado a presente decisão, expeça-se o Sr. Escrivão mandado de intimação ao Sr. Oficial do 3º Cartório de Registro Civil já

referido, a fim de que proceda à averbação desta decisão. - P.R.I. - Belém, 19/06/84. - a) Maria do Céu Duarte, Juíza de Direito.

Ação: Ordinária

Requerente: Benedita Maria Diniz da Silva (Adv. José Nazareno Nogueira Lima)

Requerido: José Rodrigues Martins

Despacho: (final de sentença): "Ex positis" - Julgo procedente a presente Ação Ordinária de repetição de indébito, para condenar o réu José Rodrigues Martins a devolver a Autora Benedita Maria Diniz da Silva a quantia de Cr\$ 37.000,00 (trinta e sete mil cruzeiros), acrescidos de juros moratórios e da correção monetária condenando-o ainda, nos honorários do Advogado da Autora, os quais arbitro em 20% sobre o valor da causa. P.R.I. - Belém, 20/06/84. - a) Maria do Céu Duarte, Juíza de Direito.

Ação: Despejo

Autor: Teófilo Bordalo de Souza (Adv. José Antonio Coelho)

Réu: João do Carmo Furtado

Despacho: Defiro o pedido retro. Expeça-se o competente mandado nos termos do artigo 43 parágrafos 1º e 2º da Lei 6.649 de 16.05.1979. - Belém, 20/06/84. - a) Maria do Céu Duarte.

Ação: Execução

Exeqüente: Carlos Raymundo Luzio Affonso (Adv. Carlos R. Luzio Affonso)

Executado: Álvaro Veras Simões Filho

Despacho: 1. Diligencie, o Sr. Escrivão, digo o Sr. Oficial de Justiça no sentido de localizar a residência do Executado, uma vez que no petitório retro o Autor declara onde é empregado o mesmo. 2. Não tendo o Executado, embora citado cumprida a determinação contida no artigo 655 do C.P.C. fica devolvido ao Credor o direito à nomeação nos termos do artigo 657 do C.P.C. Intime-se. - Belém, 20/06/84. - a) Mariado Céu Duarte.

Ação: Demarcatória

Autora: Osvaldina Guimarães Maciel (Adva. Osvaldina Guimarães Maciel)

Réus: João Felício Abraão e outros

Despacho: Autuado em separado, observado o parágrafo único do artigo 523 do C.P.C. - Belém, 20/06/84. - a) Maria do Céu Duarte.

Ação: Execução

Exeqüente: Sabino de Oliveira Com. e Naveg. - SANAVE Ltda. - (Adv. Luiz Fernando Luz)

Executado: Samcass Itinerantes Ltda. (Adv. Elias Pinto de Almeida)

Despacho: 1. À Contadora para proceder à atualização do cálculo de fls. 29. 2. Após, intime-se o devedor para que efetue o pagamento devido no prazo de 05 (cinco) dias. - Belém, 20/06/84. - a) Maria do Céu Duarte.

Ação: Execução

Exeqüente: Fábrica Leal S/A. e Com. Leal - (Adv. Carlos Alberto Fraga).

Executado: Comércio e Navegação Tocantins

Despacho: 1. Torno sem efeito o despacho retro, uma vez que a certidão de fls. 14v., nos dá notícia da citação da mulher do Sr. Sabino Mota Wanzeler. 2. Publiquem-se editais de praça nos termos do artigo 686 do C.P.C. e seus itens, designando o dia 17 de julho próximo, às 10:30 horas e 07 de agosto às 10:30 horas para as 1ª e 2ª praças, respectivamente, em tudo observadas as exigências contidas no artigo 687 do C.P.C. Belém, 20/06/84. - a) Maria do Céu Duarte.

Ação: Nunciação de Obra Nova

Nunciante: Lígia Figueiredo de Souza (Adv. Américo Lins da Silva Leal)

Nunciada: Judith Chagas Ximenes

Despacho: Atendendo o pedido retro, expeça-se Carta Pre-catória à Comarca de Santarém, para a citação de Francisco Abdoral Ximenes. - Belém, 20/06/84. - a) Maria do Céu Duarte.

Ação: Despejo

Autor: Belmiro José de Almeida (Adv. Thales Eduardo R. Pereira)

Réu: Raymundo João Martins

Despacho: À Conta. - Belém, 20/06/84. - a) Maria do Céu Duarte.

Ação: Despejo

Autora: Maria Lúcia Maia Rodrigues (Adv. Laurelio Miranda da Rocha)

Réu: Antonio Cabresso Rodrigues Pauxis

Despacho: À Conta. - Belém, 20/06/84. - a) Maria do Céu Duarte.

Belém, 20 de junho de 1984.

EDMILTON SAMPAIO
Escrivão

BELÉM, 20 DE JUNHO DE 1984

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO CÍVEL E 2º OFÍCIO DOS FEITOS DA FAZENDA

JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA

AÇÃO DE DIVÓRCIO

Autor: Aládio de Freitas — (Adva. Ma. do Carmo Cardoso)

Ré: Clara Isabel Gama de Freitas

Desp.: Diga o M.P. Belém, 18.06.84. Dra. Maria Helena Ferreira

AÇÃO DE ALIMENTOS

Requerente: Fernanda Stephane dos Santos — (Adv. Epitácio Santana)

Requerido: Francisco Fernandes Barbosa.

Desp.: O art. 282 do C.P.C., enumera os requisitos da petição inicial e o art. 284 diz que verificando o Juiz que a petição inicial não preenche os requisitos será dado ao autor o prazo de 10 dias para que emende ou complete o pedido. Tendo em vista que a petição inicial de fls. 02, encontrava-se irregular, é que foi dado o prazo para emenda da mesma. Através de petição de fls... vem a autora emendar o pedido, sem no entanto suprir as irregularidades. É norma do art. 282, inciso V, o valor da causa no pedido inicial nada consta sobre o valor da mesma. Nas ações de alimentos o valor na forma do art. 259, inciso VI do C.P.C., correspondem a soma de 12 (doze) prestações mensais, pedidas pelo autor. Outra irregularidade constante da petição e fls. 02, é o não cumprimento do estabelecido no inciso VII do art. 282, ou seja o requerimento para citação do requerido. Impossível propositura de uma ação sem a citação do requerido. Assim sendo, é que indefiro o pedido inicial, por não estar conforme os preceitos legais, na forma do art. 284, Parágrafo Único do C.P.C. Intimem-se. Publique-se. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE ALIMENTOS

Autora: Maria de Nazaré Miranda de Freitas — (Adva. Violante Moiteira)

Réu: Aricles Lemos de Freitas (Adva. Ma. Heloysa S. dos Reis).

Desp. Defiro em parte o pedido de fls... mandando intimar o requerido na forma do art. 733 do C.P.C. O pedido de reajustamento da pensão deve ser feito através de ação própria. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE ALIMENTOS

Autora: Maria de Jesus Costa Ribeiro — (Adva. Violante Moreira)

Requerido: Floriano Souza dos Santos

Desp.: Complete o pedido no prazo de 10 dias. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE ALIMENTOS

Requerente: Lea Castro de Lima — (Adv. Deoclécio Perena)

Requerido: Luis Carlos Miqueli de Magalhães Ramos.

Desp.: I — Defiro a gratuidade requerida. II — Fixo provisoriamente os alimentos no valor correspondente a 25% dos vencimentos e vantagens do requerido, acrescido do salário família a que fazem jus os requerentes. Oficie-se na forma da lei. III — Cite-se, à conciliação designando às 11 horas do dia 24 de outubro do corrente ano. IV — Intime-se o M.P. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL

Requerente: Noemia Almada da Silva — (Adva. Jacineide Souza)

Desp.: A petição de fls. 02, encontra-se confusa, devendo pois a requerente esclarecer de maneira clara e precisa o que requer. Emende o pedido no prazo de 10 dias. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL

Requerentes: Jorge William Miranda de Macedo e Silvia Mara Calico de Macedo — (Adva. Jacineide Souza)

Desp.: Esclareçam os requerentes a forma de reajuste da pensão alimentícia acordada. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE SEPARAÇÃO DE CORPOS.

Requerente: Iolanda Freitas Nascimento — (Adv. Francisco C. Miléo)

Requerido: João da Silva Nascimento

Desp.: Tendo em vista que mediante a prova documental junta aos autos, é comprovado o estado beligerante existente entre os cônjuges, inclusive agressão física, e para evitar que tais ânimos aumentem e em consequência danos maiores possam advir, é que decreto a separação de corpos do casal Iolanda Freitas do Nascimento e João Silva Nascimento, mandando em consequência que o cônjuge varão retire-se do lar conjugal. Expeça-se o respectivo alvará de separação de corpos, em tudo obedecidas as formas da lei. Cite-se. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Requerentes: Antonio João Corrêa Siqueira e Eliene Maria Corrêa Siqueira — (Adv. Francisco C. Miléo)

Desp.: Diga o M.P. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL

Requerente: Zélia Alves da Silva — (Adva. Ilma Abreu)

Desp.: Diga o M.P. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL

Requerente: Esmeralda do Nascimento Souza — (Adva. Norma Esteves)

Desp.: Diga o M.P. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE SEPARAÇÃO

Autora: Marlita Alfaia Morais — (Adva. Norma Esteves)

Réu: José Augusto de Almeida.

Desp.: Diga o M.P. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO

Requerente: Terezinha de Jesus Santos — (Adv. João A. Palva)

Requerido: Osvaldino Soares dos Santos

Desp.: Cite-se, expedindo-se carta precatória. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO.

Requerentes: Mário Bezerra Fontes e Terezinha Castro Fontes — (Adva. Florisbela Machado)

Desp.: Diga o M.P. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Requerentes: Reginaldo do Socorro Rodrigues da Silva e Dulcineia Moraes Gomes — (Adva. Consuelo Melo)

Desp.: Diga o M.P. Belém, 14.06.84.

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Requerente: Albaniza Nogueira Rodrigues — (Adva. Norma Esteves)

Requerido: Sebastião Almeida da Costa.

Desp.: Redistribua-se de acordo com o valor da ação. Belém, 14.06.84.

JUIZO DE DIREITO DA 15ª VARA

AÇÃO DECLARATÓRIA Nº 57/84

Requerente: Sociedade Educandário Eunice Weaver do Pará — (Adv. Paulo Lamarão)

Requeridos: Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Belém — (Adv. Benedito Monteiro e Luiz Fernando de P. Neves)

Desp.: Em provas. Belém, 19.06.84. Dr. Pedro Paulo Martins.

AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 49/84

Embargante: Floriano Gonçalves Navegação Ind. Com. Ltda. e Outros — (Adv. José Melo da Rocha)

Embargado: Banco do Estado do Pará S/A — (Adv. Ubirajara F. e Silva)

Desp.: Em provas. Belém, 19.06.84.

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 123/84

Requerente: Banco do Estado do Pará S/A — (Adv. Hipólito Garcia)

Requerido: Orlando Sales.

Desp.: Apreende-se, depõe-se e cite-se. Belém, 19.06.84.

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 121/84

Requerente: Luiz Martins de Aragão — (Adv. Luiz M. de Aragão)

Requerida: Centrais Elétricas do Pará S/A.

Desp.: Cite-se. Belém, 19.06.84.

AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL Nº 113/84

Requerente: Maria de Nazaré Sá de Oliveira — (Adva. Hossan Oliveira)

Desp.: Cumpra-se o requerido pelo D. O. M. Público às fls. 10 e 10V dos autos. Belém, 19.06.84.

AÇÃO REIVINDICATÓRIA Nº 58/83 — AGRAVO

Agravante: C.D.I. — (Adv. Paulo D'Antona)

Agravado: Gabriel Arcanjo Ferreira — (Adv. Isaltino Nobre)

Desp.: Diga o agravante. Belém, 19.06.84.

EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 78/84.

Embargante: Charonel Agropecuária S/A. — (Adv. Ailton Trevisan)

Embargado: Banco do Estado do Pará S/A — (Adv. Hipólito Garcia)

Desp.: Recebo os presentes Embargos na forma da lei, dizendo o embargado. Belém, 19.06.84.

JUIZO DE DIREITO DA 14ª VARA DA CAPITAL

RESENHA DO DIA 26 DE JUNHO DE 1984

CARTÓRIO ALUÍSIO COSTA, A.C. — A.J.C.

14ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

AUTOS CÍVEIS DE RETIFICAÇÃO JUDICIAL:

Reqt.: Edna Maria Guimarães Teixeira

Adva.: Maria do Socorro M. C. Mendo

Desp.: A. e R. Diga o M.P. Em, 18.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL:

Reqt.: Luiz Augusto Dias da Silva

Adva.: Consuelo R. de Melo.

Desp.: A. e R. Diga o M. P. Em, 18.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE RETIFICAÇÃO JUDICIAL

Reqt.: Almerinda Monteiro Oelras

Adva.: Glaciida F. Furtado

Desp.: A. e R. Diga o M. P. Em, 18.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE AÇÃO ORDINÁRIA ANULATÓRIA:

Reqts.: Maria de Nazaré Carvalho dos Santos e seu marido

Adv.: Cecília dos Santos Carneiro

Reqda: Ana Carolina Mârinho Ferreira

Adv.: Paulo de Tarso Dias Klautau

Sent.: ... Curvamo-nos, entretanto, a verdade: *dura lex sed lex*.

Os prejuízos, porventura sofridos pelos Autores, deverão ser discutidos em outra ação. Ex positis, julgo extinto o processo, ex vi do art. 267, inciso XI, do Cód. de Proc. Civil, sem julgamento do mérito. Sem custas e honorários advocatícios por estarem os Autores sob o manto da gratuidade. P.I.R. Em, 18.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE AÇÃO DE ALIMENTOS:

Aut.: Maria da Conceição Guerreiro Reale

Adv.: Hamilton R. Gualberto

Réu: Hugo Balbi Reale

Adv.: Wilson de Azevedo Bentes

Desp.: Dê-se continuidade à audiência, no dia 19 de setembro, às 9hs. Intimem-se. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL:

Reqts.: Raimundo Nonato de Oliveira e Raimunda Silva de Oliveira

Adv.: Jorge de Mendonça Rocha

Desp.: A. e R. As assinaturas foram apostas à inicial em minha presença, malograda a tentativa de conciliar os cônjuges proposta por este Juízo. Lavre-se o termo de ratificação da peça exordial da ação. Diga o M. P. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DA AÇÃO DE EXECUÇÃO:

Exqte: Raimundo Rubens Fagundes Lopes

Adv.: Wilhan Cavalcante

Excdto: Walter Jovah Watrin Santos

Adv.: José Augusto Torres Potiguar

Desp.: Defiro o pedido de prazo de juntada da procuração "ad judicia". Diga o exequente. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DA AÇÃO REVISIONAL DE PENSÃO ALIMENTÍCIA:

Reqte: João Lemós Mendes

Adv.: Osvaldo B. de A. Trindade

Reqda.: Ester Lages Mendes

Adv.: Félix Emanuel T. de Oliveira

Desp.: Ex vi do § 1º do Art. 13 da Lei 5.478/68, autue-se o vertente pedido como revisional, em apartado à ação principal. Diga a alimentada, em cinco dias. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE AÇÃO DE ALIMENTOS:

Aut.: Ivanilda Rosário Camelo

Adv.: Luiz Orlando G. Sampaio

Réu: José Miranda Camelo

Adv.: Luiz Carlos de Assis

Desp.: Diga o M. P. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE ALVARÁ JUDICIAL:

Reqts.: Maria de Fátima Cunha

Adva.: Norma Esteves

Desp.: Junte-se aos autos declaração de inexistência de bens imóveis a inventariar a fim de se aplicar, ao feito a Lei 6858/80. Intime-se. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE AÇÃO DE ALIMENTOS:

Aut.: Dalgisa da Silva Lima

Adva.: Neide P. Teixeira

Réu: Anicleto Ribeiro de Lima

Desp.: Diga o M.P. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes

Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE:

Aut.: Patrick Cardoso, menor repr. por sua mãe Maria Lúcia Tenório Cardoso.

Adv.: Edson Azevedo Parente

Réus: Herdeiros de: Moisés Machado da Silva

Desp.: Aguarde-se em Cartório a fluência do prazo de resposta. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE:

Aut.: Fredson Santos Oliveira e Fábio Roberto Santos de Oliveira, menores repr. por sua mãe Nazaré Monteiro da Silva.

Adva.: Leila Moraes

Réus: Possíveis herdeiros de: Francisco Santos de Oliveira na pessoa da Sra. Agda Santos de Oliveira.

Sent.:... Ex positis, JULGO PROCEDENTE a ação para, em consequência, declarar que os autores Fredson e Fábio Roberto Santos de Oliveira são filhos naturais de Francisco Santos de Oliveira. Sem custas e honorários advocatícios. P.I.R. Após o trânsito em julgado, proceda-se a averbação desta sentença no Registro de nascimento dos Autores, para tal fim expedindo-se o competente mandado, observadas as cautelas legais. Em, 18.06.84. (a) Marta Inês Antunes Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE AÇÃO DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO:

Reqte: Nilton da Silva Sosinho

Adv.: Raimundo de Paiva Osório

Reqdo: Antônio Zubi Pereira de Souza

Adv.: Antônio Zubi Pereira de Souza

Desp.: Informe o Autor, em cinco (05) dias, quem figura como inventariante, em substituição à Maria Isaura da Silva Sosinho, no processo de Inventário, em trâmites pelo juízo da 11ª Vara Cível, bem como, se a anulatória, em curso pela 5ª Vara Cível, Cartório Trindade, proposta por Lindalva Fonseca e outros contra Emiliana da Silva e Antônio Zubi Souza, objetiva anular o mesmo contrato de compra e venda, que serve de objeto a presente ação. Intime-se. Em, 18.06.84. (a) Marta Inês Antunes Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE INTERDIÇÃO:

Reqte: Antônia Cordeiro Siqueira

Adva.: Norma Esteves

Reqda: Maria da Conceição Cordeira dos Reis

Desp.:... Assim é que, ex vi do art. 5º, inciso II, do Código Civil, defiro o pedido inicial, para decretar a interdição de Maria da Conceição Cordeiro dos Reis e nomeio Antônia Cordeiro Siqueira, para sua Curadora, sob compromisso a ser prestado em cinco dias. Expeça-se mandado para a inscrição no Registro de Pessoas Naturais, respectivo, publicando-se editais na forma do art. 1184 do CPC (3 vezes na Imprensa local e na Imprensa Oficial, com intervalo de 10 dias). P. e Int. Em, 18.06.84. (a) Marta Inês Antunes Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA:

Aut.: Terezinha Pereira Aviz Neves

Adv.: Francisco Caetano Miléo

Réu: José Maria Freitas Neves

Desp.: Renovem-se as diligências para 18 de setembro vindouro, às 11hs. Cumpra-se os demais itens do despacho de fl. 8. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO:

Reqts: Dionísio Palha de Ataíde e Maria Claudete Silva de Ataíde

Adva.: Consuelo R. de Melo

Desp.: Vistos etc, Homologo por sentença o acordo de vontade firmado entre as partes, constante de fl. 03, dos autos, para que produza seus jurídicos efeitos. P.I.R. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE ALVARÁ JUDICIAL:

Req.: Maria Dalva Barbosa Miranda

Adva.: Consuelo R. de Melo

Desp.: Defiro o pedido. Expeça-se o respectivo alvará, com as cautelas legais. Em, 19.06.84. (a) Marta Lima, Juíza da 14ª Vara.

AUTOS CÍVEIS DE REGISTRO DE ÓBITO:

Req.: Benedita de Oliveira Souza

Dra. Ilma Abreu

Desp.: Diga o M.P. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE REAJUSTE DE PENSÃO ALIMENTÍCIA:

Aut.: Acima Ferreira da Silva

Adv.: Avelina Hesketh

Réu: Milton Corrêa Martins da Silva

Adv.: Joaquim Lopes de Vasconcelos

Desp.: Defiro o pedido de adiamento da audiência, retro formulado. Deve a mesma realizar-se no dia 17 de setembro vindouro, às 09 horas. Intime-se. Em, 19.06.84. (a) Marta Inês Antunes Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

AUTOS CÍVEIS DE GUARDA E EDUCAÇÃO DE MENORES:

Reqte: Paulo Nery Ferreira

Adva.: Joselisa Kauffman

Reqda: Maria Lúcia de Oliveira Dias

Adva.: Arlete Cunha

Desp.: Para proceder sindicância, nomeio a Assistente Social, Sra. Marlene Coutinho Almeida, que deverá responder os quesitos seguintes: 1 — Qual a conduta da requerida, informando se esta vive em concubinato com alguém e o tempo dessa relação concubinária? 2 — Qual o tratamento dispensando a menor pelo seu genitor e concubina? 3 — Qual a opinião da menor acerca de seus pais e com quem, realmente, gostaria de viver (ou permanecer)? 4 — Qual o tratamento dispensado pela requerida a filha Gleice? Intime-se. Em, 18.06.84. (a) Marta Inês Antunes Lima, Juíza de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1ª e 2ª PRETORIA

2ª PRETORIA:

Proc. nº 26/84 DE INDENIZAÇÃO

Suplicante: Luci Silva da Costa (Adva. Jacineide Reis Souza).

Suplicado Francisco Ferreira (Adv....)

Despacho: Rec. Em, 13.06.84. Renovem-se as diligências para o dia 28 do mês corrente, às 10:00 hrs., observadas as formalidades legais. Intime-se. Belém, 19.06.84. Dra. Ma. Cecília L. Pereira.

Proc. nº 35/84 DE CONSIGNAÇÃO DE PAGAMENTO

Requerente: Tertuliano Ronaldo de Moura (Adva. Consuelo R. de Melo)

Requerido: Limuel Lopes (Adv.....).

Despacho: Face a certidão supra, cite-se, designado o dia 28 do corrente, às 10:00 horas, para valimento em cartório, sob pena de depósito. Intime-se. Belém, 18.06.84. Dra. Ma. Cecília L. Pereira.

ANA MARIA MELO CASTELO BRANCO DE CARVALHO
Escrivã do 15º Ofício — Fazenda Pública Estadual, Municipal e Autarquias, Respondendo pela Escrivania da 1a. e 2a. Pretorias de Assistência Judiciária.

(G. Reg. nº 5815)

JUSTIÇA DO TRABALHO**1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM****EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA**

O Doutor Aluizio Marçal Macedo Rodrigues, Juiz do Trabalho, Presidente da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER, pelo presente Edital, fica citada a firma Morena - Montagem, Reparos Navais, Serviços Ltda, estabelecida em lugar incerto e não sabido, re-

clamada nos autos do Processo nº 227/84 em que é reclamante Carlos Alberto Silva Costa para pagar em 48 (quarenta e oito) horas ou garantir a execução sob pena de penhora, a quantia de Cr\$ 432.343,54 (Quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e três cruzeiros e cinquenta e quatro centavos), referente a principal e custas devidos nos termos da decisão proferida em audiência do dia 13.04.84.

Pelo exposto, decide a MM. 1ª JCJ de Belém, sem divergência, julgar procedente a reclamação de Carlos Alberto Silva Costa, para o fim de condenar a reclama da Morena-Montagem, Reparos Navais e Serviços Ltda, a pagar-lhe o que for apurado por cálculo a título de / diferenças em razão do reajuste, de Aviso Prévio, de Férias, de Gratificação de Natal e Depósito de FGTS, com Juros e Correção Monetária de Lei. Custas pela re clamada sobre o valor da condenação que se arbitra em Cr\$ 50.000,00 na quantia de Cr\$ 4.328,00.

RESUMO DOS CÁLCULOS

- Valor do Principal.....	Cr\$ 385.433,70
- Custas de Sentença.....	Cr\$ 21.439,84
- Custas de Execução.....	Cr\$ 25.470,00
- Total.....	Cr\$ 432.343,54

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceda-se a Penhora em tantos bens quantos // bastem para integral pagamento da dívida. E para chegar ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial do Estado do Pará, e afixado no lugar de costume, / na Sede da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, à Trav. D. Pedro I, 750, 3º bloco 2º andar.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e quatro. Eu, Perciliano Marques Meireles, Aux. Jud.. E eu Delphina Araújo Ramos, Diretora / de Secretaria subscrevi.

ALUIZIO MARÇAL MACEDO RODRIGUES

Juiz do Trabalho

Presidente da 1ª JCJ de Belém
(G. Reg. nº 5753)

EDITAL DE CITAÇÃO E PENHORA

O Doutor Aluizio Marçal Macedo Rodrigues, Juiz do Trabalho, Presidente da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER que, pelo presente Edital, fica citada a firma Construtora Farias Ltda, estabelecida em lugar incerto e não sabido, reclamada nos autos do Processo nº 1ª JCJ-1989/83 em que é reclamante Edgar Ferro Amaral, para pagar em 48 (quarenta e oito) horas / ou garantir a execução sob pena de Penhora a quantia de Cr\$ 27.576,73 (Vinte e sete mil quinhentos e setenta e seis cruzeiros e setenta e três centavos), referente a principal e custas devidos nos termos da decisão proferida em audiência do dia 07.03.84.

Resolve a 1ª JCJ de Belém, sem divergência de votos julgar procedente em parte, a reclamação para condenar a reclamada Construtora Farias Ltda, a pagar ao reclamante, Edgar Ferro Amaral, a título de Aviso Prévio, Férias Proporcionais, Gratificação de Natal Proporcional e FGTS a quantia de Cr\$ 9.450,60. Sobre estas parcelas serão acrescidos Juros e Correção Monetária, na forma da Lei, improcedentes os demais pedidos por falta de amparo legal. Custas pela reclamada sobre o valor da condenação, arbitrada com a parte li-

quida na quantia de Cr\$ 10.000,00, sendo as custas na quantia de Cr\$ 1.000,00.

RESUMO DOS CÁLCULOS

- Valor do Principal.....	Cr\$ 17.753,00
- Custas de Sentença.....	Cr\$ 1.775,40
- Custas de Execução.....	Cr\$ 8.048,33
- Total.....	Cr\$ 27.576,73

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceda-se a penhora em tantos bens quantos // bastem para integral pagamento da dívida. E para chegar ao conhecimento do interessado, é passado o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial do Estado do Pará, afixado no lugar de costume, na Sede da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, à Trav. D. Pedro I, 750, 3º bloco, 2º andar.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e quatro. Eu, Perciliano Marques Meireles, / Aux. Jud. lavrei o presente. E eu Delphina Araújo Ramos, Diretora de Secretaria, subscrevi.

ALUIZIO MARÇAL MACEDO RODRIGUES

Juiz do Trabalho

Presidente da 1ª JCJ de Belém
(G. Reg. nº 5716)

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

Proc. nº 2ª JCJ-2.098/83

EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vierem, ou dele notícia tiverem que, no dia 10 junho de 1984, às 17:05 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, 750 serão levados a público pregão e arrematação, a quem oferecer o maior lance os bens penhorados na execução movida por Maria Aparecida Antunes, / contra Escola Leonarda Solheiro, bens esses encontrados à Trav. D. Pedro I, 750-Deposito Público do TRT e que são os seguintes:

- Uma máquina datilográfica, da marca "Underwood" modelo nº 198, sem numeração visível, cor cinza escura no valor de Cr\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil // cruzeiros).

- Um arquivo de aço, cor cinza claro, de quatro gavetas, sem marca visível no valor de Cr\$ 45.000,00 / Quarenta e cinco mil cruzeiros.

- Um relógio da marca Silco, de parede caixa de madeira, em mau estado, no valor de Cr\$ 15.000,00 // (Quinze mil cruzeiros).

- Uma mesa de escritório, de madeira polida, seis gavetas, no valor de Cr\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil cruzeiros).

- Uma cadeira giratória de madeira, com assento / e encosto em palhinha, pés de ferro, no valor de /// Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros).

TRT — 8ª REGIÃO

- Trinta e sete cadeiras escolares, valor //

Cr\$ 370.000,00.
- Duas cadeiras de madeira com encosto de pali-
nha no valor de Cr\$ 50.000,00 (Cinquenta mil cruzei-
ros.

Quem pretender arrematar ditos bens deverá compa-
recer no dia, hora e local acima mencionados, ficando
ciente de que deverá garantir o lance com o sinal cor-
respondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E,
para que chegue ao conhecimento dos interessados, é,
passado o presente Edital, que será publicado no "Dia-
rio da Justiça" e afixado no lugar de costume, na se-
de desta Junta. Belém, 13 de junho de 1984. Eu, José
Eduardo Andrade Diniz, Tec. Jud. datilografei. E eu,
Maria Luíza Nobre de Brito, Chefe da Secretaria, Subs-
crevi.

Em tempo: Importa o valor total da avaliação em
Cr\$ 725.000,00 (Setecentos e vinte e cinco mil cruzei-
ros).

HAROLDO DA GAMA ALVES

Juiz do Trabalho

(G. Reg. 5751)

Proc. 2ª JCJ-1075/83

EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 2ª Jun-
ta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vi-
rem, ou dele notícia tiverem que, no dia 17 de julho
de 1984, às 17:05 horas, na sede desta Junta, à Trav.
D. Pedro I, 750, serão levados a público pregão de
venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance o
bem penhorado na execução movida por Antonio da Sil-
va Rodrigues, contra Construtora Simel Ltda, bem es-
se encontrado, que é o seguinte:

- Uma sala situada no andar terreo do Edifício /-
Doctor Place, sito -à Rua Dr. Moraes, 748, medindo a-
proximadamente cinco metros de frente por cinco de
fundos, com uma porta de aço e uma janela, ambos vol-
tados para a Rua Dr. Moraes, no valor de Cr\$
4.000.000,00 (Quatro milhões de cruzeiros).

Quem pretender arrematar dito bem deverá compare-
cer no dia, hora local acima mencionado, ficando cien-
te de que deverá garantir o lance com o sinal corres-
pondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E para
que chegue ao conhecimento dos interessados, é passa-
do o presente Edital, que será publicado no "Diário /
da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede //
desta Junta. Belém, 13 de junho de 1984. Eu, José E-
duardo Andrade Diniz, Tec. Judiciário, datilografei./
E eu, Maria Luíza Nobre de Brito, Chefe de Secretaria
subscrevi.

HAROLDO DA GAMA ALVES

Juiz do Trabalho

(G. Reg. nº 5752)

PROCESSO TRT RO Nº 100/84
RECORRENTE: DALVA DAS NEVES DA SILVA NASCIME-
TO

Advogado: Dr. José Raimundo Farias Canto
RECORRIDA: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
Advogado: Dr. Icarai Dias Dantas

DESPACHO:

I- A revista é tempestiva e subscrita por advogado habilitado
nos autos. Fundamenta-se nas duas alíneas do art. 896 da
Consolidação das Leis do Trabalho.

II- Insurge-se o recorrente contra o Acórdão de fls. 213 a
215, que não conheceu de seu recurso ordinário sob o
fundamento da intempestividade. Aponta violação de lei e atrito
com a jurisprudência.

III- A recorrente não trouxe à colação nenhuma jurisprudên-
cia para demonstrar qualquer divergência.

No que se refere à violação de lei, alega que o Acórdão
recorrido teria violado o art. 895, a, da CLT. Vejamos: a recorrente
tomou ciência da decisão a quo em 10.01.84. (fls. 174); no prazo
para interposição do apelo expirou a 18.1.84. O protocolo da Junta
indica a data de 19; logo, o recurso foi protocolado fora do
prazo, não havia como ser conhecido. Agora, em grau de revista,
juntou a recorrente uma cópia autenticada com carimbo da 4a.
JCJ de Belém, onde se lê a data de 18.1.84. Entretanto, não há
certificado da MM. Junta, provando o alegado equívoco, o que
ensejaria a subida do recurso.

IV- A oração assinalada às fls. 218 é ofensiva à dignidade do
órgão judiciário que recebeu o recurso.

V- Face ao exposto, nego a interposição da revista e sugiro
sejam riscadas as expressões assinaladas às fls. 218. Intime-se. Se
transitado em julgado este despacho, a Secretaria procederá de
imediato à eliminação das expressões mencionadas.

Belém, 17 de maio de 1984

ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente

(G. Reg. nº 5464)

PROCESSO TRT RO Nº 687/82

RECORRENTE: INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Advogado: Dr. Paulo César de Oliveira e FUNDAÇÃO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO INSTITUTO DE RESSEGU-
ROS DO BRASIL - PREVIRB

RECORRIDO: MANOEL MARTINS BARROS

Advogado: Dr. Jacemir Fernandes de Almeida

DESPACHO:

I- A revista é tempestiva e subscrita por advogado habilitado
nos autos. Fundamenta-se nas duas alíneas do art. 896 da
Consolidação das Leis do Trabalho.

II- Inconformam-se os recorrentes com o Acórdão de fls.
242/243, que, ao confirmar decisão de primeira instância, deferiu
ao recorrido parcelas de horas extras, gratificação de participação
nos lucros e consequentes reflexões na parcela de melhoria de
complementação de aposentadoria, sob o fundamento de direito
adquirido (vantagens que vinham sendo pagas ao recorrido
mensalmente há vários anos, e que foram suprimidas quando de
sua aposentadoria). Apontam violação de lei e atrito com a
jurisprudência.

III- Argumentam os recorrentes, com fundamento na letra d,
da Resolução 049/76, do primeiro recorrente, que o pagamento
das horas extras não será computado para fins de complementa-
ção de aposentadoria e de melhoria de complementação de
aposentadoria; que o Acórdão recorrido, ao deferir a parcela, teria
conflitado com jurisprudência do Colendo TST, bem como violado
dispositivos legais, uma vez que se trata de benefício instituído
voluntariamente pela empresa. Relativamente à parcela de
participação nos lucros, alegam que a mesma continuou a ser
paga ao recorrido, com o mesmo percentual e mesma finalidade,
porém com o título de "melhoria de complementação de
aposentadoria" (conforme art. 34 do Estatuto da Fundação
recorrente) e que e outras decisões, em casos idênticos, o Egrégio
Regional acatou esse entendimento, divergindo, portanto, do
decisório recorrido. A divergência parece estar demonstrada ante
a transcrição do Ac. E-RR 2.890/74, do Colendo TST (fls. 254) e
juntada dos Acs. 850/82 e 1071/82, deste próprio TRT.

Quanto à parcela de horas extras, deixa-se de analisar
porquanto os recorrentes, nas razões do recurso, não questiona-

ram sobre a tese de direito adquirido, que se nos parece inconteste.

IV- Face ao exposto, admito a interposição da revista, em relação às duas parcelas analisadas, no efeito devolutivo. Intime-se.

Belém, 22 de maio de 1984
PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO
Juiz Vice-Presidente, no impedimento do
Titular da Presidência

(G. Reg. nº 5464)

PROCESSO TRT RO 275/84

RECORRENTE: RODOVIÁRIO CASTELO LTDA

Advogado: Dr. Joaquim Lopes de Vasconcelos

RECORRIDO: AGOSTINHO JOSÉ DA SILVA FARIAS

Advogado: Dr. Célio Simões de Souza e Elba M. S. de Brito
DESPACHO

I- A revista encontra-se em ordem e está fundamentada nas duas alíneas do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

II- A recorrente insurgiu-se contra o Acórdão de fls. 194/197 que, além de ratificar condenação imposta pela primeira instância, ainda lhe impôs o pagamento de outras parcelas de natureza trabalhista, ao dar provimento parcial ao apelo ordinário do reclamante, ora recorrido. Arguindo duas preliminares de nulidade, aponta violação de lei e atrito jurisprudencial.

III- Questão das preliminares: a) nulidade do processo por cerceamento de defesa; b) nulidade do Acórdão recorrido por julgamento extra petita. A primeira nulidade, ora renovada, envolve essencialmente questão fática que, a nível de revista, não pode mais ser reapreciada. A segunda preliminar não deve, também prosperar, uma vez que na inicial ao contrário do que alega a suscitante - Constatou-se o pedido de domingos trabalhados e de equiparação salarial por todo o período contratual (item 9). Inocorreram, pois, violações dos dispositivos apontados.

IV- Quanto ao mérito, a revista entende infringidos os artigos 8º, 461 e 818 da CLT, bem como a Lei 6.708/79. Não tem razão, de igual modo. As razões recursais, ainda uma vez, voltam a questionar matéria fática, cujo reexame é impossível nesta fase processual e o que, em suma, é o que a recorrente pretende.

V - Não restou, outrossim, caracterizada a alegada divergência. Diversamente do que a recorrente sustenta, não houve ofensa à Súmula 91 do TST e, sim, observância, ante a comprovação do salário complessivo.

VI- Antes o exposto, denego a interposição da revista. Intime-se.

Belém, 22 de maio de 1984
SEMIRAMIS ARNAUD FERREIRA
Juíza Togada, no impedimento do
Presidente e do Vice-Presidente.

(G. Reg. nº 5464)

PROCESSO TRT R EX OFF e RO 226/84

RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

(Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado)

Advogado: Drs. Maria da Consolação Moraes Rabello e Reynaldo Mello dos Santos Couto

RECORRIDO: LUIZ CARLOS CORRÊA DE OLIVEIRA E OUTROS

Advogado: Dr. Simão Isaac Benzecry

DESPACHO

I- A revista é tempestiva e subscrita por advogados habilitados nos autos. Fundamenta-se nas duas alíneas do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

II- Insurge-se a recorrente contra o Acórdão de fls. 54 e 56, em dois aspectos: insiste na preliminar de incompetência da justiça do Trabalho para julgar o feito e, no mérito, argumenta que o entendimento do Regional, quanto à interpretação do Decreto Federal 67.322/70, fere os arts. 6º e 8º, XVII, "b" da Constituição Federal. Aponta, ainda, divergência jurisprudencial.

III- Relativamente à preliminar de incompetência desta justiça, a questão é saber a natureza jurídica do vínculo, se o regime é estatutário ou celetista, questão esta que envolve matéria de prova, não podendo ser reapreciada na fase em que se encontra o processo.

Quanto ao mérito, o recurso se volta para matéria essencialmente de ordem jurídica, merecendo a apreciação do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Com efeito, saber se o

Decreto Federal 67.322/70 invade a competência do Legislativo quanto à criação de direito trabalhista e, até, se ofende a competência constitucional dos Estados-membros, é claramente um problema de constitucionalidade; logo de cumprimento ou violação de lei; no caso, da lei maior.

IV- Face ao exposto, admito a interposição da revista em ambos os efeitos. Intime-se.

Belém, 23 de maio de 1984
ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

(G. Reg. nº 5464)

PROCESSO TRT R EX OFF e RO 213/84

RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ - SECRETARIA DE ESTADO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS.

Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado

Advogados: Drs. Eduardo H. Bastos e Marcos Aurélio Buarque

RECORRIDOS: MANOEL CORRÊA DE MORAES FILHO, JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES DE CARVALHO, ALMERINDO DAMASCENO COSTA, JOÃO FERREIRA e ELOY INACIO LIMA.

Advogados: Drs. Platão Barro e José Nascimento.

DESPACHO

I- A revista é tempestiva e subscrita por advogado habilitado. Fundamenta-se na alínea a, do art. 896 consolidado.

II- Insurge-se o recorrente contra o v. Acórdão de fls. 156/158 que, reformando decisão de primeira instância, reconheceu o vínculo empregatício dos recorridos sob os ditames do art. 3º da CLT, vez que não se trata de empreiteiros. Aponta atrito jurisprudencial.

III- A tese do recurso volta a questionar a relação de emprego que, além de superada pelas duas instâncias, se torna inadmissível a nível de revista, a teor da Súmula 126 do Egrégio TST.

IV- No tocante à alegada divergência, o argumento do recurso não logra melhor sorte, porquanto os arestos transcritos às fls. 163 estão referidos a matérias factuais. Seu exame supõe, também, reabrir o debate sobre a question facti.

V- Ante o exposto, denego a interposição da revista. Intime-se.

Belém, 23 de maio de 1984
ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

(G. Reg. nº 5464)

PROCESSO TRT RO 328/84

RECORRENTE: HERNAN BENDAYAN GARCIA

Advogado: Dr. José da Rocha Moreira

RECORRIDA: TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A TELEPARÁ

Advogado: Dr. Arnaldo Furtado de Mendonça Neto

DESPACHO

I- Revista em ordem, fundamentada na alínea b do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho

II- O recorrente insurgiu-se contra o Acórdão de fls. 118/120 que, dando provimento ao apelo ordinário da reclamada, negou ao reclamante a parcela de horas extras. Alega violação de lei e atrito jurisprudencial.

III- No tocante ao pressuposto contido na citada alínea b do art. 896 consolidado, a revista não indica qual o dispositivo de lei que o Oitavo Regional teria violado.

IV- Não restou, outrossim, caracterizada a alegada divergência. Os arestos transcritos (fls. 125/126) não socorrem à tese do recurso: o primeiro, porque oriundo da Turma e não da composição plenária do Colendo TST, enquanto que os demais não se ajustam à hipótese sob exame. Por outro lado, aceitá-los, seria uma forma de reavivar matéria fática que, a nível da revista, é inadmissível.

V- Ante o exposto, denego a interposição da revista. Intime-se.

Belém, 24 de maio de 1984
ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

(G. Reg. nº 570)

PROCESSO TRT RO 353/84

RECORRENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES TRANSERL RIO LTDA

Advogado: Dr. Frederico Coelho de Souza

RECORRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ
Advogado: Dr. José Maria Quadros de Alencar

DESPACHO

I- A revista é tempestiva e subscrita por advogado habilitado. Fundamenta-se nas duas alíneas do art. 896 consolidado.

II- Insurge-se a recorrente contra o v. Acórdão de fls. 135/137 que, reformando decisão de primeira instância, declarou a inconstitucionalidade dos Decretos - Lei nº 2.012/83 e 2.065/83, este quanto ao art. 26, relativos à política salarial, pelo que julgou a lide com base na lei nº 6.708/79. Aponta violação de lei e atrito jurisprudencial.

III- A tese do recurso reabre uma discussão jurídica circunscrita a conflito de lei, voltando a sustentar a constitucionalidade dos aludidos diplomas legais.

No mérito, a controvérsia envolve o direito em tese, merecendo o pronunciamento do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

IV- Ante o exposto, admito a revista, no efeito devolutivo. Intime-se.

Belém, 24 de maio de 1984

ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

(G. Reg. nº 5700)

PROCESSO TRT RO 133/84
RECORRENTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ
Advogado: Dr. José Maria Quadros de Alencar
RECORRIDO: EXPRESSO BEIRA DÃO LTDA
Advogado: Drs. Pedro Bentes Pinheiro e outros

DESPACHO

I- A revista de fls. 70/72, conquanto tempestiva, está deserta.

II- Com efeito, o v. Acórdão de fls. 64/68, ao dar provimento ao apelo ordinário do demandado, condenou o sindicato demandante ao pagamento das custas na quantia de Cr\$ 33.749,14, sobre o valor arbitrado de Cr\$ 1.000.000,00.

III- Ao recorrer de revista, o demandante não se desincumbiu do pagamento das custas, a teor do art. 899, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

IV- Face à deserção, nego seguimento à revista. Intime-se.

Belém, 24 de maio de 1984

PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO
Juiz Vice-Presidente,

no impedimento do Presidente

(G. Reg. nº 5482)

PROCESSO TRT RO 285/84
RECORRENTES: SOCILAR - CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A
advogado: Dr. Ronaldo Barata e José Lopes Nunes (advogados: José Augusto Pontiguar e Adalberto Maroja Neto)

RECORRIDOS: OS MESMOS

DESPACHO

I- As revistas são tempestivas e subscritas por advogados habilitados nos autos. Fundamentam-se nas duas alíneas do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Vejam-se, uma a uma:

II- Revista do reclamante (fls. 111/115)

O Oitavo Regional, através do Acórdão de fls. 88 e 89, ao reformar decisão de primeira instância, deferiu o pagamento de diferenças de salários, férias e de FGTS, sob o entendimento de que a prescrição com relação às parcelas sucessivas é parcial (bienal) e não absoluta, nos casos de alteração contratual.

A tese do recurso volta a sustentar a nulidade pleno jure do ato de alteração do contrato de trabalho, pretendendo, assim, obter o reconhecimento do direito ao depósito do FGTS, relativos às diferenças salariais, a partir da fluência da mudança do pacto laboral. (1º, 9. 73). Aponta atrito jurisprudencial.

No tocante à divergência de julgados, a peça recursal não a demonstra. Os arestos transcritos à fls. 115 não se aplicam, pois que oriundos de Turma do Colendo TST e não do pleno, como requer a alínea a do art. 896 da CLT. Quanto à Súmula 95 do mesmo Pretório, refer-se a hipótese diversa da tratada no Acórdão recorrido. Se prescritas as prestações (principal), prescrição está a contribuição do FGTS correspondente (acessório).

Não se configurando o único pressuposto de admissibilidade, nego seguimento à revista.

III- Revista do reclamado (fls. 101/106)

Impugna o Acórdão de fls. 88 e 89, deste Colegiado, que, reformando decisório da instância "a quo", condenou o recorrente ao pagamento de parcelas trabalhistas, por entender que a lesão de direito pertinente à alteração contratual se renova até o rompimento do vínculo e acarreta a prescrição bienal das parcelas periódicas. Aponta violação de texto de lei e conflito de jurisprudência.

Com a transcrição dos arestos de fls. 104/106, originados do E. TRT - 1a. Região (1a. Turma), nos quais a prescrição é total em casos semelhantes, o recorrente consegue demonstrar a divergência, pelo que se torna desnecessário enfrentar o outro pressuposto recursal.

IV- Ante o exposto, denego a interposição da revista reclamante e admito a revista da reclamada, em ambos os efeitos.

Belém, 28 de maio de 1984

ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

PROCESSO TRT RO 342/84

RECORRENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES TRANSPARÁ LTDA

Advogados: Drs. Frederico Coelho de Souza e Mário Sérgio Tostes

RECORRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ
Advogado: Dr. José Maria Quadros de Alencar

DESPACHO

I- A revista é tempestiva e subscrita por advogado habilitado nos autos. Fundamenta-se nas duas alíneas do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

II- Insurge-se a recorrente contra o Acórdão de fls. 86 a 89, que, reformando parcialmente decisão de primeira instância, após proclamar a inconstitucionalidade dos Decretos-leis 2.012 e 2.065 (apenas o art. 26), deu provimento parcial ao recurso ordinário do recorrido, julgando o pleito com base na Lei 6.708/79. Aponta violação de lei e atrito com a jurisprudência.

III- A argumentação da recorrente envolve discussão jurídica restrita a conflito de lei, insiste na tese de constitucionalidade dos referidos decretos-leis.

Como se vê, a questão é essencialmente de ordem jurídica, sendo cabível o apelo.

IV- Admito a revista no efeito devolutivo. Intime-se.

Belém, 29 de maio de 1984

ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

(G. Reg. nº 5718)

PROCESSO TRT AP 156/84

RECORRENTE: ROSA LOPES DE MENDONÇA e OUTROS

Advogados: Drs. Edvan Capucho Coutinho e Humberto Vasconcelos

RECORRIDA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ

Advogados: Drs. Ana Maria Martins Rios e Waldemar Vianna

DESPACHO

I- A revista, embora tempestiva, é incabível, nos termos do § 4º do art. 896 da Consolidação das leis do Trabalho, com a redação alterada pela Lei 5.442, de 24 de maio de 1968, in verbis:

"§ 4º - Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais ou por suas Turmas, em execução de sentença, não caberá recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho."

II- Ante o exposto, nego a interposição da revista. Intime-se.

Belém, 30 de maio de 1984

ROBERTO ARAÚJO DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

(G. Reg. nº 5718)

Regimento Interno do Tribunal
de Justiça do Estado, à venda (Cr\$
2.000,00) no Arquivo e na Loja da
I.O.E.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ
Seção de Obras do Pará